

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO
E REFORMA AGRÁRIA - INCRA**

**RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO
AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO
PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA**

Elaboração

Fabíola Vianna - Diretoria de Obtenção de Terras / INCRA

Inês Caribé Nunes Marques - DLAA / MMA

João Daldegan - Diretoria de Obtenção de Terras / INCRA

Luiz Rodrigues de Oliveira - DRS / MMA

Thelma Santos de Mélo - TAL Ambiental / SECEX / MMA

BRASÍLIA / DF

Abril / 2009

Ministro do Desenvolvimento Agrário
Guilherme Cassel
Ministro do Meio Ambiente
Carlos Minc
Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Rolf Hackbart
Secretária-Executiva do MMA
Izabella Mônica Vieira Teixeira
Secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA
Suzana Kahn Ribeiro
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Egon Krakhecke
Diretor de Licenciamento e Avaliação Ambiental do MMA
Volney Zanardi
Diretor de Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA
Paulo Guilherme Cabral
Diretor de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento do INCRA
Celso Lisboa de Lacerda
Coordenadora-Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais do INCRA
Eliani Maciel Lima (até 05.11.2008)
Rita de Cássia Cerqueira Condé de Piscoya (a partir de 06.11.2008)
Coordenadora do Projeto TAL Ambiental do MMA
Fernanda Costa Corezola

Equipe Técnica do INCRA
Ana Paula Ferreira de Carvalho
Cristian Göergem (arte capa)
Daniel Soler Huet
Débora Mabel Nogueira Guimarães
Dalton Araújo Antunes
Edgar Paulino de Souza
Fabiola de Freitas Vianna
João Daldegan Sobrinho
Joeth Filomena de Jesus Souza
Leonarda Cristina Melo Rufino de Sousa
Melina Silva Pereira Laboissiere
Regina Lúcia de Alcântara Góes
Reginaldo Marcos Aguiar (revisão/ diagramação)
Silvio Marco Cosme de Menezes
Stela Maris Alves Ascenço

Equipe Técnica do MMA
Antônio Alberto da Silva
Elvira Xavier Vieira
Fernanda Cunha
Inês Caribé Nunes Marques
Luciana de Oliveira Rosa Machado
Luiz Rodrigues de Oliveira
Marcelo Peres Facas
Thelma Santos de Melo

Equipe Administrativa
Cristina Damasceno Soto de Costa - MMA
Edio Costa de Freitas - INCRA
Leylanne de Lima Ribeiro - INCRA
Núbia Maria de Castro Rodrigues - INCRA

Catálogo na Fonte
Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

R382 Relatório das oficinas sobre licenciamento ambiental dos projetos de assentamento do Programa Nacional de Reforma Agrária / Ministério do Meio Ambiente; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. - Brasília: MMA/INCRA, 2009.

116p.;

1. Relatório (documento). 2. Licenciamento ambiental. 3. Assentamento ambiental. 4. Reforma agrária. I. Vianna, Fabiola. II. Marques, Inês Caribé Nunes. III. Daldegan, João. IV. Oliveira, Luiz Rodrigues de. V. Melo, Thelma Santos de. VI. Ministério do Meio Ambiente - MMA. VII. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. VIII. Título.

CDU(2.ed.)504.064

APRESENTAÇÃO

A qualificação das políticas públicas implementadas pelo Governo Federal, Estados e municípios é uma condição para o fortalecimento da democracia e do desenvolvimento do Brasil. O enfrentamento desta questão exige o compromisso e a atenção constante de todos os setores da sociedade para que na formulação das políticas sejam considerados não só os aspectos econômicos, mas também os de justiça social e ambiental. No entanto, somente este compromisso não é suficiente. A complexidade da implementação de políticas transversais, como é o caso da Política de Reforma Agrária, exige a construção pactuada do “como fazer”, da definição de uma estratégia que pontue os recursos, os papéis, a capacidade institucional do Estado e o constante acompanhamento da sua implementação pela sociedade.

Este documento apresenta o relatório das “Oficinas sobre Licenciamento dos Projetos de Assentamento do Programa Nacional de Reforma Agrária”, realizadas entre agosto e novembro de 2008. A ideia da realização das oficinas surgiu a partir da necessidade do INCRA de estruturar um plano de ação ambiental que viesse atender a demanda de regularização dos assentamentos – realizados ainda de forma precária em décadas passadas –, e de planejar uma nova carteira de projetos, que contemplassem desde a sua concepção até a dimensão ambiental. O plano foi apresentado e discutido nas oficinas que contaram com a participação de representantes dos diferentes órgãos de reforma agrária e ambiental das três esferas de governo, Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal, Ministério Público dos Estados, movimentos sociais, entre outros. As oficinas foram apoiadas com recursos do Projeto TAL Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente.

Como resultado, as oficinas identificaram vários aspectos institucionais, legais, de capacitação, modelo de assentamento, entre outros. Estes aspectos vão além do licenciamento ambiental e deverão compor uma agenda conjunta com o objetivo de facilitar e apoiar a implementação do Plano Ambiental do INCRA. Desta forma, as oficinas contribuíram para o entendimento de que o estabelecimento pelo INCRA de um Plano Ambiental torna o licenciamento ambiental, não um entrave a ser ultrapassado, mas um instrumento de qualificação dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.

Volney Zanardi Junior
Diretor do Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental do MMA

Celso Lacerda
Diretor de Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos do INCRA

TAL Ambiental

Incluir a sustentabilidade ambiental na formulação das políticas do Governo Federal é o objetivo do Projeto de Assistência Técnica para a Agenda da Sustentabilidade Ambiental – Projeto TAL Ambiental. Para tanto, o projeto apóia a realização de estudos, diagnósticos, análises e capacitações técnicas, ações necessárias às políticas públicas de desenvolvimento sustentável.

Especificamente sobre o MDA, o diálogo e a ação conjunta têm buscado harmonizar procedimentos para o licenciamento ambiental dos assentamentos e disseminá-los entre os atores sociais que intervêm no processo de regularização ambiental desses projetos.

O TAL Ambiental contribui com esse objetivo por meio de elaboração de estudo para a recuperação de áreas degradadas com vistas à regularização ambiental dos assentamentos de reforma agrária, localizados nos diferentes biomas brasileiros. Essa contribuição, se dá também pela realização de oficinas sobre licenciamento ambiental envolvendo órgãos estaduais de meio ambiente, MMA, MDA, Incra, Ibama, Ministério Público, Tribunais de Contas e movimentos sociais.

Sumário

	Pág.
APRESENTAÇÃO	3
TAL AMBIENTAL	4
ÍNDICE DOS QUADROS	5
LISTA DE SIGLAS:	7
1 - INTRODUÇÃO	11
2 - AS OFICINAS	13
2.1 - OBJETIVOS	13
2.2 - PÚBLICO ALVO	13
2.3 - PROGRAMAÇÃO PADRÃO.....	13
2.4 - METODOLOGIA	13
3. TRATAMENTO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES	15
3.1. - DEFINIÇÃO E ANÁLISE DOS EIXOS AGLUTINADORES.....	17
4. - RESULTADOS E RECOMENDAÇÕES	21
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
ANEXOS	25
ANEXO I - Sistematização e tratamento das informações obtidas nas oficinas	26
ANEXO II - Matrizes das oito oficinas de licenciamento ambiental	68
ANEXO III - Relação das Superintendências Regionais do INCRA.....	114

Índice dos Quadros

	Pág.
Quadro 1. Cidades sedes das oficinas, Estados participantes e datas.....	10
Quadro 2. Matriz, problema e solução.....	12
Quadro 3. Resumo dos problemas identificados durante as oficinas	14

LISTA DE SIGLAS

ADEMA - Administração Estadual do Meio Ambiente/SE
AEF - Autorização de Exploração Florestal
APA - Área de Proteção Ambiental
APP - Área de Proteção Permanente
APPM - Associação Piauiense de Municípios
AQC - Autorização de Queima Controlada
ART - Anotação de Responsabilidade Técnica
ASCOM - Assessoria de Comunicação
ATCS - Atestado de Condição Sanitária
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES - Assessoria Técnica, Social e Ambiental
BACEN - Banco Central do Brasil
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CECA - Comissão Estadual de Controle Ambiental/RJ
CEDRS - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável/AM
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CETAM - Centro de Educação Tecnológica do Amazonas
CEUC - Centro Estadual de Unidades de Conservação/AM
CGPNCM/MS - Coordenação Geral do Programa Nacional de Controle da Malária do Ministério da Saúde
CIEARO - Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Rondônia
CIEA - Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental/RR
CMN - Conselho Monetário Nacional
CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
COEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente/TO
CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONSEMA - Conselho Superior Temático de Meio Ambiente/PE
CPRH - Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos/PE
CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais / Serviço Geológico do Brasil
CPT - Comissão Pastoral da Terra/AM
CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
CTGA - Comissão Técnica de Garantia Ambiental
CVS - Centro de Vigilância Sanitária/AP
DRS/MMA - Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA
DF - Divisão Fundiária
DLAA/MMA - Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental do MMA
DT - Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento
DTM - Coordenação Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais
EIA/RIMA - Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMPAER - Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A
FATMA - Fundação do Meio Ambiente/SC
FEEMA - Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente/RJ
FEMACT - Fundação Estadual de Meio Ambiente Ciência e Tecnologia/RR
FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler/RS

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETRAECE – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Ceará
FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNPEC – Fundação Norte-rio-grandense de Pesquisa e Cultura
FUNTEPE – Fundo de Terra do Estado de Pernambuco
FVS – Fundação de Vigilância em Saúde/AM
GIS/CAD – *Geographic Information System/Computer-Aided Design* (nome genérico de sistemas computacionais para facilitar projeto e desenho técnicos)
GPS – *Global Positioning System* (Sistema de Posicionamento Global)
GT – Grupo de Trabalho
GTI – Grupo Técnico Interinstitucional
IAP – Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal/ES
IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário/AM
IDEMA – Instituto de Defesa do Meio Ambiente/RN
IDRISI – *software* que reúne ferramentas nas áreas de processamento de imagens, sensoriamento remoto, sistema de informação geográfica, geoestatística
IEMA – Instituto Estadual do Meio Ambiente/ES
IEPA – Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado do Amapá
IGARN – Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte
IMA/AL – Instituto de Meio Ambiente
IMA/BA – Instituto de Meio Ambiente
IMAP – Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial/AP
IMASUL – Instituto de Meio Ambiente/MS
IN – Instrução Normativa
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INTERMAT – Instituto de Terras do Mato Grosso do Sul
INTERPI – Instituto de Terras do Piauí
IPA – Instituto Agrônomo de Pernambuco
IPAAM – Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
ITCG – Instituto de Terras, Cartografia e Geociências/PR
ITEAM – Instituto de Terras no Amazonas
ITERJ – Instituto de Terras e Cartografia do Rio de Janeiro
ITERPA – Instituto de Terras do Pará
ITESP – Instituto de Terras de São Paulo
LA – Licenciamento Ambiental
LAF – Laudo Agrônomo de Fiscalização
LAPM – Laudo de Avaliação do Potencial Malarígeno
LFPR – Licenciamento Florestal da Propriedade Rural
LIO – Licença de Instalação e Operação
LP – Licença Prévia
LPM – Laudo de Potencial Malarígeno
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

MEC – Ministério da Educação
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP – Ministério Público
MPE – Ministério Público Estadual
MPF – Ministério Público Federal
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPU – Ministério Público da União
MS – Ministério da Saúde
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NATURATINS – Instituto Natureza do Tocantins
OEMA – Órgão Estadual do Meio Ambiente
ONG – Organização Não Governamental
PA – Projeto de Assentamento
PAA – Plano de Ação Ambiental
PAE – Projeto de Assentamento Agro Extrativista
PAF – Projeto de Assentamento Florestal
PARA – Projeto de Assentamento de Reforma Agrária
PARNA – Parque Nacional
PB – Projeto Básico
PCS – Plano de Cargos e Salários da SEDAM/RO
PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PFE – Procuradoria Federal Especializada
PGE – Procuradoria Geral do Estado
PJ – Procuradoria Jurídica
PMFS – Plano de Manejo Florestal Sustentável
PNC – Programa Nacional de Capacitação
PNCM/MS – Programa Nacional de Prevenção e Controle da Malária do Ministério da Saúde
PNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental
PPA – Plano Plurianual
PRA – Projeto de Recuperação Ambiental
PRAD – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RA – Reforma Agrária
RAS – Relatório Ambiental Simplificado
REDA – Regime Especial de Direito Administrativo
RL – Reserva Legal
RURALTINS – Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins
RURAP – Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá
RVA – Relatório de Viabilidade Ambiental
SDA – Secretaria de Desenvolvimento Agrário/CE
SAF – Sistema Agro Florestal
SEDR/MMA – Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA
SDS – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável/AM
SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento/PR
SECEX/MMA – Secretária Executiva do MMA
SEDAM – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental/RO
SEDRS/MMA – Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA

SEDUC - Secretaria de Educação e Cultura/TO
SEED - Secretaria de Estado da Educação/SE
SEFAZ - Secretaria de Fazenda
SEGESP - Secretaria de Estado da Gestão Pública/AL
SEMA/AP - Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SEMA/MA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais
SEMA/PA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SEMA/RS - Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SEMA/MT - Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SEMACE - Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará
SEMAR - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais/PI
SEMARH/DF - Secretaria do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos
SEMARH/GO - Secretaria do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos
SEMARH/SE - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos
SEMARH/AL - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEPROR - Secretaria de Estado da Produção Agropecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural Integrado/AM
SES/AM - Secretaria de Estado da Saúde
SES/RR - Secretaria de Estado da Saúde
SES/AC - Secretaria de Estado da Saúde
SESA - Secretaria de Estadual de Saúde do Amapá
SESAU/RO - Secretaria de Estado da Saúde
SESAU/TO - Secretaria de Estado da Saúde
SESPA - Secretaria Estadual de Saúde do Pará
SICONV - Sistema de Gestão de Convênio, Contrato de Repasse e Termo de Parceria
SIG - Sistema de Informações Geográficas
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SIPRA - Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária
SISLEG - Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente
SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente
SMCQA/MMA - Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA
SR - Superintendência Regional
SUDEMA - Superintendência de Administração do Meio Ambiente/PB
SVS - Secretaria de Vigilância em Saúde
TAC - Termo de Ajustamento de Conduta
TACA - Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental
TAL Ambiental - Projeto de assistência técnica de apoio à agenda da sustentabilidade ambiental do MMA
TCT - Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TR - Termo de Referência
UC - Unidade de Conservação
UERR - Universidade Estadual de Roraima
UFAL - Universidade Federal de Alagoas
UFAM - Universidade Federal do Amazonas
UFRR - Universidade Federal de Roraima
UFS - Universidade Federal de Sergipe
UNEAL - Universidade Estadual de Alagoas
ZAS - Zoneamento Ambiental para Atividades de Silvicultura
ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico

1 - INTRODUÇÃO

Muito tempo se passou desde que a primeira norma legal, editada em 1964¹, reconhecesse a necessidade de interação entre a questão ambiental e o sucesso das políticas agrárias e agrícolas. Esta necessidade foi evidenciada no conceito de função social da propriedade rural e, posteriormente, reconhecida nas mais diversas normas legais – começando pela Constituição da República, de 1988, e seguindo por outras normas específicas.

A exigência do licenciamento ambiental dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária – estabelecida e detalhada, respectivamente, pelas Resoluções CONAMA n° 237/1997 e n° 289/2001², e também pela assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em 2003, entre MDA/INCRA e MMA/IBAMA, com o objetivo de buscar a regularização do licenciamento ambiental, enquanto instrumento de defesa e preservação do meio ambiente –, levou o INCRA a iniciar uma profunda mudança de paradigma na implementação da Política de Reforma Agrária no País.

Este processo de mudança, somado às exigências do Ministério Público Federal (MPF), do Tribunal de Contas da União (TCU) e à determinação do governo de integração de políticas, levou o INCRA a propor ao Ministério do Meio Ambiente (MMA,) a realização de oito oficinas regionais para discutir o Plano de Ação Ambiental (PAA) deste Instituto, no âmbito do Projeto de Assistência Técnica para a Agenda de Sustentabilidade Ambiental – TAL Ambiental³.

As oficinas foram planejadas com a finalidade de subsidiar o INCRA no aperfeiçoamento do seu Plano de Ação Ambiental, que prevê a implementação do Licenciamento Ambiental e da sustentabilidade de todos os Projetos de Assentamento (PA), bem como identificar os principais fatores que interferem neste processo.

A construção e realização desses eventos, ocorridos de agosto a novembro de 2008, foi um processo conjunto entre a Coordenação Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais do INCRA, os departamentos de Licenciamento e Avaliação Ambiental (DLAA) e de Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) do MMA, sob a coordenação do Projeto TAL Ambiental. Os eventos foram realizados em oito capitais brasileiras que receberam outros Estados, escolhidos de acordo com as proximidades e peculiaridades das Superintendências Regionais do INCRA (Quadro 1).

As oficinas mobilizaram cerca de 500 participantes entre os diversos órgãos envolvidos com o licenciamento ambiental e a sustentabilidade dos PA. Estiveram presentes técnicos e dirigentes das Superintendências Regionais do INCRA, dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), MMA, MPF, Ministério Público Estadual, TCU, Coordenação Geral do Programa Nacional de Controle da Malária do Ministério da Saúde (CGPNM/MS), Secretarias de Saúde dos Estados Amazônicos, Confederação Nacional dos Trabalhadores

1 - Estatuto da Terra, Lei n.º 4.504 de 30/11/1964, arts. 12, 13, 18, 20 e 57; recepcionada pela Constituição de 1988, art. 5º. 186 e 225; e a Lei de Política Agrícola n.º 8.171 de 17/01/1991, arts. 2º, 3º, 4º, 22º, 23º, 25º, 99º e 104º.

2 - Esta Resolução foi substituída pela de n° 387/2006, em consequência do Seminário Nacional sobre licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, promovido pelo MMA, e de sugestões do grupo de trabalho instituído no âmbito da Câmara Técnica do CONAMA.

3 - Projeto TAL Ambiental apóia ações de sustentabilidade ambiental na formulação, desenvolvimento e implementação das políticas do Governo Federal.

na Agricultura (CONTAG), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil – FETRAF.

Com a realização desse trabalho, obteve-se uma gama de informações, revelando uma diversidade de problemas, procedimentos e soluções. Neste contexto, foi criado um Grupo Técnico Interinstitucional – GTI –, integrado pela Coordenação Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais, da Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento do INCRA, pelos Departamentos de Licenciamento e Avaliação Ambiental, de Desenvolvimento Rural Sustentável e pelo Projeto TAL Ambiental, do MMA.

As informações foram tratadas, sistematizadas e analisadas, gerando este Relatório que busca retratar os principais problemas e soluções para a implementação do licenciamento ambiental dos PA, com base na sustentabilidade dos mesmos. Esse documento se apresenta estruturado em: Introdução; As oficinas; Tratamento e análise das informações; Resultados e recomendações; Considerações finais. Há ainda os Anexos I (Sistematização e tratamento das informações obtidas nas oficinas) e II (Matrizes das oito oficinas de licenciamento ambiental).

O presente trabalho não tem a pretensão de esgotar todos os questionamentos referentes ao licenciamento ambiental de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, mas tão somente registrar o processo resolutivo desenvolvido. E assim, busca consolidar um novo patamar da construção do desenvolvimento sustentável da Política Nacional de Reforma Agrária, servindo de base para a implementação de ações, a continuidade das discussões, o aprimoramento do Plano de Ação Ambiental do INCRA e dos procedimentos de licenciamento ambiental.

Quadro 1		
Cidades sedes das oficinas, datas e Estados participantes		
Cidade/UF	Data	Estados participantes
Florianópolis/SC	14 e 15 /08/ 2008	Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná
Rio de Janeiro/RJ	28 e 29 /08/ 2008	Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo
Fortaleza/CE	11 e 12 /09/ 2008	Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba
Maceió/AL	25 e 26 /09/ 2008	Alagoas, Bahia, Sergipe e Pernambuco
Manaus/AM	09 e 10 /10/ 2008	Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima
Belém/PA	23 e 24 /10/ de 2008	Pará e Amapá
Campo Grande/MS	13 e 14 /11/ de 2008	Mato Grosso do Sul, Tocantins e Mato Grosso
Brasília/DF	20 e 21 /11/ de 2008	Distrito Federal e Goiás
Belo Horizonte/MG	2º bimestre de 2009	Minas Gerais ⁴

4 Inicialmente estava previsto que o estado de Minas Gerais participaria da oficina de Brasília/DF, mas isso não foi possível devido a problemas de logística. Por essa razão, foi acordada a realização de uma oficina extra, em Belo Horizonte, para incorporar a contribuição mineira.

2 - AS OFICINAS

2.1 - OBJETIVOS

As Oficinas Sobre Licenciamento de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária tiveram como objetivos:

- conhecer o Plano de Ação Ambiental do INCRA para efetivar o licenciamento e o desenvolvimento ambiental sustentável dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária e, discutir estratégias para a sua implementação; e
- identificar problemas e soluções regionais para o licenciamento e adequação ambiental dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária.

2.2 - PÚBLICO ALVO

Dirigentes e técnicos dos órgãos:

- Superintendências Regionais do INCRA;
- órgãos estaduais de Meio Ambiente; Superintendências Regionais do IBAMA;
- movimentos sociais;
- Coordenação Geral do Programa Nacional de Controle da Malária (CGPNCM), do Ministério da Saúde (MS), e secretarias estaduais de saúde da Amazônia Legal (nas oficinas que envolveram Estados da Amazônia Legal).

Participaram ainda como convidados, representantes do MPF, MPE, TCU e ICMBio.

2.3 - PROGRAMAÇÃO PADRÃO

→ 1º Dia:

- abertura;
- palestra dos representantes do INCRA e MMA sobre Reforma Agrária e Licenciamento Ambiental;
- apresentações da Coordenação de Meio Ambiente e Recursos Naturais do INCRA - Sede, da Superintendência Regional do INCRA, do OEMA, abordando a temática da oficina;
- debates entre os participantes.

→ 2º Dia:

- trabalho em grupo;
- apresentação dos resultados, debate e consolidação do documento final;
- encaminhamentos e encerramento.

2.4 - METODOLOGIA

As oficinas foram realizadas em dois dias e divididas em duas etapas. A primeira etapa foi dedicada ao fornecimento de subsídios às discussões e à construção coletiva da proposta de solução, com:

- A contextualização das políticas de Reforma Agrária e de Meio Ambiente e suas inter-relações, ao encargo dos dirigentes das instituições que lideraram este processo, o INCRA e o MMA;
- apresentação do Plano de Ação Ambiental do INCRA por sua Coordenação Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais;
- exposição aos participantes de dois diagnósticos da situação do licenciamento ambiental dos assentamentos de Reforma Agrária: sob o ponto de vista do INCRA, pela Superintendência Regional, e sob o ponto de vista do órgão licenciador estadual, por seu representante; e
- exposição, pela Coordenadoria Geral do Programa Nacional de Controle da Malária, sobre este programa, sobre a emissão de Atestado de Condição Sanitária (ATCS) para os assentamentos - como documento exigido no licenciamento -, e a evolução do diálogo entre as Secretarias Estaduais de Saúde e o INCRA, nas oficinas que envolveram os Estados da Amazônia Legal.

A segunda etapa foi dedicada aos trabalhos em grupo, por Estado, envolvendo os técnicos executores das Políticas de Meio Ambiente e de Reforma Agrária, representantes dos assentamentos, dos movimentos sociais e convidados. O foco desta etapa foi direcionado para identificação dos problemas e possíveis soluções para viabilização do licenciamento ambiental.

Para realização dos trabalhos em grupo foi elaborada uma planilha a ser preenchida com “problema”, “proposta de solução”, “responsável”, “envolvidos” e “ações em andamento”, denominada Matriz Problema e Solução – Quadro 2.

Nessa etapa, os participantes foram orientados a priorizarem os problemas no preenchimento da matriz. A ausência de algum problema significa apenas que ele não foi priorizado naquele momento.

Os resultados dos grupos foram apresentados em uma plenária final, mais uma vez discutidos, validados e serviram de base para as análises e recomendações propostas neste relatório.

As oficinas contaram com serviço de moderação feito por profissional qualificado e contratado especificamente para esta função. Os grupos de trabalhos estaduais também contaram com moderação e secretaria exercidas por técnicos do MMA e do INCRA.

Modelo de planilha trabalhada nas oficinas

Quadro 2 Matriz Problema e Solução				
Problema	Proposta	Responsável	Envolvidos	Ações em andamento

3 - TRATAMENTO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

O objetivo do tratamento e análise das informações obtidas durante as oficinas foi a construção do retrato da problemática do licenciamento e sua relação com a sustentabilidade ambiental dos PA. Esse retrato se destina, em princípio, aos dirigentes dos órgãos envolvidos com a reforma agrária e com a proteção do meio ambiente, em todas suas esferas, e também a todos envolvidos no processo em suas múltiplas dimensões.

Os problemas identificados nas oficinas estaduais (280 problemas) foram reunidos em eixos e tiveram como critério de aglutinação a gênese do problema. Identificaram-se, desta forma, seis eixos: Capacitação institucional; Articulação institucional; Aspectos normativos; Passivo ambiental; Capacitação e extensão rural; e Modelo de assentamento.

Para cada eixo foi construída uma definição que caracteriza os tipos de problemas ali elencados. Dentro de cada eixo, identificaram-se problemas semelhantes, que foram classificados e relacionados às correspondentes propostas de solução e às ações já adotadas. Isso resultou na construção de um novo quadro, contendo a sistematização de todas as informações obtidas, identificadas por Unidade da Federação, durante as oficinas (Anexo I, Quadro 4 - Resultado da sistematização das informações obtidas nas oficinas).

Após esta primeira aglutinação, percebeu-se que aqueles problemas, embora guardassem características comuns na sua formação, deveriam ser sintetizados para melhor aprofundar seu entendimento e expressar as dificuldades dos processos de licenciamento identificadas nas oficinas.

Desta forma, cada eixo originou os sub-eixos chamados de classificação dos problemas, apresentados no Quadro 3 - Resumo dos problemas identificados durante as oficinas. Este quadro visa facilitar a formulação de políticas públicas que eliminem ou mitiguem os problemas identificados.

Quadro 3		
Resumo dos problemas identificados durante as Oficinas (aglutinação por eixos)		
Classificação dos problemas		Síntese dos problemas levantados
Eixos	Sub-eixos	
1 - Capacitação institucional	A	Infraestrutura das instituições governamentais e não governamentais (tais como recurso humano, técnico, financeiro e logístico) insuficientes para atender demanda dos processos de licenciamento ambiental.
		Ausência de normativos internos que atendam às peculiaridades locais
		Falta de gestão das áreas do INCRA (monitoramento precário dos PA)
	B	Processos de licenciamento ambiental comprometidos por insuficiência de apoio logístico, dificuldades operacionais e morosidade nos procedimentos administrativos.
	C	Dificuldade na obtenção e implementação dos Laudos de Avaliação do Potencial Malarígeno, além da necessidade de investigação de outras endemias.
	D	Dados cartográficos insuficientes para instruir os processos de licenciamento ambiental.
	E	Processos de licenciamento ambiental prejudicados por ausência ou insuficiência de informações e dados técnicos.
	F	Instrumentos de cooperação e repasse de recursos insuficientes ou inexistentes.
G	Descumprimento do contrato de assentamento (INCRA x parceleiro)	

2 - Articulação institucional	A	Dificuldades na obtenção da anuência municipal.
	B	Baixa integração e pouca credibilidade entre as entidades envolvidas no licenciamento ambiental.
	C	Envolvimento insuficiente dos assentados no planejamento do Projeto de Assentamento.
	D	Insuficiência de recursos financeiros para assentamentos fora dos Territórios da Cidadania.
	E	Localização do Serviço de Meio Ambiente, dentro da Diretoria de Obtenção de Terras; não compartilhamento de produtos e informações georreferenciadas nos setores do INCRA; e pouca transversalidade da questão ambiental entre os mesmos.
	F	Não priorização do zoneamento ecológico econômico por parte do Estado.
	G	Necessidade de descentralização dos órgãos ambientais para cidades pólos.
	H	Procedimentos de licenciamento distintos para SR, que abrange mais de um Estado.
	I	Perseguição e depreciação da imagem dos assentados e o uso de instrumentos de licenciamento ambiental com conotações político-ideológicas.
	J	Gestão de políticas públicas não adequadas à realidade fisiográfica do Estado.
	K	Licença Prévia como pré-requisito para a obtenção de imóveis.
3 - Aspectos normativos	A	Não priorização do licenciamento ambiental de PA; tratamento não diferenciado entre o agronegócio e os assentamentos e excesso de burocracia pelos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMA).
	B	Indefinição de responsabilidades institucionais para implantação do Plano de Controle da Malária; curto prazo para sua elaboração e demora em sua apresentação ao OEMA.
	C	Pequeno prazo de validade das licenças.
	D	Indefinição e/ou falta de clareza nos procedimentos para o licenciamento e ausência de Termos de Referência.
	E	Inexistência ou descumprimento das legislações estadual e federal específicas para o licenciamento ambiental dos PA ou, quando existentes, são inadequadas.
	F	Alto custo do processo de licenciamento ambiental (taxa pagamento de licenças).
4 - Passivo ambiental	A	Reservas Legais (RL) não averbadas, não demarcadas, com áreas insuficientes ou com concepções diferenciadas sobre seu uso; Áreas de Preservação Permanente (APP) não preservadas ou que apresentam dificuldades na sua recuperação.
	B	Ausência de controle das áreas de RL e PMFS averbados, APP ocupadas irregularmente e remanejamento de famílias em lotes com restrições ambientais.
	C	Dificuldade na regularização de assentamentos já implantados.
5 - Capacitação e extensão rural	A	Deficiência e/ou ausência de serviço de ATES.
	B	Ausência de capacitação continuada para os agentes envolvidos no licenciamento e no crédito e, para os assentados, em educação, legislação ambiental e práticas de agricultura sustentável.
	C	Baixa qualidade dos estudos ambientais e grande burocracia ou deficiência na gestão de convênios e contratos.
6 - Modelo de assentamento	A	Atividades não compatíveis com a modalidade do assentamento.
	B	Fragilidade ambiental nos assentamentos
	C	Ocupação dos PA acima de sua capacidade
	D	Ocupação prévia dos imóveis, antes da criação dos PA
	E	PA abrangidos por Unidades de Conservação
	F	Rediscussão do Programa Nacional de Reforma Agrária

3.1 - DEFINIÇÃO E ANÁLISE DOS EIXOS AGLUTINADORES

Distribuídos os problemas e identificados os eixos, foi possível construir a definição para cada um deles, retratando a situação ali caracterizada. Na seqüência, após a definição de cada eixo, segue uma breve análise da situação, baseada na síntese dos problemas apresentados no Quadro 2.

EIXO 1 - Capacidade institucional – *São carências presentes nas instituições envolvidas direta ou indiretamente com o processo de licenciamento ambiental dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária. As fragilidades identificadas são de caráter financeiro, logístico, recursos humanos, recursos técnicos, entre outras.*

As oficinas levantaram um conjunto de dificuldades relacionadas à capacidade institucional dos órgãos envolvidos com o processo de licenciamento ambiental, representando 29% do total de problemas identificados. De modo geral, são carências de recursos financeiros e de pessoal qualificado para fazer frente às demandas surgidas a partir da inserção da dimensão ambiental nos processos de criação e de desenvolvimento dos assentamentos.

As limitações em decorrência da carência de recursos humanos foram recorrentes em todas as oito oficinas, refletindo a realidade tanto do INCRA quanto dos órgãos estaduais de meio ambiente responsáveis pelo licenciamento ambiental. Apesar dos concursos públicos já realizados, persiste a carência de pessoal qualificado e sensibilizado para as tarefas ambientais.

Da mesma forma, a escassez de recursos financeiros foi apontada como fator decisivo para se alcançar a regularização ambiental dos assentamentos. Neste campo, há que se reconhecer os avanços na previsão e execução orçamentária, principalmente na estrutura do INCRA a partir de 2003, mas ainda insuficiente para fazer frente à demanda por estudos ambientais, represada no órgão ao longo de décadas. No caso do OEMA, o problema se mostra ainda mais desafiador, visto que a maioria dos Estados só foi despertada para a questão do licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária recentemente.

Existe ainda deficiência ou ausência de procedimentos administrativos claros que orientem os agentes do licenciamento e potencialize esforços, tanto do licenciado quanto do licenciador, frequentemente acusado por morosidade na liberação das licenças.

A insuficiência ou a falta de compartilhamento da base de dados geográficos dos Projetos de Assentamento, principalmente cartográficos, no INCRA, foi apontada pelos participantes das oficinas como um dos principais obstáculos para melhorar a qualidade dos processos de solicitação das licenças. A carência de dados sistematizados do PA leva a uma rotina de visitas de campo burocrática e onerosa e à demora na instrução dos processos.

Em boa parte dos Estados já existem termos de cooperação firmados entre o OEMA e o INCRA, visando ao licenciamento ambiental dos Projetos de Assentamento. Mas, a maioria, restringe-se a disciplinar o compartilhamento de veículos e ao pagamento de diárias para a realização de visitas de campo.

As oficinas apontaram o curto alcance dos termos de cooperação existentes e a ausência destes em alguns Estados como fator de dificuldade no licenciamento ambiental dos Projetos de Assentamento. Este instrumento, é apontado como ferramenta-chave para a solução de problemas.

Ainda no campo das capacidades institucionais, as oficinas realizadas na região da Amazônia Legal apontam a carência de condições mínimas para o cumprimento da Resolução Conama nº 387/06, no tocante à elaboração de Laudos de Avaliação do Potencial Malarígeno pela Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS/MS. A exigência tem esbarrado na falta de estrutura do órgão responsável pela expedição do documento que, na maioria dos casos, tem se socorrido na estrutura do INCRA para realizar os levantamentos de campo.

EIXO 2 - Articulação institucional – *São questões que extrapolam a gerência operacional das instituições isoladamente, pois dependem de decisões e ações de outros órgãos envolvidos nos processos de licenciamento ambiental. Neste eixo estão elencadas as dificuldades na obtenção das certidões municipais, baixa articulação e integração institucional e baixo envolvimento dos movimentos sociais no processo de licenciamento ambiental. Consideram as questões que, mesmo normatizadas, não são aplicadas, e também aquelas não normatizadas que dependem de decisões interinstitucionais.*

Respondendo por 20% dos problemas levantados nas oficinas regionais, o baixo grau de articulação entre as instituições envolvidas no processo de licenciamento foi apontado como um dos principais impeditivos para a regularização ambiental dos assentamentos. Em grande medida, o problema descende da cultura de auto-suficiência do INCRA no trato dos temas da reforma agrária.

Um ponto recorrente foi a dificuldade na obtenção da “Declaração Municipal de Conformidade com a Legislação de Uso e Ocupação do Solo”⁵. Os participantes das oficinas relataram que, na maioria dos casos, a declaração é negada pelas prefeituras baseado apenas em critérios políticos partidários, ignorando impactos sociais e econômicos positivos do assentamento.

A baixa integração é sentida tanto entre os órgãos responsáveis pelo licenciamento quanto internamente em cada instituição. Um caso citado por vários Estados foi o fato do Serviço de Meio Ambiente das Superintendências Regionais do INCRA estar localizado na Diretoria de Obtenção de Terras, o que estaria dificultando o compartilhamento de ferramentas e informações essenciais na fase de implementação dos assentamentos, cujas atribuições são da Diretoria de Desenvolvimento. No mesmo sentido, a baixa capilaridade ou a baixa descentralização dos órgãos estaduais de meio ambiente foi apontada como uma dificuldade a mais no processo de licenciamento ambiental dos Projetos de Assentamento.

A insuficiência de recursos orçamentários e financeiros para as ações da reforma agrária, especialmente para os Projetos de Assentamento ainda não abrangidos pelo programa Territórios da Cidadania, também foi enfatizada. Todavia, foi lembrado que esse problema tende a perder importância na medida em que os 60 novos territórios forem implementados no período 2009-2010.

Também foram apontados nas oficinas, como fatores que têm contribuído para o acúmulo de Passivos sócio-ambientais nos Projetos de Assentamento, a inobservância dos zoneamentos ecológicos econômicos dos Estados. Isso, no processo de planejamento e instalação dos Projetos de Assentamento, assim como a precariedade na gestão das políticas públicas, sem considerar adequadamente a realidade fisiográfica de cada região.

5 - Anexo I da Resolução Conama nº 387 de 27 de dezembro de 2006.

Outro problema apresentado pelos participantes das oficinas, foi a exigência de licença prévia como requisito para a obtenção de imóveis destinados ao Programa de Reforma Agrária. Isso porque, em alguns casos, o órgão licenciador exige vistoria *in loco* para conceder a licença, tornando os processos ainda mais demorados e caros. Mesmo sendo uma questão que remete ao licenciamento geral, e não apenas dos assentamentos, esse ponto foi identificado como relevante⁶.

Por fim, a baixa articulação institucional entre os órgãos envolvidos no processo de licenciamento ambiental dos Projetos de Assentamento tem contribuído para a depreciação da imagem dos assentados e do próprio Programa Nacional de Reforma Agrária. Até mesmo o passivo ambiental acumulado ao longo do tempo, fruto da incapacidade dos diferentes níveis de governo de se relacionarem e atuarem conjuntamente na solução dos problemas, e a exigência de licenciamento ambiental dos Projetos de Assentamento, são vistos pelos participantes como tentativa político-ideológica de conter a expansão da reforma agrária no País.

EIXO 3 - Aspectos normativos – *São problemas relacionados às normas internas e externas dos órgãos envolvidos no licenciamento ambiental. Trata de diversos aspectos, como: indefinição e ausência de procedimentos e responsabilidades, nas instituições e entre elas; necessidade de revisão e criação de normas adequadas; excesso de burocracia; prazos exíguos e o custo elevado das licenças ambientais.*

Outro eixo aglutinador de problemas e soluções foi denominado pelo grupo de sistematização de “aspectos normativos”, ao qual estão relacionados 17% dos obstáculos apontados pelos participantes das oficinas. São questões relacionadas ao sistema de normatização do processo de licenciamento dos Projetos de Assentamento, principalmente na esfera estadual e, internamente, nas instituições responsáveis pela instrução dos processos, concessão das licenças e cumprimento das condicionantes.

De modo geral, foi constatado que persistem muitas dúvidas entre os técnicos sobre as normativas específicas para o licenciamento ambiental de Projetos de Assentamento. Trata-se de indefinições ou falta de clareza sobre competências e responsabilidades das instituições quanto ao processo de licenciamento. Problema que é mais presente nos Estados que ainda não possuem nenhum termo de cooperação.

Apesar da Resolução Conama nº 387/2006 estabelecer regramento específico para o licenciamento de Projeto de Assentamento, ficou evidente nas oficinas que algumas Unidades da Federação ainda não criaram procedimentos administrativos diferenciados e não priorizam essa modalidade de licenciamento. O valor das taxas de licenciamento ambiental cobrado em alguns Estados (até R\$ 40 mil) e reduzidos prazos de validade das referidas licenças também foram apontados como questões que precisam ser solucionadas.

EIXO 4 - Passivo ambiental – *São problemas relativos à Reserva Legal (RL) e às Áreas de Preservação Permanente (APP) no que se refere ao não cumprimento da legislação (Código Florestal) e ao não atendimento das condicionantes exigidas no processo de licenciamento ambiental. Relata questões que vão da ausência à insuficiência destas áreas, à ocupação inadequada, à aquisição de imóveis com Passivo ambiental e ao alto custo para recuperação.*

6 Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, art. 19, inciso I; e Resolução Conama nº 237, de 19 de dezembro de 1997, art. 8º, inciso I – que regulamentam os aspectos do licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981).

O Passivo ambiental nos assentamentos responde por 15% do total de problemas apontados nas oficinas, refletindo assim a realidade ambiental dos PA antigos, herança de uma política que desconsiderou a dimensão ambiental da reforma agrária, deixando de cumprir a legislação vigente desde 1964.

O principal ponto é a ausência ou a insuficiência de áreas de Reserva Legal averbadas e o uso inadequado destas e de Áreas de Preservação Permanentes. Em alguns casos o problema tem origem no próprio ato de criação e parcelamento do PA que não previa Reserva Legal como determina o Código Florestal Brasileiro. Em outros, a ocupação desordenada e a falta de informação por parte dos assentados levaram a ocupação das áreas legalmente protegidas.

A restauração das Áreas de Preservação Permanente e a recomposição/averbação da Reserva Legal em Projetos de Assentamento, principalmente nos mais antigos, interferem diretamente no equilíbrio sócio-econômico dos assentados, uma vez que implica em uma mudança - em alguns casos radical - dos sistemas de produção praticados e do modo de vida das famílias.

Foi constatado pelos participantes das oficinas que não há, por parte do órgão gestor do Programa de Reforma Agrária, uma sistematização de informações sobre o quantitativo de áreas de Reserva Legal averbadas ou sobre o estado de conservação das Áreas de Preservação Permanente dos Projetos de Assentamentos. Esta dificuldade na sistematização de informações, aliada a ausência de critérios mais rigorosos na escolha dos imóveis destinados aos assentamentos, estaria na origem do preocupante passivo ambiental.

EIXO 5 - Capacitação e extensão rural - *São as carências dos assentados, das áreas técnicas dos órgãos envolvidos e das áreas de assistência e extensão rural (ATES), no que diz respeito à capacitação, conhecimento tecnológico e metodológico e acesso à extensão rural. São reportados a esse eixo problemas como: baixa capacitação técnica; baixo conhecimento sobre a reforma agrária; desconhecimento de normas e do licenciamento; deficiência do sistema de ATES; desconhecimento das famílias sobre o licenciamento e questões ambientais; até a ausência de educação ambiental.*

Este eixo aglutina os problemas relacionados com a capacitação e a formação tanto dos assentados quanto dos agentes que atuam na qualificação dos assentamentos, representando 15% do total. O programa de assistência técnica e extensão rural nos assentamentos, (programa de ATES do INCRA), foi considerado frágil e insuficiente para superar a carência de conhecimento das políticas e de tecnologia nos assentamentos. Segundo os participantes das oficinas, o Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDA), elaborado pelas equipes de ATES e que constitui a principal peça técnica do processo de licenciamento ambiental, não tem atendido às exigências do órgão licenciador devido às inconsistências no seu processo de elaboração.

Em outros casos, o INCRA, como contratante do serviço, tem apresentado dificuldades na gestão dos contratos de ATES, contribuindo para a má qualidade dos produtos entregues. Em pelo menos uma das oficinas, representantes do órgão informaram que os PDA entregues pelas prestadoras de serviços não estão sendo analisados e validados por falta de pessoal capacitado para a tarefa. Dessa forma, em muitos casos, falhas na construção dos PDA só são percebidas pelo órgão licenciador.

Outro ponto recorrente foi a insuficiência de ações de educação ambiental e de capacitação continuada para os agentes envolvidos no licenciamento ambiental e no crédito rural, incluindo-se as lideranças e os próprios assentados. A carência de educação ambiental é sentida na falta de com-

promisso dos assentados com as questões ambientais do assentamento, tornando a tarefa do licenciamento ambiental ainda mais difícil, principalmente na fase de cumprimento das condicionantes.

Já a insuficiência de formação continuada, com conteúdos específicos sobre o processo de licenciamento ambiental dos Projetos de Assentamento, é reclamada por técnicos tanto do INCRA quanto dos OEMA envolvidos diretamente com licenciamento dos PA, por tratar-se de uma modalidade nova de licenciamento, cujo empreendimento guarda especificidades sociais que em muito o distingue da atividade empresarial de cunho essencialmente econômico.

EIXO 6 - Modelo de assentamento – *São questões referentes à necessidade de implantação de modelos de assentamentos da Reforma Agrária adequados às características ambientais regionais, às aptidões agrícolas e econômicas das diversas regiões do País.*

Apesar do foco principal das oficinas estar relacionado aos procedimentos para o licenciamento ambiental, cerca de 4% dos problemas apontados estão associados ao modelo de assentamento que é implementado no Brasil.

A ocupação prévia das áreas, destinadas a Projetos de Assentamento e o superpovoamento foram apontados como obstáculos ao planejamento adequado do empreendimento, onde a dimensão ambiental deva ser base do desenvolvimento sustentável.

Destaque também para a fragilidade ambiental das áreas destinadas ao programa de reforma agrária já degradadas devido aos usos inadequados do solo e dos demais recursos naturais. Esses problemas podem ser agravados após a implantação do PA, por atividades econômicas incompatíveis com a capacidade de uso dos recursos naturais da área e com a modalidade do assentamento.

A sobreposição de PA e de Unidades de Conservação (UC) de uso integral e suas zonas de amortecimento foi também identificada. Esta situação impõe dificuldades adicionais para o licenciamento ambiental, pois este fica comprometido com a mudança de destinação da área e eventuais indenizações.

Nas zonas de amortecimento o licenciamento é prejudicado pela inexistência do plano de manejo para a maioria das UC, responsabilidade do órgão gestor da UC, tido como requisito básico para manifestação do órgão gestor da unidade naquele procedimento.

4 - RESULTADOS E RECOMENDAÇÕES

Neste item é descrito o entendimento do GTI dos resultados obtidos nas oficinas, avaliados após o tratamento e sistematização das informações. Para cada eixo aglutinador foi elencada uma recomendação, entendida como condição inicial para tratar o problema. A recomendação pretende encaminhar a solução do conjunto de problemas apontados por eixo, de forma a abranger ao máximo todas as Unidades da Federação.

As soluções específicas estão sistematizadas e mantidas na íntegra do que foi construído nas oficinas e encontram-se no Anexo I – Quadro 1: Resultado da sistematização das informações obtidas durante as oito oficinas. Com a finalidade de facilitar a consulta das soluções sugeridas, encontram-se também anexos a este relatório os quadros elaborados por Unidade da Federação

(Anexo II: Quadro 2 – Matriz Problema/Solução por Estado). Recomenda-se aos gestores das políticas públicas e líderes dos movimentos sociais observarem e avaliarem as soluções propostas, contidas nos Anexos I e II deste documento.

O objetivo das oficinas não foi esgotar o tema. A diversidade e a complexidade dos assuntos tratados fazem com que seja necessária a criação de outros momentos para tal aprofundamento. Foi sugerida a criação de Grupos de Trabalho Estaduais Interinstitucionais para dar prosseguimento a estas discussões, com foco direcionado às peculiaridades estaduais pelos gestores locais da política.

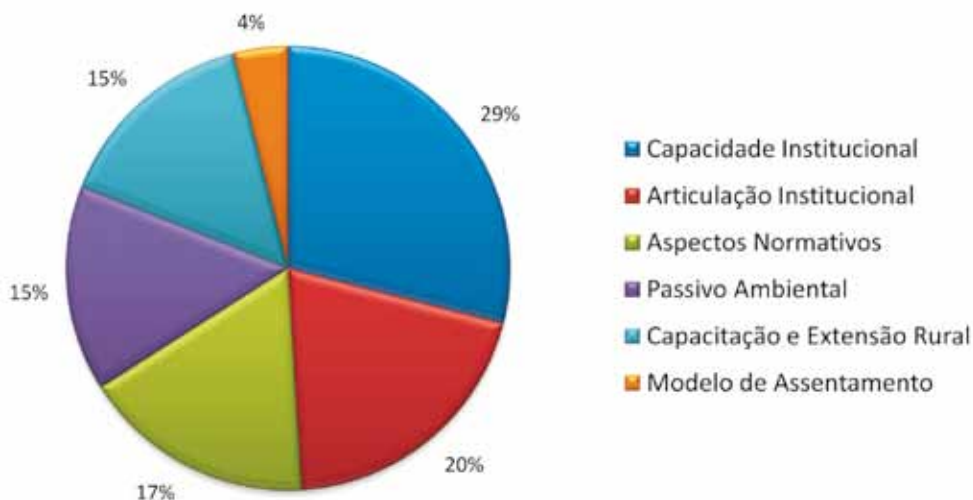
De uma maneira geral, as oficinas se apresentaram como uma das poucas oportunidades na qual se reuniram os diferentes agentes do processo de implementação de políticas públicas, no caso da gestão ambiental, onde estavam presentes os gestores da política (INCRA e OEMA), os beneficiários (assentados e movimentos sociais) e os responsáveis pelo seu controle e fiscalização (TCU e MPF), dispostos a discutirem o licenciamento e a sustentabilidade dos Assentamentos de Reforma Agrária. De imediato, proporcionou a aproximação, aprofundamento das discussões e abertura do diálogo entre os órgãos e entidades participantes.

A realização desses eventos também propiciou a montagem de uma rede de contatos entre os atores envolvidos diretamente no licenciamento dos Projetos de Assentamentos. Isso é fundamental à melhoria das relações institucionais pois facilita a apresentação de resultados práticos de negociações, acordos e termos de cooperação entre os gestores da Reforma Agrária e da Política Ambiental. Quanto ao INCRA, isso possibilitou a troca de informações e alterações de procedimentos.

Como resultado principal, as oficinas oportunizaram a identificação da situação atual do licenciamento ambiental dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária de todo o Brasil⁷.

Evidenciou-se a existência de seis eixos aglutinadores de mesma origem dos problemas que inviabilizam o licenciamento ambiental, conforme apresentado nos quadros e anexos deste documento, cujas proporções são representadas na Figura 1: gráfico demonstrativo dos percentuais dos problemas levantados por eixos aglutinadores.

Figura 1. Gráfico demonstrativo dos percentuais dos problemas levantados por eixos aglutinadores



7 - Exceto Minas Gerais prevista para 2009.

Recomendações:

Para o eixo 1 - **Capacidade institucional**, responsável por 29% dos problemas identificados e que envolve todos os Estados, recomenda-se uma ação política de âmbito federal: **elaboração de um Plano de Ação que assegure previsão orçamentária, alocação de recursos humanos e qualificação do sistema de gestão ambiental dos assentamentos, incluindo os OEMA.**

Para o eixo 2 - **Articulação institucional**, que aglutina 20% das 280 questões, recomenda-se: **insti-tuição de fóruns estaduais interinstitucionais de apoio ao Plano de Ação Ambiental do INCRA e aprimoramento da coordenação e articulação das instituições envolvidas na gestão ambiental dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.**

Para o eixo 3 - **Aspectos normativos**, que é responsável por 17% dos 280 problemas listados, recomenda-se: 1) **verificação da aplicação da Resolução Conama n° 387/2006 nos procedimentos de licenciamento ambiental nos Estados; e 2) avaliação das normas estaduais visando à redução de custos, ampliação dos prazos de validade das licenças, bem como a harmonização com a Resolução Conama n° 387/06.**

Para o eixo 4 - **Passivo ambiental**, que responde por 15% dos 280 problemas elencados e trata dos problemas mais polêmicos, complexos, de difícil solução e que demandam uma articulação interinstitucional permanente, recomenda-se: **inclusão do levantamento da situação das Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente no Plano de Ação Ambiental do INCRA e coordenação de ações com vistas à sua regularização.**

Para o eixo 5 - **Capacitação e extensão rural**, que reflete as carências dos assentados, das áreas técnicas dos órgãos envolvidos e das áreas de assistência e extensão rural (ATES), no âmbito do conhecimento técnico e normativo, consequência do baixo acesso a extensão rural e à educação ambiental, além de responder por 15% dos problemas levantados recomenda-se: **1) qualificar a política de capacitação do INCRA contemplando a dimensão ambiental; 2) incorporar ao programa de ATES a dimensão da sustentabilidade ambiental; 3) assistência técnica continuada; e 4) montar um programa de capacitação específico para o Sistema de Gestão da Informação e Geoprocessamento.**

Para o eixo 6 - **Modelo de assentamento**, apresentou problemas que exigem o repensar da política de reforma agrária, dos modelos de assentamentos e de sua adequação ambiental à aptidão agrícola e econômica, sugerindo o aprofundamento da discussão em outros fóruns, além de representar 4% dos problemas elencados, recomenda-se: **1) promoção de eventos com a finalidade de discutir os modelos de assentamentos atuais e propor novas modalidades, que sejam mais adequadas ambientalmente em nível de biomas; e 2) levantamento de assentamentos adequados ambientalmente que sirvam de parâmetro às discussões às novas modalidades.**

Com a explanação dos resultados obtidos e as recomendações sugeridas torna-se evidente que para atingir o objetivo do licenciamento ambiental e do Plano de Ação Ambiental do INCRA é necessário que os formuladores e executores das duas políticas analisem os problemas e as soluções propostas e priorizem sua execução.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como estes encaminhamentos são frutos da reflexão do grupo de trabalho, balizados nas discussões durante as oficinas, deverão ser encaminhados como proposta dos gestores federais das políticas de Reforma Agrária e de Meio Ambiente a fim de atender às proposições das oficinas:

- encaminhar aos órgãos competentes (OEMA, SR, SVS, entre outros citados nas planilhas) este relatório para conhecimento e providências;
- criação de GT interinstitucional de caráter federal e estadual para acompanhar a execução das propostas sugeridas, caso aprovadas pelo órgão competente;
- apresentar na plenária do CONAMA o resultado deste trabalho com a finalidade de dar transparência aos OEMA, entidades civis e outros órgãos do governo à realidade de executar o licenciamento de PA.
- realização de oficinas estaduais para aprofundar as discussões da viabilidade e implementação das soluções apresentadas.

ANEXOS

ANEXO I
Sistematização e tratamento das informações obtidas nas oficinas

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis					Caráter da proposta				
							INCRA	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.			
							SR SEDE									
1	1	A	Ausência de estrutura do IBAMA para licenciar os PA Interestaduais.	AC	Descentralização do processo de licenciamento.			X		X						X
2	1	A	Carência de estrutura física e de pessoal para diagnose do meio e monitoramento (órgãos ambientais e entidades de ATES).	AL	Ampliar quadro técnico por concurso público; investir na estrutura física; estabelecer parcerias mediante convênio.	Convênio celebrado entre IMA e INCRA.	X	X			MPOG/SEGESP/UFAL/UNEAL			X		
3	1	A	Insuficiência de recursos financeiros para aplicação de projetos básicos ambientais.	AL	Ampliar número de projetos básicos ambientais; destinar recursos no PPA do INCRA SR-AL para apoiar os projetos básicos ambientais.	Ampliação do aporte de recursos para 2009 INCRA/Sede.	X								X	
4	1	A	Incompatibilidade dos prazos para o cumprimento das condicionantes devido à incapacidade operacional.	AL	Realizar reuniões entre INCRA e IMA para estabelecimento de prazos e metas.		X	X							X	
5	1	A	Pouca capacidade operacional dos órgãos.	AM	Incremento de recursos físicos, humanos financeiros nos órgãos compatíveis com as metas.	Concursos realizados e em fase de contratação.	X	X							X	
6	1	A	Metas e estrutura do INCRA.	AM	Readequar as metas à capacidade operacional do INCRA; fortalecer processo de melhoria da estrutura.	Execução de convênios		X			MDA				X	
7	1	A	Carência de recursos humanos (INCRA e IMAP), financeiros e espaço físico (IMAP).	AP	Realização de concurso público (INCRA e IMAP); Aquisição de equipamentos (IMAP)	Locação de novo espaço (IMAP); Plano de cargos e salários (SEMA/IMAP).	X	X			Gov. Est. do Amapá/MPOG				X	
8	1	A	Limitação de recursos tecnológicos	CE	Aumentar os investimentos em recursos tecnológicos			X			MDA/MPOG				X	

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis					Caráter da proposta			
							INCRA SR SEDE	OEMA	MMA/ IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.		
9	1	A	Indisponibilidade de técnicos do IEMA, em tempo integral, para os processos de licenciamento dos PA.	ES	Solicitar à subgerência de licenciamento do IEMA a disponibilização de técnicos.		X					X			
10	1	A	Insuficiência de técnicos e recursos no Setor de Meio Ambiente da SR-20.	ES	Solicitar ao INCRA Sede mais técnicos para a área de Meio Ambiente.		X					X			
11	1	A	Dificuldades em cumprir as condicionantes (prazo, recurso, infraestrutura).	ES	Alteração do Manual do INCRA para permitir a construção / recuperação de estradas mais adequadas às especificidades locais; disponibilizar mais recursos humanos (engenheiro civil) e financeiros para agilizar o cumprimento das condicionantes, com relação às obras de infraestrutura.	O cumprimento de prazo já está sendo discutido com o IEMA.		X				X			
12	1	A	Quadro reduzido de servidores da SEMA e do INCRA e estrutura física inadequada da SEMA.	MA	Concurso com aumento salarial; re-manejamento de servidores; gestão do superintendente junto ao governador para alocar servidores para a SEMA; audiência com governador, INCRA, MMA, SEMA, movimentos sociais, MPF para discutir a contratação de servidores, visando agilizar os processos de licenciamento ambiental.							X	MPF/ mov. sociais/ Governo Estadual		X
13	1	A	Insuficiência de recursos materiais e humanos nas instituições.	PA	Concursos públicos e estruturação das instituições.	SEMA - está se estruturando com mais técnicos e equipamentos.		X				X	MDA/ SESPA/ Governo Estadual / MPOG		X
14	1	A	Insuficiência de pessoal e baixa remuneração.	PB	Concurso e aumento de salário.								Governos Federal / Estadual e Municí- pais		X

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis					Caráter da proposta				
							INCRA	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.			
														SR	SEDE	
15	1	A	Falta de recursos e infraestrutura operacional das instituições.	PB	Maior investimento.				Gov. Fed. Est. Mun.							X
16	1	A	Carência operacional de recursos humanos e materiais (CPRH / INCRA).	PE	Ampliar quadro de pessoal; assinar Termo de Cooperação Técnica entre INCRA e Governo de Pernambuco.	X		X								X
17	1	A	Corpo técnico insuficiente, dificultando a definição de prioridade aos PA.	PI	Gestão junto ao Governo do Estado.	-			Mov. sociais/MPU							X
18	1	A	Falta de equipamentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos (computadores, GPS, máquinas, etc)	PI	Aquisição de novos equipamentos.	Em licitação.		X								X
19	1	A	Equipe pequena; INCRA.	PI	Concurso público.	Acordo de cooperação técnica com o IBAMA.		X								X
20	1	A	Falta de infraestrutura dos órgãos.	RJ	Contratação de engenheiro civil; criação de núcleo específico na FEEMA para licenciar assentamentos de reforma agrária; dotar de infraestrutura os órgãos envolvidos na RA; redistribuição de servidores para serviços do núcleo de meio ambiente.	Contato com outras regionais e comunicado à Sede.		X								X
21	1	A	Insuficiência de pessoal e equipamentos.	RO	Realizar Concursos Públicos (INCRA e SESAU), em longo prazo; realizar contratação emergencial para a área de meio ambiente; fortalecimento das áreas técnicas envolvidas (INCRA e SESAU).	Concurso Público e PCS – SEDAM; INCRA, SEDAM e SESAU - aquisição de veículos.		X								X

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis				Caráter da proposta		
							INCRA SR SEDE	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.
22	1	A	Insuficiência de recursos financeiros, humanos e de infraestrutura.	RR	Capacitação continuada dos servidores; criação de força tarefa para licenciar o 1º assentamento e definição de cronograma para os demais; concursos regionalizados; maior importância das metas ambientais do INCRA.	Oficialização através de portaria de grupo técnico apto a emitir LPM e ATCS, na SES/RR; GT criado para apoiar as ações do LA (criado fev 2008); grupo de trabalho interno OEMA/INCRA, com TR oficializado.	X	X	X				X
23	1	A	FEPAM - Estrutura deficiente (pessoal e equipamentos) para realização de vistorias.	RS	Viabilizar termo de cooperação INCRA/SEMA.	Discussão prévia já realizada com proposta de minuta de termo.	X	X		FEPAM			X
24	1	A	Estruturação insuficiente dos órgãos licenciadores e licenciados.	SE	Estruturar os órgãos (INCRA, ADEMA e SEMARH) com recursos humanos, financeiros e materiais permanentes.	Proposta de transformar a ADEMA em autarquia especial.	X	X	X	MDA/SEMARH			X
25	1	A	Dificuldades de recursos humanos e financeiros no INCRA e nos órgãos ambientais.	SP	Aumento da dotação orçamentária.		X	X	X			X	
26	1	A	Destinação deficitária dos recursos financeiros para os órgãos ambientais.	BA	Pleitear o aumento de recursos para os órgãos ambientais no orçamento da Bahia.				X				X
27	1	A	Inexistência de ATES nos Projetos de Assentamento.	AP	Ação coordenada entre governo e INCRA/SRs.		X						X
28	1	A	Deficiência logística, técnica e pessoal para o georreferenciamento.	PR	Terceirizar os serviços.	-	X						X

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis					Caráter da proposta		
							INCRA	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.	
														SR
29	1	A	Deficiência logística, técnica e de pessoal do IAP.	PR	Realizar convênio com CREA-PR; re-alizar Termo de Cooperação Técnica (TCT) com INCRA; capacitação.	Convênio IAP/CREA; discussão interna no INCRA sobre TCT.	X	X		CREA-PR		X		
30	1	A	Insuficiência de recursos humanos, técnicos e logístico do INCRA e SEMA.	MT	Previsão orçamentária para concurso público e investimento.	Previsão orçamentária anual.	X	X						X
31	1	A	Estrutura insuficiente (recursos humanos e materiais); morosidade para análise e expedição de licenças.	MS	Definir uma equipe técnica do IMASUL específica para o licenciamento dos PA; firmar convênio entre o IBAMA e IMASUL e INCRA; contratações por meio de concursos públicos.		X	X	X				X	
32	1	A	Disponibilização insuficiente de recursos financeiros para o INCRA e NATURATINS executarem ações ambientais.	TO	Propor ampliação orçamentária para ações ambientais.		X	X	X					X
33	1	A	Número reduzido de técnicos e de materiais nos órgãos envolvidos no processo de licenciamento ambiental.	TO	Ampliar o quadro de servidores e o fornecimento de recursos materiais.		X	X	X	Gov. Federal/ Gov. Estadual		X		
34	1	A	Capacidade limitada de produção de arquivos digitais – LFPR.	TO	Contratação de serviço de terceiros e capacitação de servidores.		X			Prestadoras de serviços		X		
35	1	A	Baixa capacidade operacional dos órgãos envolvidos.	DF/GO	Fazer gestão visando à contratação de servidores por meio de concurso público; remanejar servidores para área de licenciamento; capacitar/sensibilizar os servidores visando maior envolvimento nas questões ambientais e licenciamento dos PA.		X	X	X	MPOG/SEFAZ/mov. sociais		X		
36	1	A	Falta de recursos financeiros.	RN	TCU faça gestões a fim de garantir a alocação de recursos para cumprimento das metas estabelecidas.		X	X	X	MDA/TCU		X		X

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis					Caráter da proposta				
							INCRA	SEDE	OEMA	ICMBio e MMA/IBAMA	Outros	Norm.	Operac.	Artic.		
37	1	A	Falta de recursos humanos (quantitativamente).	RN	Remanejamento de técnicos; contratação de servidores temporários (emergencial); criação de vagas para cargos efetivos no INCRA e IDEMA.	TCT, INCRA e Governo. TCT, INCRA e IBAMA/ RN	X	X					X			
38	1	A	Falha no cumprimento de metas por problemas administrativos (orçamento).	RN	Criação de um fundo com recursos do desconto do passivo ambiental para suprir emergencialmente a carência.		X						X			
39	1	A	Ausência de normativos internos que atenda as peculiaridades locais.	RN	Assimilação de ordenamento, no âmbito do Estado, do marco regulatório.	TAC, 2 TCT, Lei Estadual, Instrução Técnica.	X		X				X	IGARN		
40	1	A	Falta de gestão das áreas do INCRA (monitoramento precário dos PA).	AM	Implantação de um modelo de gestão ambiental e de conservação dos recursos naturais dos PA, PAE, PDS, PAF.	Formação de agentes ambientais voluntários e acordos de pesca.	X		X							X
41	1	A	Deficiências de pessoal e qualificação técnica.	CE	Realizar concursos públicos para suprir necessidades dos órgãos envolvidos com LA na Reforma Agrária;		X						X			X
42	1	B	Inexistência e/ou deficiência quanto à infraestrutura mínima nos assentamentos para cumprimento das condicionantes.	AL	Agilizar liberação de recursos considerando os prazos legais.	Procedimentos já existentes (negociações com prefeituras).			X						X	
43	1	B	Dificuldades no cumprimento de condicionantes.	BA	Estabelecer um programa de gestão ambiental no momento de legitimação do PA.		X							Assentados/ mov. sociais/ IMA	X	
44	1	B	Não homologação dos PDA elaborados.	RO	Criar GTI para analisar os PDA e emitir parecer.		X		X					SESAU	X	

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis				Caráter da proposta		
							INCRA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.	
													SR
45	1	B	Ausência/dificuldades na implantação de infraestrutura nos Projetos de Assentamentos.	SE	O INCRA apresentar um programa de infraestrutura mais ousado para captação de recursos; apresentar a demanda para o órgão ambiental, estabelecer cronograma de análise e autorização para as obras.	Proposta de convênio com o Governo do Estado para elaboração de projeto de infraestrutura; CODEVASF executará 21 projetos de água encanada nos PA.	X	X	SEMA-RH/Gov. Estadual/ EMBRAPA/ CODEVASF			X	
46	1	B	Lentidão na tramitação de processos na SEMA.	MA	Informatização da SEMA.	Iniciada a informatização dos processos (SEMA)		X				X	
47	1	B	Lentidão no processo de publicação das licenças pelo INCRA.	AP	Identificação do responsável e capacitação.		X					X	
48	1	B	Má qualidade e/ou demora na entrega dos estudos e peças técnicas necessários ao licenciamento.	DF/GO	Especificar melhor os produtos a serem contratados no termo de referência; tornar a monitoria dos contratos/convênios mais efetiva e eficiente.	Comissão de PDA.	X			Contratados/convênios		X	
49	1	C	Não cumprimento do Plano de Ação de Controle da Malária (Laudo de Potencial Malarígeno).	AM	Discutir no GT de licenciamento um TACA	O TACA prevê compromissos de adimplências.	X	X					X
50	1	C	Dificuldade em atender as recomendações do Laudo de Potencial Malarígeno.	RO	Realizar reunião INCRA, SEDAM e SESAU para criar Procedimento Padrão.		X	X		SESAU		X	
51	1	C	Ausência de foco das outras enfermidades pela SES no processo de licenciamento dos PA.	AC	Destacar outras enfermidades no Atestado de Condição Sanitária .					SVS/SES			

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis				Caráter da proposta				
							INCRA	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.		
							SR SEDE								
52	1	C	Lista de imóveis em licenciamento desatualizada na Secretaria de Saúde para solicitação do Laudo de Avaliação do Potencial Malarígeno	TO	Disponibilizar para a SESAU informações atualizadas periodicamente; criar coluna no SIPRA com o nome do imóvel que deu origem ao assentamento.		X	X						X	
53	1	C	Dificuldade de acesso aos assentamentos para avaliação do potencial malarígeno.	TO	Disponibilizar informações para o acesso aos imóveis.		X	X						X	
54	1	D	Base Cartográfica e georreferenciamento dos lotes, APP e RL.	AM	Elaborar planos de georreferenciamento dos imóveis e assentamentos.	Em fase de contratação de empresa.	X							X	
55	1	D	Base cartográfica do INCRA insuficiente.	PA	Integração das bases cartográficas; georreferenciamento dos assentamentos.	Há um Grupo de Trabalho/Centro de Integração do Governo alinhando os sistemas de cartografia; SESPÁ já utiliza georreferenciamento em alguns assentamentos; entretanto, o sistema não é compatível com a necessidade do licenciamento.	X							X	Governo Estadual / Sec. Integração
56	1	D	Escala dos mapas inadequada para visualização de APP e RL.	RS	Definir escala de mapeamento 1/1000.	-	X							X	
57	1	D	Exigência do georreferenciamento pelos cartórios para averbação da RL.	SC	Disponibilização de recursos financeiros e humanos.	Estão sendo elaborados Projetos Básicos com georreferenciamento.	X							X	

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis				Caráter da proposta				
							INCRA	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.		
														SR	SEDE
58	1	D	Inadequação dos arquivos digitais (formato <i>Shapes</i>).	MT	Treinar equipe técnica do INCRA.	Programa de treinamento dos responsáveis técnicos pela SEMA.	X	X				X			
59	1	D	Informações descentralizadas e não sistematizadas (INCRA).	RS	Ação efetiva coordenada pela DF/fun-diária.	Aquisição de <i>software</i> - porém com uso restrito.	X					X			
60	1	E	Conteúdo dos PDA insuficientes para análise do processo de licenciamento.	PE	Propor mudança na legislação estadual.	Propostas de conteúdos: INCRA/ IPA, PA Miguel Arraes; Secretaria Estadual de Agricultura; ONG e MS para elaboração de PDA.	X				Mov. sociais	X			
61	1	E	Base de dados do INCRA desatualizada.	AC	Atualizar base de dados em sistema compatível com órgãos do SISNAMA.	Em execução a conversão dos arquivos analógicos por digitais pelo INCRA.	X			X		X			
62	1	E	Banco de Dados e de Informação insuficientes (impactos ambientais, sustentabilidade econômica dos assentados).	AL	Criar e alimentar banco de dados digital (em plataforma <i>web</i>); compartilhar informações entre órgãos competentes.	Processo de implantação do SI-PRA ambiental e criação de banco de dados institucional.	X						X		
63	1	E	Poucos dados sobre Amazônia.	AM	Concentrar dados disponíveis; intensificar levantamentos e disponibilizar os dados.	Proposta do SIPAM em andamento.								X	GT

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis				Caráter da proposta				
							INCRA SR SEDE	OEMA	MMA/ IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.		
64	1	E	Imprecisão da resposta do IBAMA à consulta do INCRA no processo de obtenção.	BA	Fazer consulta ao ICMBIO e INCRA/DTM.		X	X					X		
65	1	E	Pedidos de licença com peças técnicas incompletas e/ou insatisfatórias.	ES		Elaboração de TR para IN do IEMA, explicitando / simplificando o requisito para Licenciamento.	X	X					X		
66	1	E	Insuficiência de informações fisiográficas atualizadas do Estado para embasar as análises dos processos.	ES		O IEMA está adquirendo o levantamento aéreo do estado do ES, com resolução de 1 m. O Estado está elaborando o ZEE.	X	X							X
67	1	E	Processos formalizados com documentação incompleta.	MA	Haver <i>check-list</i> no INCRA (ao sair o processo) e na SEMA (ao entrar).	No INCRA o <i>check-list</i> já foi implementado.	X	X					X		
68	1	E	Processos não instruídos.	PI	Força tarefa (INCRA/SEMAR) para revisão dos processos.	-	X	X					X		
69	1	E	Desinformações sobre os PA; perímetros, mapas, fontes hídricas.	PI	Sistematizar as informações existentes e produzir as inexistentes.	-	X	X					X		
70	1	E	Deficiência das peças técnicas que subsidiam o licenciamento.	RJ	Aumento dos valores pagos à ATEs; aumento do número de técnicos de ATEs x número de famílias atendidas; maior acompanhamento por parte do INCRA; maior interação com ATEs.	Reuniões mensais	X	X					X		Mov. sociais / ATEs

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis					Caráter da proposta			
							INCRA	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.		
														SR	SEDE
71	1	E	Dificuldade em apresentar todas as peças técnicas.	RO	Realizar reunião INCRA, SEDAM e SE-SAU para criar Procedimento Padrão.	Ajustamento do roteiro do PDA	X	X			SESAU	X			
72	1	E	Insuficiência de documentação mínima para análise e andamento dos processos na OEAMA/RR.	RR	GT executar o <i>check-list</i> dos processos		X	X			SVS		X		
73	1	E	Processos de licenciamento (peças técnicas) incompletos e / ou divergentes.	SE	Fazer revisão criteriosa pelo INCRA dos processos antes de serem enviados para o órgão ambiental.		X						X		
74	1	E	Demora no atendimento às requisições de informação complementar.	SP		Criação de um GT interno no INCRA.	X						X		
75	1	E	Ausência de diagnóstico ambiental dos PA.	MT	Celebrar convênio entre INCRA e SEMA para realização do diagnóstico ambiental.	Análise da proposta do convênio.	X	X					X		
76	1	E	Estudos ambientais em desconformidade com Termo de Referência.	MS	Unificar o entendimento do teor dos estudos ambientais apresentados para o licenciamento.		X						X		
77	1	E	Estudos ambientais do INCRA em desacordo com o Termo de Referência fornecido pelo NATURATINS.	TO	Aprimorar o processo de elaboração dos Estudos Ambientais – RVA.		X						X		
78	1	F	Ausência de um instrumento para o repasse de recursos do INCRA para o OEAMA.	AC	Celebração de convênios e TCT.	Revisão do Termo de Cooperação existente.	X						X		X

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis				Caráter da proposta				
							INCRA	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.		
							SR	SEDE							
79	1	F	Limitação do Termo de Cooperação Técnica.	CE	Realizar reunião entre INCRA, SEMA-CE e Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) para encontrar solução.		X		X						X
80	1	G	Descumprimento do contrato de assentamento (INCRA x parceiro).	AM	Acompanhar e rever os contratos periodicamente.	Alguns diagnósticos de situação dos lotes foram realizados.					GT			X	
81	2	A	Anuência Municipal.	BA	Adaptar a redação da solicitação de Anuência da Prefeitura, com prazo para resposta; eliminar a exigência da anuência municipal; consultar PFE / SEDE.		X		X	X			X		
82	2	A	Morosidade das prefeituras em conceder as declarações municipais de conformidade.	CE	Contratação emergencial de pessoal qualificado para atender necessidades imediatas dos órgãos envolvidos com o LA dos assentamentos.		X		X		MDA/MPOG/mov. sociais/Governo Estadual			X	X
83	2	A	Dificuldades para conseguir toda a documentação (ART, declaração da Prefeitura).	ES	Solicitar alteração da Conama 387, visando à dispensa da Anuência da Prefeitura; Solicitar ao IEMA que na ausência da ART a solicitação desta junto ao CREA seja documento hábil à continuidade do processo.					X					X
84	2	A	Dificuldade de obtenção da Certidão de Uso junto às prefeituras.	PB	Mudança desse item na legislação.				X						X

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis				Caráter da proposta					
							INCRA	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.			
														SR	SEDE	
85	2	A	Dificuldade de obtenção da anuência do Município.	PE	Acionar o município por ação declaratória em caso de omissão e; impetrar Mandado de Segurança por negativa injustificada.	-	X								X	
86	2	A	Prefeitura não expede certidão para criação do PA.	RS	Revogar exigência da legislação (387/2006).	-		X								X
87	2	B	Políticas públicas dissociadas.	AM	Levar para o CEDRS a discussão sobre interação das políticas públicas para o licenciamento e desenvolvimento sustentável dos assentamentos - incluir FVS e a SES no CEDRS.	Articulações em andamento.										SEPROR / SDS
88	2	B	Pouca articulação e integração dos órgãos envolvidos.	AP	Criação de um fórum permanente para discussão de políticas de desenvolvimento do PA; inclusão da saúde no TAC (SESA).	TAC; Termo de Referência.	X									IMAP/MPF/MPE/RURAP/SESA / Pastoral da Terra/Batalhão Ambiental / prefeituras/ mov. sociais
89	2	B	Dificuldades nos licenciamento dos PA Interestadual.	ES	Interlocução entre MMA / IBAMA / INCRA visando maior envolvimento do IBAMA no licenciamento dos PA interestaduais.	Reunião entre a SR-20 e IBAMA/ES.	X									X
90	2	B	Integração insuficiente das instituições que participam do processo de licenciamento em Reforma Agrária.	PA	Rever e implementar termos de cooperação entre instituições; efetivar o GT existente com reuniões quinzenais.	TAC; compromisso estabelecido.	X									X

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis				Caráter da proposta				
							INCRA	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.		
														SR SEDE	
91	2	B	Baixa credibilidade entre órgãos públicos e entre estes e os assentados.	PR	Definir um gestor de licenciamento no IAP; procedimento continuado para uniformização e atualização das ações; formar e capacitar os técnicos do IAP para as questões agrárias.		X	X				X			
92	2	B	Dificuldades de integração entre os atores envolvidos no processo de licenciamento.	SE	Criar grupo de trabalho visando solucionar os problemas gerados pelo processo.	Reuniões já foram realizadas.	X	X		SEMARH / mov. sociais			X		
93	2	B	Ausência de compartilhamento das bases de dados do INCRA e do OEMA.	AC	Unificação das bases de dados.	Os <i>shapes</i> do ZEE já foram disponibilizados pelo Estado ao INCRA.	X			MDA		X			
94	2	B	Desentrosamento entre órgãos afins.	AM	Incluir no GT de licenciamento (IPAAM e INCRA) os órgãos envolvidos na temática (IBAMA, IDAM, FVS e FE-TAGRI).	Lei (taxas) foi revisada.	X	X		SDS/IDAM			X		
95	2	B	Deficiência de comunicação entre órgãos envolvidos.	BA	Programar oficinas entre os órgãos para estabelecer procedimentos.		X	X				X			
96	2	B	Pouca integração entre os entes envolvidos com a questão ambiental, com o licenciamento e o INCRA.	PI	Criar espaços de discussão – GT inter setorial; realização de uma oficina estadual.	Proposta de evento da SR-24 previsto para outubro.	X	X		mov. sociais/APPN/INTERPI / Crédito Fundiário /TCU			X		
97	2	B	Falta de envolvimento do IAP na elaboração do PDA.	PR			X					X			

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis				Caráter da proposta			
							INCRA	SEDE	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.
98	2	B	Relação do IAP, INCRA e IBAMA com o Ministério Público é precária.	PR	Realizar reuniões interinstitucionais em instâncias políticas e técnicas; discussão na Câmara Técnica de Melhoria da Qualidade Ambiental dos Assentamentos da Reforma Agrária.	Câmara Técnica de Melhoria da Qualidade Ambiental dos Assentamentos da Reforma Agrária existente.	X		X					X
99	2	B	Pouca integração entre os órgãos ambientais nas ações / informações do licenciamento ambiental.	RR	Elaboração de um banco de dados geográficos único.	Troca de informações INCRA/OEMA.	X		X				X	
100	2	B	Falta de sincronia entre as atividades do INCRA e FEEMA.	RJ	Acordo de Cooperação Técnica INCRA x FEEMA para agilização dos licenciamentos (especialização de técnicos envolvidos, criação de núcleo específico, GT).	Reuniões realizadas (FEEMA, INCRA e mov. sociais)	X		X					X
101	2	B	Comunicação ineficiente entre INCRA, OEMA e outros órgãos ambientais.	SP	Criação de um Grupo de Trabalho Interinstitucional.		X		X				X	
102	2	B	Conflito de competências.	AP	Pauta específica para o Fórum.		X		X					
103	2	B	Demora na análise e assinatura do TAC.	DF/GO	Realizar reunião política entre IBAMA, SEMARH, MPF, MPE, INCRA (SR 04 e SR 27).	Realização de reunião técnica, no dia 11/12, envolvendo IBAMA, SEMARH, MPF, MPE e INCRA.	X		X					X

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis					Caráter da proposta				
							INCRA	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.			
							SR	SEDE								
104	2	B	Deficiência na comunicação entre os órgãos no DF.	DF/GO	Criar GT entre SR-28, IBAMA/DF, movimentos sociais para encaminhar soluções que melhorem a comunicação entre os órgãos.										X	
105	2	B	Ausência de TAC para os PA do INCRA/MT.	MT	Criação de GT institucional para elaboração do TAC.	Mínuta de TAC em discussão.	X	X	X	X			MPE/MPF/mov. sociais			X
106	2	B	Desarticulação entre entidades (INCRA / IBAMA / IMASUL / MPF / MPE / mov. sociais; legislação incoerente com o fluxo de implantação dos PA; normas interpretadas de formas distintas.	MS	Criar um Grupo de Trabalho com a participação das entidades envolvidas no licenciamento.		X	X	X	X			MPE/MPF/mov. sociais	X		
107	2	B	Diversidade de procedimentos.	DF/GO	Realizar reunião envolvendo OEMA, IBAMA e INCRA com a finalidade de adequar procedimentos respeitando as especificidades legais.	-	X	X	X	X			MDA		X	
108	2	B	Monitoramento pelo Ministério Público Federal das ações assumidas no TAC.	TO	Realizar reuniões periódicas conforme o TAC.		X	X	X	X			MPF/MPF/mov. sociais			X
109	2	B	Dificuldades na implantação do CTGA (Comissão técnica de garantia ambiental).	BA	Concluir o regimento da CTGA do INCRA; apoio do IMA na formação do CTGA.		X	X	X	X			Mov. sociais/assentados			X
110	2	C	Pouca prioridade dos movimentos sociais em relação ao meio ambiente.	BA	Realizar seminário para sensibilização da questão ambiental.	Seminário para segunda semana de outubro.	X	X	X	X			MDA			X

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis				Caráter da proposta			
							INCRA	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.	
							SR	SEDE						
111	2	C	Pequena participação dos assentados nas diversas etapas do Licenciamento Ambiental.	TO	Criar e implantar comissão de acompanhamento conforme o TAC.		X		X		ATES/MPF/mov. sociais			X
112	2	C	Pouca participação dos assentados no processo de licenciamento ambiental.	AP	Promover seminário para inclusão dos assentados no processo de licenciamento ambiental.		X		X		IMAP			X
113	2	C	Baixa participação dos assentados na elaboração do PDA (estudos).	PR	Buscar estratégias para ampliar a participação.	Nova metodologia de elaboração de planos adotada.	X		X		Assentados			X
114	2	C	Pouca participação dos assentados no processo de licenciamento ambiental.	RR	Incluir representação dos assentados no GT; realizar reuniões periódicas nos PA sobre o LA e outros temas; definir regras / critérios que incluam a educação ambiental nos PA.		X			X	FEMACT / CIEA			X
115	2	D	Concentrações de recursos nos Territórios da Cidadania.	BA	Disponibilização de recursos para todos os territórios.		X		X		MDA			X
116	2	D	Assentamentos Fora dos "Territórios da Cidadania".	CE	Criar novos Territórios priorizando os Assentamentos.				X		MDA/ Gov. Estadual/ Mov. sociais		X	
117	2	D	Insuficiência de recursos fora dos Territórios da Cidadania.	MA		Criação de 2 novos Territórios da Cidadania.								
118	2	E	Pouca interação entre os serviços do INCRA (ATES, infra - estrutura).	PI	Dar prosseguimento ao plano de ação do INCRA.	Licitação de ATES.	X							X

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis						Caráter da proposta				
							INCRA	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.	SR SEDE	INCRA		
119	2	E	Serviço de Meio Ambiente localizado na Obtenção.	BA	Vincular o Serviço do Meio Ambiente diretamente ao GAB; Criar uma Divisão.		X					X			X		
120	2	E	Não compartilhamento interinstitucional de produtos cartográficos e informações georreferenciadas.	PR	Realizar Termo de Cooperação Interinstitucional para compartilhamento de produtos cartográficos e informações georreferenciadas + agenda para tanto.	-	X		X		ITCG			X			
121	2	E	Não há adequada transversalidade da questão ambiental nos setores do INCRA.	RS	Criação de uma diretoria ambiental - ações integradas nas divisões do INCRA.	Oficinas ambientais e tratamento de mandas pontuais.	X		X					X			
122	2	E	Baixa prioridade da questão ambiental na reforma agrária.	DF/GO	Reforçar o orçamento do INCRA nas ações de desenvolvimento dos PA e na recuperação ambiental.				X		MPOG					X	
123	2	E	Baixa disseminação da cultura do fator ambiental na estrutura funcional do INCRA.	TO	Implementar uma agenda ambiental na SR- 26-TO.		X		X					X			
124	2	F	Inexistência do Zoneamento Agro-econômico-ecológico.	AM	Priorizar as áreas de assentamentos para a elaboração do ZEE.		X				CEDRS/ Comissão Estadual do ZEE			X			
125	2	G	Centralização do órgão ambiental estadual na capital.	PA	Descentralização da análise dos processos para os pólos onde o INCRA esta sediado.	Compromisso do INCRA em apoiar as ações da SEMA.	X							X			

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis				Caráter da proposta						
							INCRA	SEDE	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.			
126	2	H	SR 29 e SR 23 tendo que lidar com procedimentos distintos em 2 estados.	PE	Cumprir o estabelecido na resolução CONAMA.	Articulação política do Presidente do INCRA junto ao Governo da Bahia.	X		X								
127	2	I	Vencimento do TAC.	RR	Publicação pelo Estado de IN com conteúdo do Termo de Referência.		X		X	MPE							
128	2	I	Responsabilização preceituosa dos assentamentos pelo processo de desmatamento.	PR	Promover encontro anual que aborde a relação entre sustentabilidade e os preceitos sócio-ambientais; Divulgação de produtos e de práticas desenvolvidas nos assentamentos; Estabelecimento de mosaicos e corredores de biodiversidade.		X		X	ATES/ Assentados/ Pre-feituras/ Sociedade				X			
129	2	I	Uso dos instrumentos de licenciamento ambiental com conotações político-ideológica; Direito de igualdade para os trabalhadores e acampados; Perseguição aos assentados (TCU).	RJ	INCRA e IBAMA interpelar os órgãos de controle sobre os investimentos públicos em monoculturas; Tratamento igualitário para os órgãos de controle em relação aos investimentos públicos.		X		X	MDA/ TCU				X			
130	2	I	Publicidade negativa em relação ao processo de reforma agrária.	RJ	Campanha para melhorar imagem da reforma agrária. Divulgação a efetividade socio-econômica-ambiental dos PA no Rio de Janeiro; Maior interação (demandar ações) com a ASCOM/ INCRA. Pronunciamento do MDA em defesa da RA inclusive quanto à questão ambiental.		X		X	MDA/ ASCOM/ Mov. sociais							X

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis			Caráter da proposta				
							INCRA SR SEDE	OEMA	ICMBio e MMA/ IBAMA	Outros	Norm.	Operac.	Artic.	
131	2	I	Tratamento desigual do TCU em relação ao INCRA e o Agronegócio.	SP	Recomendação que o TCU fiscalize a utilização de recursos públicos no agronegócio financiado pelo BNDES.			X						
132	2	I	Acórdão TCU que impede e implantação de PA sem LIO.	RS	Ação mais efetiva para reverter ou adequar o acórdão.	Plano de ação ambiental.		X	X		MDA/ Casa Civil			X
133	2	I	Depreciação da imagem dos assentados.	RN	Criação de uma Agenda Positiva na imprensa local e estadual; Pronunciamento do Ministro em defesa da Reforma Agrária.	Divulgação Interna.		X			MDA			X
134	2	J	Realidade fisiográfica do Estado.	AM	Descentralizar a gestão das políticas públicas.	INCRA possui metodologias, mas precisam ser revisadas.					SDS			X
135	2	J	Baixa sensibilização dos governos para a questão ambiental.	TO	Despertar a atenção das lideranças para a questão ambiental.			X	X	X				X
136	2	K	LP como pré-requisito para obtenção de imóveis.	RS	Negociar com a FEPAM LP sem visto-ria (basear-se no ZAS e LAF).	Discussão inicial c/ SEMA para termo de cooperação.				X	FEPAM			X
137	3	A	Tratamento igual tanto para empreendimentos privados quanto para projetos de interesse social.	PR	Definir um gestor de licenciamento no IAP; Procedimento continuado para uniformização e atualização das ações; Formar e capacitar os técnicos do IAP para as questões agrárias.			X						X

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis					Caráter da proposta		
							INCRA	SEDE	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.
138	3	A	Consideração dos PA como grande propriedade no cômputo da APP na Reserva Legal.	PR	Integrar as SR do Sul para articular com as procuradorias e a direção do INCRA Sede, MMA e demais órgãos a busca do reconhecimento dos PA como pequenos estabelecimentos rurais familiares.	Articulação entre SR's.	X	X	X	PJ	X			
139	3	A	Não cumprimento pela SEMA do Art. 13 da Res. CONAMA 387 (conferir prioridade na análise e concessão das licenças).	PA	Criar equipe específica para o licenciamento de assentamentos.	Está em formação uma equipe para realizar uma força tarefa.	X	X	X	Mov. sociais	X			X
140	3	A	Morosidade do OEMA na expedição de licenças.	BA	Ampliar número de técnicos exclusivo para licenciamento de reforma agrária.	Contratação de 90 para o licenciamento ambiental e aquisição de mais veículos.		X	X			X		
141	3	A	Morosidade do processo de licenciamento ambiental; A FEEMA não prioriza os processos de licenciamento ambiental dos Projetos de Assentamentos.	RJ	Acordo de Cooperação Técnica INCRA x FEEMA para agilização dos licenciamentos (especialização de técnicos envolvidos, criação de núcleo específico, GT).	Reuniões realizadas FEEMA, INCRA e Mov. sociais).	X	X	X	MDA/ Mov. sociais/ ITERJ	X			X
142	3	A	Não priorização da Reforma Agrária pelos órgãos ambientais.	SP	Estrutura específica na Reforma Agrária.		X	X	X	MDA/ Mov. sociais	X			X
143	3	A	Concepção de assentamento como empreendimento.	PI	Propor mudanças ao CONAMA.	-	X	X	X	Mov. sociais	X			X
144	3	A	Burocracia excessiva no processo de licenciamento.	AP	Edição de Instrução Normativa específica sobre procedimentos simplificados de L.A.			X	X	IMAP	X			

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis					Caráter da proposta				
							INCRA	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.			
							SR	SEDE								
145	3	A	Excesso de burocracia (morosidade).	AM	Rever e aperfeiçoar os procedimentos no licenciamento.	Em andamento o ZEE do Estado.								X		
146	3	A	Complexidade para solicitação de autorização de supressão de vegetação.	BA	Apresentar proposta para o procedimento de supressão de vegetação.		X		X					X		
147	3	A	Baixa prioridade da reforma agrária nos órgãos ambientais.	DF/GO	Fazer gestão visando à contratação de servidores por meio de concurso público; Capacitar servidores visando maior envolvimento nas questões de licenciamento dos PA; Criar GT no OEMA para propor formas de priorizar a questão da reforma agrária.				X					X		
148	3	A	Não priorização pela SEMA na análise dos licenciamentos dos PA do INCRA.	MT	Verificar procedimentos estabelecidos na SEMA.	Inquérito civil do MPE.	X		X					X		
149	3	B	Não definição de competências no Plano de Ação de Controle da Malária; Curto prazo para entrega do laudo de potencial malarígeno (60 dias).	AP	Criação de um GT para definir as competências (participação de estados da Amazônia Legal).	Elaboração de Nota Técnica INCRA - Ministério da Saúde.	X	X	X					X		
150	3	B	Indefinição de responsabilidades institucionais para implementação do Programa de Malária.	PA	Definir as atribuições das instituições conjuntamente.	- Construção de nota técnica entre INCRA e Ministério da Saúde .	X									X

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis				Caráter da proposta		
							INCRA	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.
151	3	B	Demora na apresentação do Laudo de Potencial Malarígeno pelo INCRA no processo de licenciamento.	AC	Revisão da Portaria SVS 47/2006 e SVS 45/2007; Maior envolvimento da SVS no GT de licenciamento; Envolvimento do INCRA e MMA no processo de revisão das portarias.	X	X	X	MDA/ MAPA/ Governos/ Mov. Sociais/ SVS/SES	X			
152	3	B	Indefinição de competências do INCRA e do SVS/Min. Saúde em relação às atividades previstas na Port. 2021/2003 MDA/Min. Saúde.	MT	Revisar portaria.	X	X	X	MDA / SVS			X	
153	3	B	Indefinição de prioridade entre INCRA e SESP/PA para emissão do LAPM-ATCS.	PA	Definir conjuntamente as prioridades.	X			SESPA/ Mov. sociais/ Sec. Munic. de Saúde			X	
154	3	C	Validade da licença (1 ano).	AM	Alterar lei estadual.	X						X	
155	3	C	Licenças válidas por apenas 1 a 2 anos (LP, LIO).	AP	Emissão de LIO com validade de 2 anos, inclusive para aquelas já emitidas; Revisão dos prazos.	X		X	IMAP			X	
156	3	C	Vigência da LP insuficiente (1 ano).	AC	Ampliar vigência da LP para 3 anos; OEMA adotar o prazo da Conama 387.		X		SVS/ MDA			X	
157	3	C	Na visão do INCRA o prazo de validade da LP e LIO são pequenos.	PB	Dilatação do prazo.	X		X	Mov. sociais			X	

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis					Caráter da proposta				
							INCRA	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.			
							SR SEDE									
158	3	C	Prazo de validade da licença.	PE	Impetrar Mandado de Segurança por negativa injustificada.	Estabelecimento de novo prazo pela CPRH: LP - 2 anos; LI - 4 anos .	X	X			Mov. sociais	X				
159	3	D	Inexistência do Termo de Referência.	AL	Elaborar Termo de Referência de forma exequível.	O INCRA tem uma proposta de TR elaborada.	X					X				
160	3	D	Indefinição de procedimentos em relação aos crimes ambientais.	RS	Nivelar o assunto entre os servidores do INCRA; Realizar curso de ilícitos ambientais para a região sul.	Contato com Polícia Federal e realização de curso de ilícitos ambientais (re-gião norte).	X				Polícia Federal	X				
161	3	D	Falta de clareza nos procedimentos e fluxos e ausência de Termos de Referência.	SP	Revisão de procedimentos, fluxos e elaboração de Termos de Referência por GTI.		X				Mov. sociais ITESP	X				
162	3	D	Desorganização e indefinição dos fluxos e procedimentos.	PA	Implementação de fluxograma e Sistema de Licenciamento Ambiental; Elaboração e implementação de termos de referência.	SEMA tem proposta (<i>check-list</i>).	X				SESPA	X				
163	3	D	Ausência de padronização dos procedimentos para o licenciamento nos regionais do IAP.	PR	Definir um gestor de licenciamento no IAP; Procedimento continuado para uniformização e atualização das ações; Formar e capacitar os técnicos do IAP para as questões agrárias.	-	X				X	X				
164	3	D	Indefinição de procedimentos para regularização de atividades não agrícolas nos PA (olarias).	PI	Revisar os termos de referência (olarias) das atividades adequando aos assentamentos.	-					X	X				

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis					Caráter da proposta		
							INCRA	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.	
														SR
165	3	D	Repetição de procedimento para licenciamento de desmate e do assentamento.	DF/GO	Constituir GT para estudar a viabilidade de técnica de unificar os procedimentos	X	X	X				X		
166	3	D	Inexistência da agenda prevista no artigo 8º e §2º da RC 387/2008.	PR	Acordar com o IAP a agenda estabelecida no Plano de Ação do INCRA.	X	X							X
167	3	D	Generalização de soluções para problemas complexos e polêmicos.	PR	Procurar soluções específicas, caso a caso.	X		X						X
168	3	D	Papel não definido dos atores que atuam na RA e na execução das medidas mitigadoras.	RS	Especificar as ações ambientais nos convênios contratos ATES; Seminário para nivelamento com os atores .	X							ATES	X
169	3	E	Inexistência de legislação estadual específica para assentamentos; Ausência de prazos para manifestação.	AP	Edição de Instrução Normativa específica para LA dos assentamentos; Reformulação do Código Ambiental Estadual.	X		X					IMAP/MPF/MPE/Mov. sociais	X
170	3	E	Norma Técnica Estadual 001/06 inadequada / necessidade de EIA/RIMA.	BA	Apresentar proposta de reformulação de norma técnica / apresentar proposta de norma técnica para discussão com movimento social.	X		X						X
171	3	E	Normas de licenciamento conflitantes com a realidade regional.	CE	Alterar a legislação para flexibilizar o licenciamento dos assentamentos considerando-se as especificidades regionais .	X		X					Mov. sociais	X

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis				Caráter da proposta			
							INCRA	SR SEDE	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.
172	3	E	Falta de cultura do INCRA, FEEMA e IBAMA para esses licenciamentos; Marco regulatório; Falta de normatização do processo de LA para PARA, abrindo espaço para subjetividade; Diferentes concepções da questão "Projetos de Assentamentos" entre as instituições.	RJ	Apresentar ao Conselho Estadual de Controle Ambiental - CECA proposta de normas que viabilizem o licenciamento; Eliminar consulta à prefeitura e análise da legislação municipal.	Reunião agendada para 08 de setembro.	X	X	X			X		
173	3	E	Entraves existentes na própria Resolução CONAMA 387/06 - Certidão da prefeitura, LP, LIO e prazos não realistas.	SP	Elaborar proposta de revisão da Res. 387/06 por GTI.		X	X	X				X	
174	3	E	Descumprimento da legislação ambiental.	MT	Implantar programa de capacitação em legislação ambiental.		X	X	X				X	
175	3	E	Operacionalização da Portaria Conjunta n.º 01/INCRA, INTERMAT, SEMA.	MT	Revisar a portaria.		X	X	X				X	
176	3	E	Exaurimento da vigência da Instrução Normativa que regulamenta o desmatamento em assentamentos.	TO	Reedição da Instrução Normativa dentro da vigência do TAC.		X	X	X				X	
177	3	E	Inexistência de normatização específica para licenciamento de assentamentos de Reforma Agrária.	TO	Elaborar e editar norma estadual específica para licenciamento de assentamentos.		X	X	X				X	
178	3	E	Autorização de Queima Controlada - AQC e Autorização de Exploração Florestal - AEF sem licença prévia e LFPR.	TO	Estabelecer procedimentos específicos para os assentamentos existentes.		X	X	X				X	

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis				Caráter da proposta				
							INCRA	SEDE	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.	
179	3	E	Dificuldades de adequação à legislação para os Projetos de Assentamentos antigos (anteriores a Resolução CO-NAMA 387-06).	SE	Realizar eventos de discussão, estabelecer linhas de prioridades de ações e definir metodologias; Identificar as principais condicionantes; Listar alternativas de resolver.	Formatação de Termo de Cooperação Técnica entre ADEMA e INCRA em discussão/negociação.	X	X	X	X		X			
180	3	F	Alto custo das taxas.	AL	Apresentar proposta de revisão do Decreto Estadual.		X							X	
181	3	F	Taxa do licenciamento.	AP	Negociação para isenção da taxa.	Minuta de convênio em estudo para isenção.	X	X	X	IMAP		X		X	
182	3	F	Cobrança de taxas.	ES	Inclusão do INCRA na Lei 7001/98 que isenta as autarquias das cobranças de taxas.	Solicitação do INCRA ao Governador do Espírito Santo de isenção de taxas.	X	X	X					X	
183	3	F	Alto custo do processo de licenciamento ambiental.	RJ	Isenção das taxas.	Solicitação de audiência com Governador.	X	X	X		Gov. Estadual/Mov. sociais			X	
184	3	F	Taxas de licenciamento elevadas.	RO	Estabelecimento de TCT para execução das ações de licenciamento e redução das taxas.		X	X	X					X	

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis				Caráter da proposta			
							INCRA	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.	
							SR SEDE							
185	4	A	Existência de Passivo ambiental em PA já implantados e submetidos a licenciamento.	AC	Quantificação dos Passivos; Identificação de responsáveis pelos Passivos; Elaboração de Plano para solucionar Passivos; Incrementar os recursos já existentes.	Mapeamento para sensoramento remoto; Mapeamento para sens. Remoto; Plano de valorização do ativo ambiental (Gov. Estadual); Plano de valorização do ativo ambiental (Gov. Estadual).	X		X				X	
186	4	A	Passivo ambiental em Reserva Legal e APP.	AM	Implantar projetos para recuperação e recomposição de APP e RL; Articulação entre os órgãos para estabelecer critérios para averbação de RL coletiva e individual.	Existe plano do INCRA.			X		FVS		X	
187	4	A	Indefinição de Reserva Legal, APP em assentamentos já implantados.	AP	Integração da SEMA à Comissão existente.	Elaboração de PDA's e PRA's.	X		X		IMAP/IEPA		X	
188	4	A	Dificuldade de definição da área de Reserva Legal em PA antigos.	MA	Promover um seminário técnico para discutir o uso da Reserva Legal e os critérios para sua definição o INCRA deverá adquirir áreas para compensação de reservas legais.				X				X	
189	4	A	Projetos de Assentamento com APP degradadas.	MA	Construir um Plano de Ação Conjunta com os diversos programas do INCRA e parceiros.		X							X

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis				Caráter da proposta				
							INCRA	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.		
							SR	SEDE							
190	4	A	Concepção diferenciada sobre uso da Reserva Legal.	MA	Promover um seminário técnico para discutir o uso da Reserva Legal; INCRA deverá adquirir áreas para compensação de reservas legais.		X		X					X	
191	4	A	Dificuldade para delimitar a Reserva Legal; ocupação aleatória.	PA	Fazer adequação a partir da legislação vigente; Fazer ocupação da área de maneira planejada.		X		X		Mov. sociais			X	
192	4	A	Inexistência de área física para Reserva Legal.	PB	Compensação ambiental.			X	X	X	Procuradoria do INCRA/ Diretoria de Obtenção			X	
193	4	A	Reserva Legal não averbada.	PB	Termo de Cooperação Técnica com a OEMA.		X		X		SUDEMA			X	
194	4	A	Passivo ambiental na aquisição de imóveis.	PB	Criação do fundo ambiental.			X			MPOG			X	
195	4	A	Reserva Legal não demarcada e não averbada; Problemas ambientais decorrentes da ocupação atual e/ou anterior; Assentamento sem Reserva Legal.	PI	Revisar o TAC de forma que contemple os problemas da Reserva Legal.	Identificação espacial da Reserva Legal, Elaboração de P.B, Licitação; Reserva no Lote.	X		X					X	

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis				Caráter da proposta		
							INCRA SR SEDE	OEMA	ICMBio e MMA/IBAMA	Outros	Norm.	Operac.	Artic.
196	4	A	Insuficiência de Reserva Legal (áreas inexistentes) / Situação agravada em assentamentos localizados em áreas prioritárias para conservação (APA, Corredores Ecológicos) / Existência de APP's não preservadas.	PR	Aquisição de áreas para cobrir Passivo de RL; Integrar as SR da região sul junto ao INCRA sede e MDA a aquisição de terras para compensação de Reserva Legal e desocupação de APP; Implementação de SAF's; Implementar as ações operacionais previstas no PPA (manejo e educação ambiental visando à recuperação dos agro-ecossistemas).	Articulação entre SR's, elaboração de projetos de recuperação.	X	X	X	ATES	X		
197	4	A	Existência de elevado Passivo ambiental.	RO	Realizar reunião do INCRA/SEDAM para priorizar a recuperação de APPs em Projetos de Assentamento; Definir áreas para compensação ambiental (Reserva Legal).	SEDAM: Programa de Superação de Matas Ciliares; Ação de Manejo Ambiental -INCRA.	X	X	X	Gov. Federal	X		
198	4	A	Passivos ambientais (regularização) - PA antigos.	RR	Passivos - notificar o INCRA para tomar providências; Recuperar RL e APP nos PA onde for viável. Destinar outras áreas na mesma bacia para compensação.		X	X	X	FEMA-TEC/ Mov. sociais	X		
199	4	A	PA sem RL averbada (com área para a RL).	SC	Georreferenciar, averbar. Prevê no PPA recursos financeiros para o georreferenciamento.		X					X	
200	4	A	PA sem RL averbada (sem área para a RL).	SC	Aquisição de áreas para compensar, e/ou; compensar com áreas de outros PA, e/ou; enquadramento dos PA na Portaria FATMA nº 18.		X		X			X	
201	4	A	Dificuldades na recuperação de APP em função do alto custo (mudas e/ou cercas).	SC	Identificar metodologia e capacitar técnicos.		X	X	X	Projeto TAL/ Universidades	X		X

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis				Caráter da proposta		
							INCRA	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.
202	4	A	Existência de Passivo ambiental nas áreas desapropriadas.	SE	Identificar o real valor do dano ambiental (formação dos técnicos); Elaboração de Projetos para recuperação; restauração das áreas degradadas; Criar Fundo Ambiental para recuperação do Passivo com recursos das indenizações descontados nas desapropriações.	Incluído no Plano Nacional de Capacitação do INCRA.	X				X	X	
203	4	A	Dificuldade de definição e compensação da RL.	RS	Criação de unidade de conservação para compensar a RL de PA a partir da aquisição de áreas pelo INCRA; PA como condomínio de pequenas propriedades.	Oficinas e reuniões com PFE/RS (Procuradoria Federal Especializada) sem solução.	X	X	X	PFE/MDA	X		
204	4	A	Regularizar Reservas Legais e APP (PA antigos) para o licenciamento.	MS	Alocar recursos financeiros para atender condicionantes; definir procedimentos para a compensação de Reserva Legal e outros instrumentos visando à regularização ambiental dos PA.		X	X	X	MPE/MPF	X		
205	4	A	Inexistência de Reserva Legal e/ou menor do que o exigido na legislação.	DF/GO	Adquirir ou designar áreas extrapropriedade para RL para resolver o Passivo ambiental dos assentamentos já criados onde não foi possível outra solução; Destinar parcelas retomadas para RL preferencialmente formando corredores.	Obtenção da Fazenda Arca/ Faz. M. Grande.	X	X	X		X	X	
206	4	A	Demarcação e Averbação da RL.	RN	Definição e Acompanhamento da Demarcação das áreas pelo INCRA, IDEMA e IBAMA; Disponibilização da base cartográfica do INCRA.	Convênio com FUNPEC / RN.	X	X	X				X

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis					Caráter da proposta			
							INCRA SR SEDE	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.		
207	4	A	Falta de Identificação da APP.	RN	Identificar as áreas de APP nas plantas dos assentamentos.	Levantamento de algumas áreas de APP.	X	X		IGARN		X			
208	4	B	Dificuldades na implantação de projetos de recuperação ambiental.	PB	Consolidação da ATES.		X			Mov. sociais		X			
209	4	B	Indefinição de parâmetros para avaliação dos Passivos ambientais.	PE	Definir metodologia para avaliação de passivo ambiental.	-		X		CONSE-MA		X			
210	4	B	Previsão orçamentária insuficiente para recuperação de áreas (em médio prazo).	PR	Identificar metodologias de recuperação do Passivo ambiental com custos menores. Realizar parcerias com outras instituições, compartilhando custos.	Realização de estudos de recuperação e capacitação em convênios.	X							X	
211	4	B	Ausência de controle de Reserva Legal pelo INCRA e assentados.	PB	Consolidação da ATES.	Confecção do TCT (em análise).	X			ATES		X			
212	4	C	Exigência de teste de absorção do solo para cada unidade familiar do Passivo habitacional.	PE	Estabelecer padrão sanitário do Passivo e para os Projetos de Assentamento implantados até o Acórdão do TCU.	Proposta do INCRA em análise na CPRH.	X	X				X			
213	4	C	Licenças e outorgas para poços.	PI	Fazer levantamentos detalhados dos assentamentos (poços).	INCRA - convênio com CPRM.	X			CPRM		X			X
214	4	C	Autuações impedindo o licenciamento.	PR	Elaboração de TAC por PA.	Discussão de TAC para PA específicos.	X	X				X			X

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis					Caráter da proposta		
							INCRA	OEMA	ICMBio	MMA/IBAMA e	Outros	Norm.	Operac.	Artic.
215	4	C	Necessidade de retificação da área e atualização da matrícula (RL).	PR	Levantamento dos PA quanto ao mapeamento e situação domínial; Integração entre os setores do INCRA para aplicação dos procedimentos.	Termo de referência ajustado para atender ao SISLEG.	X					X		
216	4	C	Ocupação irregular em assentamentos (APP e RL).	BA	Diagnosticar ocupação irregular e buscar saná-las no processo de licenciamento.		X	X		Mov. sociais		X		
217	4	C	Parcelamento em áreas de RL e PMFS averbados (proprietário anterior).	PR	Identificar proposta no PDA ou PRA.	Elaboração de PRA / PDA.	X	X			X			
218	4	C	Remanejamento de famílias assentadas em lotes com restrições ambientais.	PR	Integrar as SR da região Sul para articular junto ao INCRA sede e MDA a aquisição de terras para compensação de Reserva Legal e desocupação de APP.	Articulação das SR.	X	X		SR's 09, 10 e 11			X	
219	4	C	PA com RL averbada ocupada ou área insuficiente.	SC	Cancelar averbação e /ou realocar a RL.		X	X			X		X	
220	4	C	Dificuldades na recuperação de APP's em função da ocupação da área.	SC	1. intensificar as ações de educação ambiental continuada pela ATES e EPAGRI. 2. ampliar o número de projeto de educação ambiental; 3. reordenamento territorial do assentamento.	Recuperação de APP e educação ambiental em 14 PA de Passos Maia. Licitação para mais 31 PA.	X			EPAGRI/Conveniados			X	
221	4	C	Dificuldades de cumprir os condicionantes.	SE	Criar grupo de trabalho visando solucionar os problemas gerados pelo processo.	Reuniões já foram realizadas.	X	X		SEMA-RH/Mov. sociais			X	

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis					Caráter da proposta			
							INCRA SR SEDE	OEMA	MMA/ IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.		
222	4	C	Dificuldade na regularização dos assentamentos já implantados.	SP	Elaboração de um TAC.	Em discussão minuta de TAC.	X	X							X
223	4	C	Adequação do Passivo ambiental à legislação vigente.	TO	Estabelecer procedimentos específicos para os assentamentos existentes; alocar recursos financeiros para atender condicionantes; definir procedimentos para a compensação de Reserva Legal e outros instrumentos visando à regularização ambiental dos PA.		X	X		Mov. sociais					
224	5	A	Ausência de metodologia apropriada para promover mudanças nas práticas dos PA quanto ao uso de Reserva Legal e APP.	MA	Construir um Plano de Ação Conjunta com os diversos programas do INCRA e parceiros.	Material educativo já elaborado e educação ambiental pontual.	X	X		Mov. sociais			X		
225	5	A	Deficiência e/ou inexistência do serviço de ATEs.	AC	Envolver os órgãos de agricultura das três esferas no processo de criação, licenciamento e implantação dos PA; Fortalecimento da estrutura dos Serviços de ATEs; Capacitação e qualificação dos serviços de ATEs prestados; Revisão e avaliação dos convênios já existentes.	Convênios já formados; Em análise.		X		Prefeituras			X		X
226	5	A	Insuficiência de assistência técnica qualificada (quantidade e qualidade).	AM	Qualificar e ampliar a assistência técnica existente.	INCRA possui convênios com parceiros.	X			IDAM			X		
227	5	A	Assistência técnica insuficiente.	BA	Implantar programa de formações contínuas sobre a questão ambiental.		X			Fórum de ATEs			X		
228	5	A	Número de Técnicos qualificados para execução das ações de meio ambiente insuficiente.	BA	Contratar e qualificar corpo técnico de meio ambiente.	Convenio e REDA.	X	X					X		X

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis				Caráter da proposta		
							INCRA	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.
229	5	A	Deficiência nas organizações de base.	PA	Implementar um programa de capacitação e mobilização; fortalecimento da ATES.	Agentes ambientais voluntários (ICMBio).	X	X	X			X	
230	5	A	Insuficiência de assistência técnica nos PA.	RR	Buscar parcerias com Universidades Estaduais; Elaborar planos para fortalecer ATES/ATER, via parcerias.	Superintendência já recebeu sugestões e orientações para otimizar os recursos da ATES.	X			Gov. Estado/ Mov. sociais/ Emprapa/ UFRR/ UERR/ Prefeituras/ CIEAs		X	
231	5	A	Dificuldade de mudança do modelo de produção - técnicos de ATES sem perfil técnico para elaborar PDA.	PR	Promoção de intercâmbios para difusão de alternativas sustentáveis.	Previsão de capacitação em convênio da ATES.	X	X	X	ATES/ SEAB		X	
232	5	A	Dificuldade de mudança do modelo de produção - Insuficiência na educação ambiental nos assentamentos.	PR	Apoio à consolidação de cadeias de produtos sustentáveis.	Previsão de capacitação em convênio da ATES.	X	X	X	SEAB/ ATES		X	
233	5	A	Dificuldade de mudança do modelo de produção pela estrutura inadequada (pessoal, técnica e logística).	PR	Capacitação para técnicos e assentados em agroecologia e legislação ambiental.	Previsão de capacitação em convênio da ATES.	X	X	X	ATES/ SEAB		X	
234	5	A	Deficiência dos sistemas de ATES.	PB	Revisão e reestruturação do sistema ATES.		X			Gov. Fed. Est. e Municipais/ mov. sociais			X

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis					Caráter da proposta				
							INCRA SR SEDE	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.			
235	5	A	Insuficiência e inadequação da assistência técnica.	MT	Fiscalização das ATES junto aos assentamentos.	X			EM-PAER/mov. sociais				X			
236	5	B	Ausência de um processo de educação ambiental massivo nos PA por todos os órgãos envolvidos.	AC	Estender a Política Nacional de Educação Ambiental aos PA.		X	X							X	
237	5	B	Inexistência de capacitação continuada para técnicos dos órgãos governamentais e ONG, envolvidos no processo de licenciamento.	AL	Promover programas de capacitação continuada e integrada na elaboração de estudos e diagnóstico ambiental.	X	X									X
238	5	B	Capacitação de mais técnicos do INCRA.	AM	Ampliar capacitação técnica do INCRA.			X								X
239	5	B	Falta de capacitação dos técnicos da SEMA para o trabalho de licenciamento ambiental de Projetos de Assentamento.	MA	Realizar oficinas em conjunto com INCRA e MMA, visando entendimento sobre a reforma agrária.	X	X	X								X
240	5	B	Deficiência dos técnicos do INCRA, SEMA e SESPA em geoprocessamento.	PA	Qualificação do pessoal existente; Curso com habilidades específicas; Terceirizar os serviços.	X										X
241	5	B	Falta de capacitação dos técnicos da área ambiental.	PB	Programa de capacitação.	X	X	X								X
242	5	B	Desconhecimento das normas e dos aspectos técnicos CPRH, INCRA e assentados.	PE	Realizar capacitação técnica e normativa para OEMA, INCRA e assentados.	X										X

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis					Caráter da proposta				
							INCRA	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.			
														SR	SEDE	
243	5	B	Capacitação do corpo técnico; análise processual.	PI	Nivelamento quanto à questão ambiental e agrária - Seminário.	-	X	X				X				
244	5	B	Desconhecimento do processo de desapropriação pelos órgãos ambientais.	SE	INCRA realizar palestra sobre o processo de desapropriação.		X	X		SEMARH						
245	5	B	Desconhecimento de práticas diferenciadas para a liberação dos créditos pelo Agente Financiador.	AC	Divulgação das modalidades diferenciadas para o Agente Financeiro; Estabelecimento de linhas de crédito específicas para cada modalidade.		X	X								x
246	5	B	Desconhecimento das questões ambientais pelas famílias assentadas.	AL	Elaborar e implementar programa de Educação Ambiental nos assentamentos.	Convênio INCRA e IMA.	X	X								X
247	5	B	Baixa capacitação dos assentados para a produção sustentável e para a conservação dos recursos naturais.	AM	Criar/melhorar/ampliar programas de capacitação.	Planos de utilização do INCRA.	X									X
248	5	B	Desconhecimento de questões ambientais pelas famílias assentadas.	BA	Implantar programa de Ed. Ambiental.		X	X			mov. sociais					X
249	5	B	Pouco conhecimento sobre obrigações e alternativas conservacionistas.	CE	Elaborar e implementar Programa de Educação Ambiental para/nos Assentamentos.		X	X			MEC/OEMA mov. sociais					
250	5	B	Pouca consciência ambiental dos assentados dificultando a gestão ambiental dos PA.	ES	Continuidade e ampliação das ações de Educação e Gestão Ambiental nos PA.	Material didáticos disponíveis; Realizações de palestras, seminários e dias de campo em 30% dos PA.	X	X			IDAF/mov. sociais					x

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis				Caráter da proposta				
							INCRA	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.		
							SR SEDE								
251	5	B	Ausência de Educação Ambiental continuada.	PB	Efetiva participação do MMA na educação ambiental nos assentamentos (PNEA); Inclusão de ações de educação ambiental no PRONERA, ATES, OEMA, Municípios e MEC.		X	X	X				X	X	X
252	5	B	Não há um amplo esclarecimento para assentados.	PI	Instrumentos de informação para os assentados.	Comissão de assentados para acompanhar processos de licenciamento.	X								X
253	5	B	Falta de Educação Ambiental.	RN	Elaboração material informativo sobre questões ambientais, palestras específicas para cada PA.	Alguns PDA e PRA elaborados.	X		X	X				X	
254	5	B	Baixo grau de consciência ambiental dos Assentados.	RO	Criar Ação de educação ambiental no INCRA (PPA); Inserir as Ações de Educação Ambiental no CIEARO; Formalizar parceria INCRA/SEDAM/IBAMA e MMA.		X		X	X				X	
255	5	B	Ausência de informações na maioria dos assentados do processo de licenciamento.	SE	Construir e implementar um plano de educação ambiental nas áreas de Projetos de Assentamento.	Em discussão celebração de acordos, convênios - INCRA, ADEMA e SEMARH; Capacitações promovidas pelo MST- Território Centro-Sul está construindo uma rede de educação ambiental.	X		X	X					X

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis				Caráter da proposta			
							INCRA	SEDE	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.
256	5	B	Deficiência na estrutura física e pessoal na capacitação em geomática.	MS	Locação ou aquisição de prédio espacialmente adequado; propor curso prático em geoprocessamento: GIS/CAD; realizar cursos de especialização em SIG.	Curso de georreferenciamento de imóveis rurais (especialização para 10 servidores do INCRA); aquisição do Software IDRISI e treinamento de 02 servidores por SR (INCRA).	X		X			X		
257	5	B	Educação ambiental insuficiente nos assentamentos.	TO	Fortalecer e integrar programas de Educação Ambiental existentes.		X	X	X	SEDUC/Ruralins/Coop. de Trabalho		X		
258	5	B	Falta de Educação Ambiental.	RN	Elaboração de material informativo sobre questões ambientais; Palestras específicas para cada PA.	Realização de visitas com este objetivo e elaboração de cartilha.	X		X	ATES		X		
259	5	C	Número insuficiente de prestadores de serviços com qualidade.	PA	Contratação das prestadoras por licitação; Capacitar as prestadoras de serviço.	SICONV - nova lei de convênios e contratos.	X			MDA/MPOG Mov. sociais		X		
260	5	C	Deficiência nas orientações para formalizações de convênios, contratos.	BA	Solicitar orientação à DTM.	Curso na SR.	X						X	
261	5	C	O produto apresentado pelas empresas contratadas não atendem as necessidades do licenciamento (PDA e RAS).	AL	Integrar órgãos e entidades envolvidas no processo com objetivo de qualificar os diagnósticos (INCRA e SEMARH na utilização dos planos diretores das bacias e zoneamento agroecológico).	Dialogo já foi estabelecido entre ONG e Universidades; Não aprovação dos estudos com qualidade insatisfatória.	X	X	X	SEMA-RH/IBGE/universidades/ONG/Fundações				X

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis					Caráter da proposta				
							INCRA	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.			
							SR	SEDE								
262	5	C	Baixa qualidade dos PDA e PRA.	CE	Melhorar a remuneração para elaboração dos PDA e PRA; realizar capacitação dos técnicos; definir sistemática de análise pelo INCRA.		X		X					X		
263	5	C	Estudos ambientais de baixa qualidade.	MA	Exigir das empresas contratadas pelo INCRA a apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica dos profissionais envolvidos no estudo; Estreitar o diálogo com o Núcleo Ambiental e ATES; INCRA fornecer informações mais detalhadas sobre a localização dos projetos.		X							X		
264	5	C	Dificuldade na elaboração do PDA, PRA e PB.	PB	Contrato de empresas especializadas.	Edital elaborado (em análise).	X							X		
265	5	C	Estudos ambientais precários.	PI	Adequação dos estudos.	Diálogos entre INCRA e SEMAR.	X							X		
266	5	C	Grande burocracia para celebração de convênios para PRAD.	TO	Capacitar as instituições para implementar o SICONV.		X		X	X				X	MDA	
267	6	A	Desenvolvimento das atividades nos Assentamentos não compatíveis com as modalidades.	AC	Desenvolvimento de estudos prévios específicos para cada modalidade; Realocação do assentamento de acordo com o perfil; Readequação dos PA já existentes; Readequar linhas de crédito do PRONAF.		X		X	X				X	MDA/ Prefeituras/ BACEN/ CMIN	
268	6	A	Tecnologia inapropriada para exploração de pequenas propriedades.	TO	Adequar o sistema de produção as características do assentamento.		X								RURAL-TINS/mov.	X

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis				Caráter da proposta			
							INCRA SR SEDE	OEMA	MMA/ IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.	
269	6	B	Fragilidade Ambiental dos PA (Degradção).	RN	Adequação do PDA, PRA	Alguns PDA e PRA elaborados.	X					X		
270	6	B	Estrutura e arquitetura agrária dos PA convencionais incompatíveis com padrões ambientais e aptidão agrícola.	AM	Iniciar uma discussão sobre redimensionamento da infraestrutura e dos lotes dos PA convencionais; Planejamento físico para colonização (para novos assentamentos).	Há Proposta de revisão da Lei Estadual (validade da licença).	X							X
271	6	B	Estabelecimento de assentamento em áreas frágeis (fragilidade ambiental).	PR	Estabelecer critérios de seleção para famílias com perfil agroecológico-florestal; Vincular o licenciamento a um modelo de produção florestal sustentável.		X						X	
272	6	C	Sobre uso de PA pelos filhos dos assentados por falta de outras áreas.	AC	Criação de novos assentamentos para atender essa clientela; Verticalização da produção do assentamento.		X							X
273	6	C	Quantidade de famílias acima da capacidade de assentamento.	MA	INCRA deverá adquirir áreas para compensação de reservas legais.		X							X
274	6	D	Utilização do imóvel antes do Licenciamento Ambiental.	TO	Planejar a transferência das famílias e o uso do imóvel enquanto não sai o licenciamento.		X							X
275	6	E	Sobreposição de UC e assentamento impedindo o processo de Licenciamento.	PA	Buscar entendimento entre INCRA e ICMBio.	Legislação vigente, reuniões inter institucionais.								X

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Itens	Eixos	Classif. dos problemas	Problemas levantados	Estados	Propostas apresentadas	Ações em andamento	Responsáveis				Caráter da proposta				
							INCRA SR SEDE	OEMA	MMA/IBAMA e ICMBio	Outros	Norm.	Operac.	Artic.		
276	6	E	Assentamentos sobrepostos às unidades de conservação.	AM	Provocar discussão ICMBio/CEUC.	INCRA já convocou ICMBio e CEUC.	X						X		
277	6	E	Dificuldade de licenciar PA em áreas de Unidades de Conservação e Entorno.	MS	Cobrar agilidade na elaboração dos planos de manejo das UC; criar GT no âmbito do MMA para articular a solução; Priorizar áreas para implantação de PA em áreas sem restrições ambientais.	Está em fase de criação o GT que tratará dos assentamentos localizados no entorno do PAR-NA da Serra da Bodoquena.	X	X	X		MDA/mov. sociais/Prefeituras	X			
278	6	E	Excesso de Projetos de Assentamento em Área de Proteção Ambiental- APA do Cantão.	TO	Submeter a análise dos Conselhos Gestores da APA antes da criação do assentamento.		X				SEA-GRO/Cons. Gestor da APA/Cons. Est. do Des. Rural Sustent.	X			
279	6	F	Modelo econômico vigente nos PA e economia de mercado.	AM	Criar mecanismos de economia solidária para assentamento.	Esforços pontuais .	X						X		
280	6	F	Modelo de reforma agrária deficiente.	PA	Rever o modelo de reforma agrária.	Debates no Fórum Nacional de Reforma Agrária.		X			MDA/mov. sociais/Sociedade			X	

Obs. O conteúdo apresentado nessa planilha é uma transcrição das matrizes problema/solução elaboradas pelos grupos de cada Estado.

ANEXO II
Matrizes das oito Oficinas de Licenciamento Ambiental
Matrizes da 1.ª Oficina de Licenciamento Ambiental - Florianópolis/SC, 14 e 15 de agosto de 2008

	Grupos de Trabalho					
	Santa Catarina - SR 10		Rio Grande do Sul - SR 11		Paraná - SR 09	
	Participantes	Entidade	Participantes	Entidades	Participantes	Entidade
Relator	Thelma Santos de Melo	MMA	Regina Alcantara	INCRA Sede	João Daldegan	INCRA Sede
Moderador	Edgar Paulino de Sousa	INCRA- Sede	Luiz Rodrigues de Oliveira	MMA	Inês Caribé Nunes Marques	MMA
	Adelia Gois Vilain	Fatma-SC	Carmem Zotz Herkenhoff	Ibama/RS	Alexandre Maurício Sandri	INCRA / PR
	Alanéa P. Coutinho	INCRA/SC	Giseli Pereira Rubert	INCRA / RS	Claudinei Chalito da Silva	INCRA / PR
	Cyro J. Matavelli	INCRA/SC	João Carlos Fagundes	INCRA / RS	Jorge de Jesus Lopes	Fetraf/PR
	Darlene Helen Degrandi	INCRA/SC	Juarez Jeffmam	Fepam/RS	Zenilson Augusto de Lima	Ibama/PR
	Fernando Goss	INCRA/SC	Vladimir Silva de Lima	INCRA / RS	Pedro Luiz Kerber	INCRA / PR
	Guilherme Freitas Deprá	INCRA-SC	Mozar Artur Dietrich	INCRA / RS	Raul Cezar Bergold	INCRA/ PR
	Ives Luiz Lopes	Fetae-SC	Marcelo Bastos	INCRA / RS	Margit Hauer	IAP/PR
	José Alexandre Sambatti	INCRA-SC	Felix Antonio Boratti	MST -ATES	Luiz Renato Martini	IAP/PR
	José Venício Cardoso Filho	Fatma-SC			Fani Mamede	Contag
	Kleber Zianc Silva de Souza	Ibama/SC				
	Marcelo João Alves	INCRA/SC				
	Marcio Moraes Rutkusti	INCRA/SC				
	Marcos Piovezan	Conjardim				
	Paulo Estevão Silveira Silvano	Ibama/SC				
	Renato Egert	INCRA/SC				
	Roseli Vargas	Fatma-SC				

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Matriz do Estado de Santa Catarina – SR/10					
Problemas	Proposta	Responsável	Envolvidos	Ações em andamento	
Exigência do georreferenciamento pelos cartórios para averbação da RL.	Disponibilização de recursos financeiros e humanos.	INCRA-F	-	Estão sendo elaborados Projetos Básicos com georreferenciamento.	
PA sem RL averbada (com área para a RL).	Georreferenciar, averbar; Prevê no PPA recursos financeiros para o georreferenciamento.	IINCRA-F INCRA-T	INCRA-PJ INCRA-T	-	
PA sem RL averbada (sem área para a RL).	- Aquisição de áreas para compensar, e/ ou; - compensar com áreas de outros Projeto de Assentamento, e / ou; - enquadramento dos PA na Port. FATMA nº 18.	INCRA-PJ INCRA-T	FATMA	-	
PA com RL averbada ocupada ou área insuficiente.	Cancelar averbação e/ ou realocar a RL.	INCRA-PJ INCRA-T	FATMA IBAMA ICMBio	-	
Dificuldades na recuperação de APP em função: -Da ocupação da área.	- Intensificar as ações de educação ambiental continuada pela ATES e EPAGRI; -Ampliar o número de projeto de educação ambiental; -Reordenamento territorial do assentamento.	INCRA-D INCRA-T INCRA-F	EPAGRI e conveniados		
Dificuldades na recuperação de APP em função: Do alto custo (mudas e/ou cercas).	Identificar metodologia e capacitar técnicos.	INCRA	MMA/TAL, universidades e FATMA		

Recomendações:

Realizar consulta à Procuradoria Jurídica pela DTM e serviço de meio ambiente da SR-10/SC e Fortalecer o projeto de recuperação e educação ambiental através da consultoria Mata Atlântica / Projeto TAL Ambiental.

Matriz do Rio Grande do Sul – SR/11					
Problemas	Propostas	Responsável	Envolvidos	Ações em andamento	
FEPAM - Estrutura deficiente (pessoal e equipamentos) para realização de vistoria.	Viabilizar termo de cooperação INCRA / SEMA.	SR-11/ SEMA	SEMA /FEPAM	Discussão prévia já realizada com proposta de minuta de termo.	
Informações descentralizadas e não sistematizadas (INCRA).	Ação efetiva coordenada pela DF/fundiária.	INCRA sede		Aquisição de software- porém com uso restrito.	
Indefinição de procedimentos em relação aos crimes ambientais.	-Nivelar o assunto entre os servidores do INCRA; -Realizar curso de ilícitos ambientais para a região sul.	SR/11 – RS	Órgãos ambientais/ Polícia Federal	Contato com polícia federal e realização de curso de ilícitos ambientais (região norte).	
Papel não definido dos atores que atuam na RA e na execução das medidas mitigadoras.	-Especificar as ações ambientais nos convênios contratos ATEs; -Seminário para nivelamento com os atores.	SR/11	Servidores SR/11 e prestadoras de ATEs	-	
Dificuldade de definição e compensação da RL.	-Criação de unidade de conservação para compensar a RL de PA a partir da aquisição de áreas pelo INCRA; -PA como condomínio de pequenas propriedades.	Órgãos ambientais/ ICMBio/ MDA/ INCRA- PFE/ BSB	MMA/ MDA/ INCRA	Oficinas e reuniões com PFE/RS (Procuradoria Federal Especializada) sem solução.	
Não há adequada transversalidade da questão ambiental nos setores do INCRA.	Criação de uma diretoria ambiental - ações integradas nas divisões do INCRA.	INCRA/ sede INCRA/RS		Oficinas ambientais e tratamento demandas pontuais.	
Acórdão TCU que impede e implantação de PA sem LIO.	Ação mais efetiva para reverter ou adequar o acórdão.	MDA/ INCRA	MMA e INCRA; MMA e IBAMA; Casa civil	Plano de ação ambiental.	
Prefeitura não expede certidão para criação do PA.	Revogar exigência da legislação (387/2006).	MDA/ INCRA	MMA	-	
Escala dos maPA inadequada para visualização de APP e RL.	Definir escala de mapeamento 1/1000.	INCRA-DT		-	
LP como pré-requisito para obtenção de imóveis.	Negociar com a FEPAM LP sem vistoria (basear-se no ZAS e LAF).	SR/11- RS	SEMA/ FEPAM	Discussão com SEMA para termo de cooperação.	

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Matriz do Paraná - SR/09					
Problema	Proposta	Responsável	Envolvidos	Ações em Andamento	
Necessidade de retificação da área e atualização da matrícula (RL).	- Levantamento do PA quanto ao mapeamento e situação domínial; - Integração entre os setores do INCRA para aplicação dos procedimentos.	INCRA	INCRA	Termo de referência ajustado para atender ao SISLEG.	
Autuações impedindo o licenciamento.	Elaboração de TAC por PA.	INCRA e IAP	INCRA e IAP	Discussão de TAC para PA específicos.	
Parcelamento em áreas de RL e PMFS averbados (proprietário anterior).	Identificar proposta no PDA ou PRA.	INCRA	INCRA e IAP	Elaboração de PRA / PDA.	
Remanejamento de famílias assentadas em lotes com restrições ambientais.	Integrar SR da região sul para articular junto ao INCRA sede e MDA a aquisição de terras para compensação de Reserva Legal e desocupação de APP.	INCRA SR-09/ PR, INCRA SR-10/SC e INCRA SR-11/RS	INCRA, Órgãos Ambientais, IBAMA	Articulação das Superintendências Regionais.	
Inexistência da agenda prevista no artigo 8º e §2º da Resolução CONAMA n.º 387/2008.	Acordar com o IAP a agenda estabelecida no Plano de Ação do INCRA.	INCRA	INCRA e IAP		
Deficiência logística, técnica e pessoal p/ o georreferenciamento.	Terceirizar os serviços.	INCRA	INCRA		
Dificuldade de mudança do modelo de produção: - Estrutura inadequada: pessoal, técnica e logística; - Técnicos de ATES sem perfil técnico para elaborar PDA adequados ambientalmente; - Insuficiência na educação ambiental nos assentamentos.	- Capacitação para técnicos e assentados em agroecologia e legislação ambiental; - Promoção de intercâmbios para difusão de alternativas sustentáveis; - Apoio à consolidação de cadeias de produtos sustentáveis.	INCRA/ ATES/ IAP	INCRA/ ATES/ IAP/ SEAB (Sec. de Est. da Agric. e Abastecimento) / IBAMA	Previsão de capacitação em convênio da ATES.	

Matriz do Paraná - SR/09					
Problema	Proposta	Responsável	Envolvidos	Ações em Andamento	
-Desuniformidade das Regionais do IAP na interpretação dos procedimentos de licenciamento; -Não diferenciação de empreendedores privados e empreendimentos com interesse social; -Não credibilidade entre os órgãos e entre estes e os assentados; -Baixo compromisso do IAP na elaboração de PDA.	-Definir um gestor de licenciamento no IAP; -Procedimento continuado para uniformização e atualização das ações; -Formar e capacitar os técnicos do IAP para as questões agrárias.	IAP	IAP, INCRA, IBAMA		
Previsão orçamentária insuficiente para recuperação de áreas (em médio prazo).	Realizar estudos de alternativas para redução e compartilhamento de custos.	INCRA	INCRA	Realização de estudos de recuperação e capacitação em convênios.	
Deficiência logística, técnica e de pessoal do IAP.	-Realizar convênio com CREA-PR; -Realizar Termo de Cooperação Técnica (TCT) com INCRA; -Capacitação.	IAP	IAP, INCRA, CREA-PR	Convênio IAP/CREA Discussão interna no INCRA sobre TCT.	
Generalização de soluções para problemas complexos e polêmicos.	Procurar soluções específicas, caso a caso.	INCRA e IAP	INCRA e IAP	TR remete complexidades para atendimentos específicos; procedimento também adotado para os demais projetos não contemplados no TR.	
Estabelecimento de assentamento em áreas frágeis (fragilidade ambiental).	-Estabelecer critérios de seleção para famílias com perfil agroecológico-florestal; -Vincular o licenciamento a um modelo de produção florestal sustentável.	INCRA e IAP	INCRA e IAP		
Relação do IAP, INCRA e IBAMA com o Ministério Público precária.	-Realização de reuniões interinstitucionais em instâncias políticas e técnicas; -Discussão na Câmara Técnica de Melhoria da Qualidade Ambiental dos Assentamentos da Reforma Agrária.	IAP, INCRA	INCRA, IAP, MP, IBAMA	Câmara Técnica de Melhoria da Qualidade Ambiental dos Assentamentos da Reforma Agrária existente.	

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Matriz do Paraná - SR/ 09					
Problema	Proposta	Responsável	Envolvidos	Ações em Andamento	
Consideração do PA como grande propriedade no cômputo da APP na Reserva Legal.	Integrar as SR do sul para articular com as procuradorias e a direção do INCRA Sede, MMA e demais órgãos a busca do reconhecimento dos PA como pequenos estabelecimentos rurais familiares.	INCRA	INCRA, MMA, PJ	Articulação entre SR.	
Não compartilhamento interinstitucional de produtos cartográficos e informações georreferenciadas.	Realizar Termo de Cooperação Interinstitucional para compartilhamento de produtos cartográficos e informações georreferenciadas mais agenda para tanto.	INCRA, IAP, IBAMA, ITCCG	INCRA, IAP, IBAMA, ITCCG	-	
Responsabilização preconceituosa dos assentamentos pelo processo de desmatamento.	<ul style="list-style-type: none"> -Promover encontro anual que aborde a relação entre sustentabilidade e os preconceitos sócio-ambientais; -Divulgação de produtos e de práticas desenvolvidas nos assentamentos; -Estabelecimento de mosaicos e corredores de biodiversidade. 	INCRA, IAP, ATES, IBAMA	INCRA, IAP, ATES, IBAMA, assentados, Prefeitura e sociedade	-	

Matrizes da 2.ª Oficina de Licenciamento Ambiental - Rio de Janeiro/RJ, 28 e 29 de agosto de 2008

Grupos de Trabalho							
Rio de Janeiro - SR 07		São Paulo - SR 08		Espírito Santo - SR 20			
Participantes	Entidade	Participantes	Entidades	Participantes	Entidade	Entidade	
Relator	Marcelo Facas	MMA		Joseph Souza	INCRA sede	Melina Pereira	INCRA Sede
Moderador	Stela Maris Ascenço	INCRA Sede		Thelma Santos de Melo	MMA	Luiz Rodrigues de Oliveira	MMA
	Adilson Gil	Ibama/RJ		Sinesio Sapucahy	INCRA/ SP	Patricia Baiocco	INCRA/ES
	Afonso de Almeida Teixeira	Fetag/RJ		Pedro de Lima Marin	INCRA/SP	Marcus Gasparini	INCRA/ES
	Alberto D de Carvalho	Feema		Rossana Borioni	Ibama/SP	Giuliano Grigolin	Iema/ES
	Andrea Sicotti	MST/RJ		Fernando R. Sivelli	Ibama/SP	Henrique Silva	Iema/ES
	Auro Milegari	Fetag/RJ		Claudia Sorge	SMA/SP	Daniela Vantil Agrizzi	INCRA/ES
	Axel Gomez	Feema		Cristina Poletto	SMA/SP	Douglas Muniz Lyra	INCRA/ES
	Carlos Alberto da Silva Souza	INCRA/RJ		Analice de Novais Pereira	Ibama/SP	Andrea de Sousa Diogo	Ibama/ES
	Claudia Graça	Feema		Andreia Souza	Fetra	João Venturin	MST
	Claudia Semis Gomes	Feema/RJ		Fani Mamede	Contag		
	Eloah C.C. de Alvarenga Duarte	INCRA/RJ		Maria José Costa Arruda	Contag		
	Fernando Moura	MST/RJ		Nilceia C. de Almeida	MTL		
	Iranilde Silva	MST/RJ		Zelia Muniz	Fetag		
	José Mario Prestello	INCRA/RJ					
	Juliana Hermont	INCRA/RJ					
	Leonardo M. da Rocha	ICMBio/RJ					
	Luiz Wagner Mazzaro	TCU/Secex/RJ					
	Luiza Teske Crisostomo	INCRA/RJ					
	Mario Lucio Machado Melo Junior	INCRA/RJ					
	Pablo Pontes	INCRA/RJ					
	Paulo Ronan A Recio	INCRA/RJ					
	Rovena Louzada	INCRA/RJ					
	Teodomiro de Almeida	Fetag/RJ					

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Matriz do Rio de Janeiro – SR/07				
Problema	Proposta	Responsável	Envolvidos	Ações em Andamento
Morosidade do processo de licenciamento ambiental.	Acordo de Cooperação Técnica INCRA x FEEMA para agilização dos licenciamentos. (especialização de técnicos envolvidos, criação de núcleo específico, GT).	Gestores dos órgãos envolvidos no licenciamento ambiental.	MDA (INCRA), FEEMA, ITERJ, mov. sociais, MMA (ICMbio e Ibama)	Reuniões realizadas (FEEMA, INCRA e Mov. sociais).
Falta de sincronia entre as atividades do INCRA e FEEMA.				
Uso dos instrumentos de licenciamento ambiental com conotações político-ideológicas.				
Direito de igualdade para os trabalhadores e acampados.	INCRA e Ibama interpelar os órgãos de controle sobre os investimentos públicos em monoculturas.	MDA & MMA	Tribunal de Contas, INCRA e Ibama	
Perseguição aos assentados (TCU).	Tratamento igualitário para os órgãos de controle em relação aos investimentos públicos.			
Falta de cultura do INCRA, FEEMA e Ibama para esses licenciamentos.	Apresentar ao Conselho Estadual de Controle Ambiental (CECA) proposta de normas que viabilizem o licenciamento.	INCRA/MDA, mov. sociais	INCRA/MDA, mov. sociais, OEMA	Reunião agendada para 08 de setembro.
Marco regulatório.				
Falta de normalização do processo de LA para PARA, abrindo espaço para subjetividade.	Eliminar consulta à prefeitura e análise da legislação municipal.	INCRA, mov. sociais	Gov. RJ, INCRA, mov. sociais, OEMA	Solicitação de audiência com Governador.
Diferentes concepções da questão "Projetos de Assentamentos" entre as instituições.				
Alto custo do processo de licenciamento ambiental.	Isenção das taxas.			

Matriz do Rio de Janeiro - SR/07				
Problema	Proposta	Responsável	Envolvidos	Ações em Andamento
Publicidade negativa em relação ao processo de reforma agrária.	Campanha para melhorar imagem da reforma agrária. Divulgação a efetividade socio-econômica-ambiental dos PA no Rio de Janeiro.	INCRA/MDA, mov. sociais	ASCOM/ INCRA, INCRA/MDA, mov. sociais	
	Maiores interações (demandar ações) com a ASCOM/INCRA. Pronunciamento do MDA em defesa da RA inclusive quanto à questão Ambiental.			
Falta de infraestrutura dos órgãos.	Contratação de engenheiro civil.	Superintendência INCRA, Presidência OEMA	Serv.Meio Ambiente, Pres.OEMA, Demais regionais	Contato com outras regionais e comunicado à sede.
	Criação de núcleo específico na FEEMA para licenciar assentamentos de reforma agrária.			
	Dotar de infraestrutura os órgãos envolvidos na RA.			
	Redistribuição de servidores para serviços do núcleo de meio ambiente.			
	Aumento dos valores pagos à ATES.			
Deficiência das peças técnicas que subsidiem o licenciamento.	Aumento do número de técnicos de ATES x número de famílias atendidas.	INCRA Sede, Dir. Desenvolvimento PA	Prest.ATES, Div. Des. da Regional, Serviço de Meio Ambiente e Entidades representantes dos assentados	Reuniões mensais.
	Maiores acompanhamentos por parte do INCRA.			
	Maiores interações com ATES.			

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Matriz de São Paulo – SR/08					
Problema	Proposta	Responsável	Envolvidos	Ações em Andamento	
Não priorização da Reforma Agrária pelos órgãos ambientais.	Estrutura específica no Oema para a Reforma Agrária.	OEMA	INCRA, MDA e Movimentos sociais		
Dificuldades de recursos humanos e financeiros no INCRA e nos órgãos ambientais.	Aumento da Dotação Orçamentária.	OEMA, IBAMA e INCRA			
Comunicação ineficiente entre INCRA, OEMA e outros órgãos ambientais.	Criação de um Grupo de Trabalho Interinstitucional..	INCRA	INCRA, Oema, mov. Sociais, Ibama, ITESP e ICMBio		
Falta de clareza nos procedimentos e fluxos e ausência de Termos de Referência.	Revisão de procedimentos, fluxos e elaboração de Termos de Referência.	Grupo de Trabalho Interinstitucional	INCRA, OEMA, mov. Sociais, IBAMA, ITESP e ICMBio		
Entraves existentes na própria Resolução CONAMA 387/06 - Certidão da prefeitura, LP, LJO e prazos não realistas.	Elaborar proposta de revisão da Res. 387/06.	Grupo de Trabalho Interinstitucional	INCRA, Oema, mov. Sociais, Ibama, ITESP e ICMBio		
Dificuldade na Regularização dos assentamentos já implantados.	Elaboração de um TAC.	INCRA e OEMA	INCRA e OEMA	Em discussão minuta de TAC.	
Tratamento desigual do TCU em relação ao INCRA e o Agronegócio.	Recomendação que o TCU fiscalize a utilização de recursos públicos no agronegócio financiado pelo BNDES.	MDA e MMA	TCU, MDA, MMA e movimentos sociais		
Demora no Atendimento as requisições de Informação Complementar.		INCRA		Criação de um grupo de trabalho interno do INCRA.	

Matriz do Espírito Santo – SR/20					
Problema	Proposta	Responsável	Envolvidos	Ações em Andamento	
Insuficiência de informações fisiográficas atualizadas do estado para embasar as análises dos processos.		IEMA e o Estado do Espírito Santo		O IEMA está adquirindo o levantamento aéreo do estado do ES, com resolução de 1 m. O estado está elaborando o ZEE.	
Dificuldades nos licenciamento dos PA Interestadual.	Interlocução entre MMA/IBAMA/INCRA visando maior envolvimento do IBAMA no licenciamento dos PA interestaduais.	INCRA, SR 20 e MMA	IBAMA	Reunião entre a SR 20 e IBAMA/ES.	
Cobrança de taxas.	Inclusão do INCRA na Lei 7001/98 que isenta as autarquias das cobranças de taxas.	INCRA Sede, SR 20 e movimentos sociais	Governo do Estado do ES	Solicitação do INCRA ao Governo do ES de isenção de taxas.	
Pouca consciência ambiental dos assentados dificulta a gestão ambiental dos PA.	Continuidade e ampliação das ações de Educação e Gestão Ambiental nos PA.	SR 20, técnicos de ATES	IEMA, IDAF, IBAMA e Movimentos sociais	Materiais didáticos disponíveis; Realizações de palestras, seminários e dias de campo em 30% dos PA.	
Indisponibilidade de técnicos do IEMA, em tempo integral, para os processos de licenciamento dos PA.	Solicitar à subgerência de licenciamento do IEMA a disponibilização de técnicos.	Giuliano / IEMA			
Insuficiência de técnicos e recursos no Setor de Meio Ambiente da SR 20.	Solicitar ao INCRA Sede de mais técnicos para a área de Meio Ambiente.	SR 20 (Superintendente)		O compromisso de prazo já está sendo discutido com o IEMA.	
Dificuldades em cumprir as condicionantes (prazo, recurso, infraestrutura).	Alteração do Manual do INCRA para permitir a construção /recuperação de estradas mais adequadas às especificidades locais.	INCRA Sede			
	Disponibilizar mais recursos humanos (engenheiro civil) e financeiros para agilizar o cumprimento das condicionantes, com relação às obras de infraestrutura.				
Pedidos de licença com peças técnicas incompletas e / ou insatisfatórias.			IEMA /INCRA	Elaboração de TR para IN do IEMA explicitando / simplificando requisito para Licenciamento.	
	Solicitar de alteração da Conama 387, visando à dispensa da Anuência da Prefeitura.	INCRA /SEDE	INCRA/ES		
Dificuldades para conseguir toda a documentação (ART, declaração da prefeitura).	Solicitar ao IEMA que na ausência da ART a solicitação, desta junto ao CREA, seja documento hábil à continuidade do processo.	SR-20	IEMA / CREA		

Matrizes da 3.ª Oficina de Licenciamento Ambiental - Fortaleza/CE, 11 e 12 de setembro de 2008

		Grupos de Trabalho											
		Ceará - SR 02		Maranhão - SR 12		Piauí - SR 24		Rio Grande do Norte - SR 19		Paraíba - SR 18			
		Participantes	Entidades	Participantes	Entidades	Participantes	Entidades	Participantes	Entidades	Participantes	Entidades		
Relator		Silvio Menezes	INCRA Sede	Luciana Machado	MMA	Fernanda Cunha	MMA	Joseph Souza	INCRA Sede	Melina Pereira	INCRA Sede		
Modificador		Luiz Rodrigues de Oliveira	MMA	Regina Lucia G. Alcantara	INCRA - Sede	Débora Guimarães	INCRA Sede	Elvira Xavier Vieira	MMA	Antônio Silva	MMA		
		Daniele Pequeno Lopes	IBAMA/CE	Rogério Gerson C. Faria Tavares	SEMA/MA	Carlos Antonio Moura Fé	IBAMA	Ana Lucia Fernandes Campos	INCRA	Abdon Bandeira André	INCRA/PB		
		Demetri Nobrega	INCRA/CE	Anida Claudia Dominici Soares	INCRA/MA	Alana Kecia Gouveia Mascarenhas	FETRAF	Fani Mamede	CONTAG	Edberto Farias de Novaes	IBAMA/PB		
		Djalma Lima Paiva Filho	IBAMA/CE	Claudia Cristina Ewerton Dominice	SEMA/MA	Cesar Augusto Cordeiro	INCRA/PI	Jean Tulio Cunha dos Anjos	IBAMA	Erasmo Lopes dos Santos	IBAMA/PB		
		Edimar E. de Souza	FETRAE-CE	Cleomar Ferreira Santos Lira	INCRA/MA	Edesio Ferreira de Miranda	INCRA/PI	José Leonardo Guedes Bezerra	INCRA	Gilberto Souto Muniz de Albuquerque	SUDEMA		
		Francisco de Paulo L. Magalhães	MST	José Domingos Cantanhêde Silva	CONTAG	Evandro Carlos Miranda Cardoso	INCRA/PI	Marcos Antonio Soares Galvão	IBAMA	Lincoln Barros Veras	SUDEMA		
		Francisco Vital Sousa Neto	FETRAE-CE	Juraci Guimarães Junior	MPF/MA	Francisco José da Costa Mascarenhas	SEMA/PI	Mário Moacir de Almeida	INCRA	Luiz Henrique Gomes de Moura	MST		
		Gueilyn Crace de B. C. Valadares	INCRA/CE	Laurilene Alencar Muniz	INCRA/MA	Marcio Antonio Sousa Rocha Farias	MP-PI	Zenilson A de Lima	IBAMA	Maria da Penha Bernardo	INCRA/PB		
		Hirma Maria G. Oliveira	MST/CE	Lucilio Araujo Costa	INCRA/MA	Maria José C. Arruda	CONTAG			Maria de Fátima Leite Nunes	INCRA/PB		
		Jose Antonio dos Santos	FETRAE-CE	Obdon Fernandes de Oliveira Neto	CONTAG	Maria Sueli Rodrigues de Sousa	SEMA/PI			Pedro Alves Barbosa	MST		

Grupos de Trabalho											
	Ceará - SR 02		Maranhão - SR 12		Piauí - SR 24		Rio Grande do Norte - SR 19		Paraíba - SR 18		
	Participantes	Entidades	Participantes	Entidades	Participantes	Entidades	Participantes	Entidades	Participantes	Entidades	
	Luiz Guedes de F Alcaforado	INCRA/CE	-	-	-	-	-	-	Teodomiro José de Almeida	CONTAG	
	Marco Aurélio Candido da Silva	INCRA/CE	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Marcos Tullio S. Leite	IBAMA/CE	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Pedro Costa	SEMACE	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Raimundo Amadeu de Freitas	INCRA/CE	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Raimundo Braga	IBAMA/CE	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Sandra Rosa A. Souza	SEMACE	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Sheila C. Piturbeim	MP-CE	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Yolanda Maria Pinheiro	SEMACE	-	-	-	-	-	-	-	-	

Obs.: Com a ausência do órgão ambiental estadual do Rio Grande do Norte na Oficina, foi estabelecido outro momento para esta discussão, que aconteceu durante a 8.ª Oficina em Brasília-DF, portanto a planilha do Estado do Rio Grande do Norte se encontra no resultado da 8.ª Oficina.

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Matriz do Ceará – SR/02				
Problemas	Propostas	Envolvidos	Responsável	Ações em Andamento
I - Assentamentos fora dos "Territórios da Cidadania".	- Criar novos territórios priorizando os assentamentos.	- Governo do Estado, movimentos sociais, INCRA	- MDA	
II - Baixa qualidade dos PDA e PRA.	- Melhorar a remuneração para elaboração dos PDA e PRA; - Realizar capacitação dos técnicos; - Definir sistemática de análise pelo INCRA.	- SEMACE, IBAMA	- INCRA	
III - Limitação do Termo de Cooperação Técnica.	- Realizar reunião entre INCRA, SEMACE e Secretaria de Desenvolvimento Agrário- SDA para encontrar solução.	- INCRA, SEMACE, SDA	- FETRAFACE, MST	
IV - Pouco conhecimento sobre obrigações e alternativas conservacionistas.	- Elaborar e implementar Programa de Educação Ambiental para/nos Assentamentos.	- MMA, movimentos sociais, MEC, MDA, OEMAS	- INCRA NACIONAL	
V - Normas de Licenciamento conflitantes com a realidade regional.	- Alterar a legislação para flexibilizar o licenciamento dos assentamentos, considerando-se as especificidades regionais.	- MMA, MDA, OEMAS	- INCRA e movimentos sociais	
VI - Limitação de recurso tecnológico.	- Aumentar os investimentos em recursos tecnológicos.	- MDA, MPOG	- INCRA NACIONAL	
VII - Deficiências de pessoal e qualificação técnica.	- Realizar concursos públicos para suprir necessidades dos órgãos envolvidos com licenciamento ambiental na Reforma Agrária; - Contratação emergencial de pessoal qualificado para atender necessidades Imediatas dos órgãos envolvidos com o licenciamento ambiental dos assentamentos.	- MDA, MPOG	- INCRA e SEMACE	
VIII - Morosidade das prefeituras em conceder as declarações municipais de conformidade.	- Estabelecer prazo para expedição das declarações pelas prefeituras.	MDA, movimentos sociais, MPOG, Governo do Estado	INCRA NACIONAL	

Matriz do Maranhão – SR/12				
Problemas	Propostas	Envolvidos	Responsável	Ações em Andamento
Quadro de reduzido de servidores da SEMA e do INCRA e estrutura física inadequada da Sema.	<ul style="list-style-type: none"> - Concurso com aumento salarial - Remanejamento de servidores - Gestão do Superintendente junto ao Governador para alocar servidores para a SEMA. - Audiência com Governador, INCRA, MMA, Sema, Movimentos sociais, MPF para discutir a contratação de servidores, visando agilizar os processos de licenciamento ambiental. 	Governo Estadual, INCRA, MMA, MPF, movimento social, SEMA	INCRA, MMA/ Diretoria de Licenciamento Avaliação Ambiental e SEMA	
Processos formalizados com documentação incompleta.	Haver <i>check-list</i> no INCRA (ao sair o processo) e na SEMA (ao entrar).	INCRA e SEMA	INCRA e SEMA	No INCRA o <i>check-list</i> já foi implementado.
Estudos ambientais de baixa qualidade.	<ul style="list-style-type: none"> - Exigir das empresas contratadas pelo INCRA a apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica dos profissionais envolvidos no estudo - Estreitar o diálogo com o Núcleo Ambiental e ATES - INCRA fornecer informações mais detalhadas sobre a localização dos projetos. 	INCRA	INCRA (ATES e Serviço de Meio Ambiente)	
Concepção diferenciada sobre uso da Reserva Legal.	<ul style="list-style-type: none"> - Promover um seminário técnico para discutir o uso da reserva legal - INCRA deverá adquirir áreas para compensação de reservas legais. 	INCRA e SEMA (para o Seminário, envolver também MMA, IBAMA, Serviço Florestal Brasileiro, MPF)	INCRA e SEMA	

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Matriz do Maranhão – SR/12					
Problemas	Propostas	Envolvidos	Responsável	Ações em Andamento	
Lentidão na tramitação de processos na SEMA.	- Informatização da SEMA.	SEMA	SEMA	Iniciada a informatização dos processos (SEMA).	
Quantidade de famílias acima da capacidade de assentamento.	- INCRA deverá adquirir áreas para compensação de reservas legais.	INCRA	INCRA		
Ausência de metodologia apropriada para promover mudanças nas práticas dos PA quanto ao uso de reserva legal e APP.	- Construir um Plano de Ação Conjunta com os diversos programas do INCRA e parceiros.	INCRA, movimento social e parceiros	INCRA	Material educativo já elaborado e educação ambiental pontual.	
Falta de capacitação dos técnicos da SEMA para o trabalho de licenciamento ambiental de Projetos de Assentamento.	- Realizar oficinas em conjunto com INCRA e MMA, visando entendimento sobre a reforma agrária.	INCRA, MMA e SEMA			
Projetos de Assentamento com APP degradadas.	- Construir um Plano de Ação Conjunta com os diversos programas do INCRA e parceiros.	INCRA	INCRA		

Matriz do Piauí - SR/24				
Problemas	Propostas	Envolvidos	Responsável	Ações em Andamento
Pouca integração entre os entes envolvidos com a questão ambiental e com o licenciamento e o INCRA.	<ul style="list-style-type: none"> - Criar espaços de discussão - GT intersetorial - Realização de uma oficina estadual. 	IBAMA, SEMAR, movimentos sociais, INCRA, APPN, INTERPI, CRED FUND, MPU, TCU, IBAMA, SEMAR, INCRA (OFICINA)	INCRA e SEMAR	Proposta de evento da SR 24 previsto para outubro.
Capacitação corpo técnico: análise processual.	- Nivelamento quanto à questão ambiental e agrária - Seminário	INCRA, SEMAR	INCRA e SEMAR	
Corpo técnico insuficiente dificultando a definição de prioridade aos PA.	- Gestão junto ao governo do Estado.	Movimentos sociais, MPU e MMA	Movimentos sociais, MPU e MMA	
Falta de equipamentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos (computadores, GPS, máquinas, etc);	- Aquisição de novos equipamentos.	SEMAR	SEMAR	Em licitação.
Poços licenças e outorgas.	- Fazer levantamentos detalhados dos assentamentos (poços)	INCRA, SEMAR, CPRM	INCRA	INCRA - convênio com CPRM.
Concepção de assentamento como empreendimento.	- Propor mudanças ao CONAMA.	movimentos sociais, INCRA, SEMAR, MMA, IBAMA.	movimentos sociais, IBAMA, INCRA, SEMAR, MMA	
Reserva legal não demarcada e não averbada.	- Revisar o TAC de forma que contemple os problemas da reserva legal.	INCRA, SEMAR	INCRA, SEMAR	Identificação espacial da reserva legal, elaboração de Projeto Básico, Licitação. Reserva no lote.
Problemas ambientais decorrentes da ocupação atual e/ou anterior; Assentamento sem reserva legal.				
Processos não instruídos.	- Força tarefa (INCRA/SEMAR) para revisão dos processos.	INCRA/SEMAR	INCRA/SEMAR	
Indefinição de procedimentos para regularização de atividades não agrícolas nos PA (olarias).	- Revisar os termos de referência (olarias) das atividades adequando os assentamentos.	SEMAR	SEMAR	
Estudos ambientais precários.	- Adequação dos estudos.	INCRA, SEMAR	INCRA	Diálogos entre INCRA e SEMAR.
Não há um amplo esclarecimento para assentados	- Instrumentos de informação para os assentados.	INCRA, movimentos sociais	INCRA movimentos sociais	Comissão de assentados para acompanhar processos de licenciamento. Licitação de ATEs Acordo de cooperação técnica com o IBAMA.
Pouca interação entre os serviços do INCRA (ATES, infraestrutura.)	- Dar prosseguimento ao plano de ação do INCRA.	INCRA	INCRA	
Equipe pequena; INCRA	- Concurso público.	INCRA, MDA, MPOG GOV. ESTADUAL	INCRA, MDA, MPOG GOV. ESTADUAL	
Carência de informações sobre os PA. Perímetros, mapas, fontes hídricas	- Sistematizar as informações existentes e produzir as inexistentes.	INCRA	INCRA	

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Matriz da Paraíba - SR/18				
Problemas	Propostas	Envolvidos	Responsável	Ações em Andamento
Ausência de Educação Ambiental continuada	Efetiva participação do MMA na educação ambiental nos assentamentos (PNEA) Inclusão de ações de educação ambiental no PRONERA, ATES, OEMA, Municípios e MEC.	OEMA, INCRA, ATES, municípios, MEC, PRONERA, IBAMA, MDA e movimento social.	INCRA (Sede e SR) MDA	
Inexistência de área física para reserva legal	Compensação ambiental	INCRA/Sede, Procuradoria do INCRA, Chico Mendes, OEMA e Diretoria de Obtenção.	Procuradoria do INCRA e Diretoria de Obtenção	
Reserva legal não averbada	Termo de Cooperação Técnica com a OEMA.	INCRA e OEMA (Sudema)	INCRA e OEMA (Sudema)	Confecção do TCT (em análise).
Ausência de controle de reserva legal pelo INCRA e assentados.	Consolidação da ATES	INCRA e ATES	INCRA	
Na visão do INCRA o prazo de validade da LP e LIO é pequeno.	Dilatação do prazo	INCRA, OEMA e movimento social.	INCRA - SR/18	
Dificuldade de obtenção da Certidão de Uso junto às Prefeituras.	Mudança desse item na legislação	MMA, INCRA, OEMA, movimento social e Conama.	INCRA, movimento social e Procuradoria.	
Insuficiência de pessoal e baixa remuneração.	Concurso e aumento de salário	Governo federal, estadual e municipal.	Governo federal, estadual e municipal.	
Falta de capacitação dos técnicos da área ambiental.	Programa de capacitação	INCRA, OEMA, IBAMA, MMA, MDA e ICMBio.	Os mesmos	
Falta de recursos e infraestrutura operacional das instituições.	Maior investimento	Governo Federal, estadual e municipal.	Os mesmos	
Deficiência dos sistemas de ATES	Revisão e reestruturação do sistema ATES.	Governo Federal, estadual, municipal e movimento social.	INCRA e movimento social	
Passivo ambiental na aquisição de imóveis.	Criação do fundo ambiental.	INCRA e Ministério do Planejamento.	INCRA	
Dificuldades na implantação de projetos de recuperação ambiental.	Consolidação da ATES.	INCRA e movimento Social.	Os mesmos	
Dificuldade na elaboração do PDA, PRA e PB.	Contrato de empresas especializadas.	INCRA e empresas.	INCRA	Edital elaborado (em análise).

Matrizes da 4.ª Oficina de Licenciamento Ambiental - Maceió/AL, 25 e 26 de setembro de 2008

Grupo de Trabalho											
Alagoas - SR 22		Bahia - SR 05		Pernambuco - SR 03 e Médio São Francisco - SR 29		Sergipe - SR 23					
Participantes	Entidades	Participantes	Entidades	Participantes	Entidades	Participantes	Entidades				
Relator	Fabiola de Freitas Vianna	INCRA Sede	INCRA Sede	Daniel Huet	INCRA Sede	Thelma Santos de Melo	MMA	Leonarda Cristina Sousa	INCRA Sede	INCRA Sede	INCRA Sede
Moderador	Elvira Xavier Vieira	MMA	INCRA Sede	Edgar Paulino de Souza	INCRA Sede	Paulo Guilherme Cabral	MMA	Regina Alcantara	INCRA Sede	INCRA Sede	INCRA Sede
	Adriano Augusto A. Jorge	IMA-AL	IMA/BA	Anderson Lima dos Santos	IMA/BA	Abelardo	INCRA/PE	Alberto Marques Santos	FETASE	FETASE	FETASE
	Edivalda Alves Correia	IMA/AL	INCRA/BA	Diléia S. dos Santos	INCRA/BA	Andrea Cruz	INCRA	Ana Consuelo F. Fontinele	ADEMA/SE	ADEMA/SE	ADEMA/SE
	Eduardo V. de Medeiros	INCRA	SEMARH	Fernando Antonio Vieira	SEMARH	Fani Mamede	CONTAG	Andre Luiz B. Ferreira	INCRA/SE	INCRA/SE	INCRA/SE
	Alcy Braga Lamenha	SEMARH	MST	Hilton Petrucio de Souza Mendonça	MST	Hélvio Polito L Filho	CPRH/PE	Douglas Souza de Jesus	INCRA/SE	INCRA/SE	INCRA/SE
	Ermany Dornelles	MST-AL	IBAMA/BA	Moyses Peixoto Aquino	IBAMA/BA	José Cesar da Silva Bezerra	INCRA/MSF	Elisio Marinho S. Neto	SEMARH/SE	SEMARH/SE	SEMARH/SE
	Gustavo Silva de Carvalho	IMA/AL	INCRA/BA	Paulo Coqueiro	INCRA/BA	Jost Paulo Reis e Silva	CPRH/PE	Jorge Tadeu Gomes	INCRA/SE	INCRA/SE	INCRA/SE
	Idalina Maria S. Ribeiro	INCRA/AL	INCRA/BA	Suyanne Andrade Silva	INCRA/BA	Julio Cesar Barros	INCRA/PE	Leonardo Goes Silva	INCRA/SE	INCRA/SE	INCRA/SE
	Illisson Moraes da Silva	MST-AL	INCRA/BA	Valério Dorneles de Freitas	INCRA/BA	Leonardo Mota de Moraes	INCRA/PE	Maria Cleusa Guimarães	ADEMA/SE	ADEMA/SE	ADEMA/SE
	João Lessa de Azevedo	SEMARH/AL	CONTAG	Teodomiro José de Almeida	CONTAG	Lisania Rocha Pedrosa	IBAMA/PE	Maria José Costa Arruda	CONTAG	CONTAG	CONTAG
	João Walraven Junior	TCU	FETRAF	Fernando Ferreira Oiticica	FETRAF	Luciano Ribeiro Braga	INCRA/MSF	Marília Andrade Fontes	MST	MST	MST
	José Ailton Lucena	IMA/AL	MST	Luiz Henrique Gomes de Moura	MST	Raquel Azevedo Pedroso	CPRH/PE				

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Grupo de Trabalho											
	Alagoas – SR 22		Bahia – SR 05		Pernambuco – SR 03 e Médio São Francisco – SR 29		Sergipe – SR 23				
	Participantes	Entidades	Participantes	Entidades	Participantes	Entidades	Participantes	Entidades			
	Luciano Palmeira	IMA/AL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Lumenita L. de Almeida Cavalcante	IBAMA /AL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Marcos Gregorio	INCRA/AL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Micheline Santana	INCRA/AL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Neider Silveira Jatobá	INCRA/AL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Pedro Lucio	FETAG-AL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Plinio Fabricio	INCRA/AL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rubem C.C.Leitão		-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rubem Cesar C. Leitão	IBAMA/AL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rubencio Izidro S.Junior	MPE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sergio Renato Avila G. da Rocha	SEMARH/AL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sergio Souto	INCRA/AL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Silvana Lucia da Silva	MST-AL	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Matriz de Alagoas - SR/22				
Problema	Proposta	Responsável	Envolvidos	Ações em Andamento
Carência de estrutura física e de pessoal para diagnose do meio e monitoramento (órgãos ambientais e entidades de ATES).	- ampliar quadro técnico por concurso público; - investir na estrutura física; - estabelecer parcerias mediante convênio.	MPOG -ministro INCRA/ Sede, SEGESP - secretário IMA-presidente, INCRA, IMA.		
O produto apresentado pelas empresas contratadas não atendem às necessidades do licenciamento (PDA e RAS).	- Integrar órgãos e entidades envolvidas no processo com o objetivo de qualificar os diagnósticos (INCRA e SEMARH na utilização dos planos diretores das bacias e zoneamento agro-ecológico).	INCRA/SR;		
Inexistência do Termo de Referência .	- Elaborar Termo de Referência de forma exequível.	IMA (Presidência)		
Inexistência e/ou deficiência quanto à infraestrutura mínima nos assentamentos para cumprimento das condicionantes.	- Agilizar liberação de recursos considerando os prazos legais.	INCRA/SR	INCRA; movimentos sociais; Estado e Municípios.	Procedimentos já existentes (negociações com prefeituras).
Banco de Dados e de Informação insuficientes (impactos ambientais, sustentabilidade econômica dos assentados).	- Criar e alimentar banco de dados digital (em plataforma web); - Compartilhar informações entre órgãos competentes.	INCRA/SR	IMA, IBAMA, SEMARH, IBGE, Universidades Estaduais e Federais, ONG, INCRA - SR, Fundações	Processo de implantação do SIPRA ambiental e criação de banco de dados institucional.
Insuficiência de recursos financeiros para aplicação de projetos básicos ambientais.	- Ampliar número de projetos básicos ambientais; - Destinar recursos no PPA do INCRA SR/AL para apoiar os projetos básicos ambientais.	INCRA/SR	IMA, IBAMA, SEMARH, IBGE, Universidades Estaduais e Federais, ONG, INCRA/SR, Fundações	Ampliação do aporte de recursos para 2009 INCRA/Sede.
Incompatibilidade dos prazos para o cumprimento das condicionantes devido à incapacidade operacional.	- Realizar reuniões entre INCRA e IMA para estabelecimento de prazos e metas.	INCRA/SR IMA	INCRA/SR IMA.	
Inexistência de capacitação continuada para técnicos dos órgãos governamentais e ONG, envolvidos no processo de licenciamento.	- Promover programas de capacitação continuada e integrada na elaboração de estudos e diagnóstico ambiental.	INCRA/Sede	INCRA/Sede, INCRA/SR, Prefeituras, Estado, IBAMA, MMA, (DLAA, SMCQ, SEDR, PNC-SECEX).	Linhas de capacitação do MMA para o licenciamento.
Alto custo das taxas.	- Apresentar proposta de revisão do Decreto Estadual.	INCRA, Governo Estadual Executivo e Legislativo		
Desconhecimento das questões ambientais pelas famílias assentadas.	- Elaborar e implementar programa de educação ambiental nos assentamentos.	INCRA/SR	INCRA/SR, Estado, Universidades, ONG, Municípios, IBAMA, MMA, movimentos sociais.	Convênio INCRA e IMA.

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Matriz da Bahia - SR/05				
Problema	Proposta	Responsável	Envolvidos	Ações em Andamento
Assistência técnica insuficiente.	Implantar programa de formações contínuas sobre a questão ambiental.	Fórum de ATEs	Fórum de ATEs	
Número insuficiente de técnicos qualificados para execução das ações de meio ambiente.	Contratar e qualificar corpo técnico de meio ambiente.	INCRA e órgãos ambientais	INCRA e órgãos ambientais, governo	Convênio e REDA.
Deficiência de comunicação entre órgãos envolvidos.	Programar oficinas entre os órgãos para estabelecer procedimentos.	INCRA e órgãos ambientais		
Imprecisão da resposta do IBAMA à consulta do INCRA no processo de obtenção.	Fazer consulta ao ICMBio e INCRA/DTM.	INCRA/SR-05	ICMBio e INCRA/DTM	
Deficiência nas orientações para formalizações de convênios, contratos.	Solicitar orientação à DTM.	INCRA/SR-05	INCRA/DTM e SR 05	Curso na SR.
Complexidade para solicitação de autorização de supressão de vegetação.	Apresentar proposta para o procedimento de supressão de vegetação.	INCRA/SR-05/IMA	INCRA/SR-05/IMA	
Morosidade do OEEMA na expedição de licenças.	Ampliar número de técnicos exclusivos para o licenciamento de reforma agrária.	IMA	INCRA/SR-05/IMA	Contratação de 90 técnicos para o licenciamento ambiental e aquisição de mais veículos.
Norma Técnica Estadual 001/06 inadequada / necessidade de EIA/RIMA.	Apresentar proposta de reformulação de norma técnica e discuti-la com o movimento social.	INCRA/SR-05	INCRA/SR-05/IMA	GT criado e discutindo.
Destinação deficitária dos recursos financeiros para os órgãos ambientais.	Pleitear o aumento de recursos para os órgãos ambientais no orçamento da Bahia.	IMA/IBAMA	IMA/IBAMA	

Matriz da Bahia - SR/05				
Problema	Proposta	Responsável	Envolvidos	Ações em Andamento
Desconhecimento de questões ambientais pelas famílias assentadas.	Implantar programa de Educação Ambiental.	INCRA/IBAMA / IMA / movimentos sociais	INCRA / IBAMA / IMA / movimentos sociais	
Pouca prioridade dos movimentos sociais em relação ao meio ambiente.	Realizar seminário para sensibilização da questão ambiental.	INCRA	INCRA OEAMA, movimentos sociais, MP	Seminário para segunda semana de outubro.
Anuência Municipal.	Adaptar a redação da solicitação de anuência da prefeitura, com prazo para resposta. Eliminar a exigência da anuência municipal. Consultar PFE / SEDE.	INCRA/SEDE MDA	INCRA/SEDE MDA / OEAMA / MMA	
Concentrações de recursos nos territórios da cidadania.	Disponibilização de recursos para todos os territórios.	MDA/ INCRA/DTM	INCRA/DTM MDA	
Serviço de Meio Ambiente localizado na Obtenção.	Vincular o Serviço do Meio Ambiente diretamente ao GAB Criar uma Divisão.	INCRA/SEDE	INCRA/SEDE e REGIONAIS	
Dificuldades no cumprimento de condicionantes.	Estabelecer um programa de gestão ambiental no momento de legitimação do PA.	INCRA/SR-05	INCRA-SR-05 / Famílias assentadas / movimentos sociais e IMA	
Dificuldades na implantação do CTGA (Comissão Técnica de Garantia ambiental).	Concluir o regimento da CTGA do INCRA Apoio do IMA na formação do CTGA.	INCRA/SR-05, IMA	INCRA/SR-05 IMA	

Questionamentos:

Número insuficiente de ONG/entidades qualificadas e com capacidade para estabelecer parcerias;

O que fazer com as áreas para as quais não foram concedidos licenciamentos ambientais ?

Encaminhamento:

Fortalecimento do SMA

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Matriz de Sergipe – SR/23					
Problema	Proposta	Responsável	Envolvidos	Ações em Andamento	
Dificuldades de adequação da legislação para os Projetos de Assentamentos antigos (anteriores à Resolução CONAMA 387/06).	Realizar eventos de discussão e estabelecer linhas de prioritárias de ações e definir metodologias, Identificar as principais condicionantes, listar alternativas de resolvê-las.	INCRA, ADEMA e SEMARH	INCRA, MMA, Órgãos Ambientais, SEMARH, CODEVASF, EMBRAPA e movimentos sociais	Formatação de Termo de Cooperação Técnica entre ADEMA e INCRA em discussão/negociação.	
Ausência de informações na maioria dos assentados do processo de licenciamento.	Construir e implementar um plano de educação ambiental nas áreas de Projetos de Assentamento.	INCRA, MMA e SEMARH	ADEMA, movimentos sociais, SEMARH, EMBRAPA, UFS, SEED	1- Em discussão celebração de acordos, convênios – INCRA, ADEMA e SEMARH, 2- Capacitações promovidas pelo MST-Território Centro-Sul está construindo rede de ed.ambiental.	
Dificuldades de integração entre os atores envolvidos no processo de licenciamento. Dificuldades de cumprir os condicionantes.	Criar grupo de trabalho visando solucionar os problemas gerados pelo processo.	INCRA, ADEMA e SEMARH	INCRA, ADEMA, SEMARH e movimentos sociais	Reuniões já foram realizadas.	
Estruturação insuficiente dos órgãos licenciadores e licenciados.	Estruturar os órgãos (INCRA, ADEMA e SEMARH) com recursos humanos financeiros e materiais permanentes.	MDA/ INCRA, MMA e SEMARH	INCRA/ ADMA/ MDA/MMA/ SEMARH	Proposta de transformar a ADEMA em autarquia especial.	
Desconhecimento do processo de desapropriação pelos órgãos ambientais.	INCRA deverá realizar palestra sobre o processo de desapropriação.	INCRA	INCRA, ADEMA e SEMARH		
Ausência/Dificuldades na implantação de infraestrutura nos Projetos de Assentamentos.	1- O INCRA deverá apresentar um programa de infraestrutura mais ousado para captação de recursos, 2 - Apresentar a demanda para o órgão ambiental, estabelecer e cronograma de análise e autorização para as obras.	INCRA	INCRA, ADEMA, Governo Estadual, EMBRAPA, CODEVASF	1-Proposta de convênio com o Governo do Estado para elaboração de projeto de infraestrutura. 2- CODEVASF executará 21 projetos de água encanada nos PA.	
Processos de licenciamento (peças técnicas) incompletos e / ou divergentes.	Fazer revisão criteriosa pelo INCRA dos processos antes de serem enviados para o órgão ambiental.	INCRA/ núcleo ambiental	INCRA		
Existência de passivo ambiental nas áreas desapropriadas.	1- Identificar o real valor do dano ambiental (formação dos técnicos) Elaboração de Projetos para recuperação/restauração das áreas degradadas 2- Criar Fundo Ambiental para recuperação do Passivo com recursos das indenizações descontados nas desapropriações.	INCRA		Incluído no Plano Nacional de Capacitação do INCRA.	

Matriz de Pernambuco e Médio São Francisco – SR/03 e SR/29					
Problema	Proposta	Responsável	Envolvidos	Ações em Andamento	
Indefinição de parâmetros para avaliação dos passivos ambientais.	Definir metodologia para avaliação de passivo ambiental.	CPRH	COSEMA		
Carência operacional de recursos humanos e materiais (CPRH/ INCRA).	Ampliar quadro de pessoal; Assinar Termo de Cooperação Técnica entre INCRA e Governo de PE.	CPRH INCRA e Governo de PE	Governo PE e Ministério do Planejamento	Concurso para CPRH em andamento, Termo pronto para assinar.	
Desconhecimento das normas e dos aspectos técnicos CPRH, INCRA e assentados.	Realizar capacitação técnica e normativa para OEMA, INCRA e assentados.	CPRH e INCRA	Movimentos sociais; Assentados e FUNTEPE (fundo de terras de PE)	Capacitação pelo FUNTEPE.	
Exigência de teste de absorção do solo para cada unidade familiar do passivo habitacional.	Estabelecer padrão sanitário do passivo e para os Projetos de Assentamento implantados até o Acórdão do TCU.	CPRH e INCRA		Proposta do INCRA em análise na CPRH.	
Dificuldade de obtenção da anuência do Município.	Acionar o município por ação Declaratória em caso de omissão; e Impetrar Mandado de Segurança por negativa injustificada.	INCRA	Prefeituras		
Prazo de validade da licença.	Propor mudança na legislação estadual.	CPRH	Movimentos sociais e INCRA	Estabelecimento de novo prazo pela CPRH: LP - 2 anos; LI - 4 anos.	
Conteúdo dos PDA insuficientes para análise do processo de licenciamento.	Cumprir o estabelecido na resolução CONAMA.	INCRA	Movimentos Sociais	Proposta de convênio INCRA / IPA para o PA Miguel Arraes; proposta de convênio com a secretaria estadual de agricultura; proposta de convênio com ONG e Movimento social para elaboração de PDA.	
SR 29 e SR 23 tendo que lidar com procedimentos distintos em 2 estados.	Aumentar a integração entre SR que atuam na Bahia e a OEMA da Bahia.	SR 05, 23 e 29	INCRA sede e Governo da Bahia	Articulação política do Presidente do INCRA junto ao Governo da Bahia.	

Matrizes da 5.ª Oficina de Licenciamento Ambiental - Manaus/AM, 9 e 10 de outubro de 2008

Grupos de Trabalho									
Amazonas - SR 15		Roraima - SR 25		Rondônia - SR 17		Acre - SR 14			
Participantes	Entidades	Participantes	Entidades	Participantes	Entidades	Participantes	Entidades	Participantes	Entidades
Relator Luciana de Oliveira Rosa Machado	MMA	Fernanda Cunha	MMA	Ana Paula Carvalho	INCRA/Sede	Melina Pereira	INCRA/Sede		
Modelador Inês Caribé Nunes Marques	MMA	Regina Alcântara	INCRA/Sede	Luiz Rodrigues de Oliveira	MMA	Stela Maris Ascenço	INCRA/Sede		
	CONTAG	Alziro Messa de Andrade Filho	FEMACT/RR	Carlino Lima	INCRA/RO	Andre Freddo	INCRA/AC		
	IPAAM	Celeste Gama de Oliveira	SESAU/RR	Edilson Dantas dos Santos	Sedam/RO	Anselmo Alfredo Forneck	IBAMA/AC		
	CONTAG	Cleutemberg Marques Soares	STR	Fátima Santos	Sedam/RO	Fani Mamede	CONTAG		
		Igor Bruno Rubim	INCRA/RR	José Janduhy Freire Lima	Sedam/RO	Fernando Piazenski	MPF/AC		
	FETAGRI	Inaé da Rocha Pereira	FEMACT/RR	Luiz Alberto Catanhede	Ibama/RO	Ivan de Jesus P. Araujo e Silva	IMAC/AC		
	SUS/AM	Isaias Valeriano Leite	INCRA/RR	Luzinete Maria da Silva Maia	Ibama	Romeu de Carvalho A. Neto	INCRA/AC		
	MPE/AM	Jacqueline Lima da Silva	IBAMA/RR	Oscar Martin Mesones Lapouble	SVS/MS	Sebastião Fernando Ferreira Lima	IMAC/AC		
	FVS/AM	José Lazaro de Brito Ladislau	SVS/MS	Valdemar Espanhol	Fetagro	Sebastião Santos da Silva	IBAMA/AC		
	FETRAGRI/AM	Nilva Cardoso Baraúna	IBAMA/RR	Wania Maria da Graça P Maramaldo	INCRA/RO	Sila Mesquita	SDS		
	INCRA/AM	Roberta Calodrimi	SES/RR						
		Helio Leonardo M. Brandão							

Grupos de Trabalho									
Amazonas - SR 15		Roraima - SR 25		Rondônia - SR 17		Acre - SR 14			
Participantes	Entidades	Participantes	Entidades	Participantes	Entidades	Participantes	Entidades	Participantes	Entidades
Jonas Monteiro de Souza	Coordenação Malária	Teodomiro José de Almeida	CONTAG						
José Edlucio		Inaé da Rocha Pereira	FEMACT						
Karin Hembik Borges	INCRA/AM	Isaias Valeriano Leites	INCRA/RR						
Maria José da Silva Nazaré	MPE/AM	Jonas Monteiro de Susa	SESAU-RR						
Maria Luíza Lopes de Carvalho		Maria José Costa Arruda	CONTAG						
Marly Camelo	MPF								
Nazaré Zuardi	TCU/AM								
Osny Araújo	INCRA/AM								
Romeu Rodrigues Fialho	SVS/AM								
Ronaldo P. dos Santos	INCRA/AM								
Valdenor P. Cardoso	SDS/AM								
Walmir Alves Nogueira	IBAMA								

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Matriz do Amazonas - SR/15					
Problemas	Propostas	Responsáveis	Envolvidos	Ações em andamento	
- Inexistência do Zoneamento Agroecômico-ecológico.	Priorizar as áreas de assentamentos para a elaboração do ZEE.	INCRA e SDS	CE-ZEE, CEDRS	Em andamento o ZEE do Estado.	
- Excesso de burocracia (morosidade).	Rever e aperfeiçoar os procedimentos no licenciamento.	IPAAM e FVS	SDS, INCRA e FVS	Lei (taxas) foi revisada. Há proposta de revisão da Lei Estadual (validade da licença).	
- Falta de entrosamento entre órgãos afins.	Incluir no GT de licenciamento (IPAAM e INCRA) os órgãos envolvidos na temática (Ibama, IDAM, FVS e Fetagri).	IPAAM e INCRA	SDS, FVS, IDAM, IBAMA, Fetagri	Ampliação do GT.	
- Estrutura e arquitetura agrária dos PA convencionais incompatíveis com padrões ambientais e aptidão agrícola.	- Iniciar uma discussão sobre redimensionamento da infraestrutura e dos lotes dos PA convencionais - Planejamento físico para colonização (para novos assentamentos).	INCRA	IPAAM, IDAM, FETAGRI, SDS e FVS, EMBRAPA, INPA, CEPLAC, UFAM	INCRA possui metodologias, mas precisam ser revisadas.	
- Não cumprimento do Plano de Ação de Controle da Malária (Laudo de Potencial Malarígeno).	Discutir no GT de licenciamento um TAC.	GT	INCRA, IPAAM e FVS	O TACA prevê compromissos de adimplências.	
- Realidade fisiográfica do Estado.	Descentralizar a gestão das políticas públicas.	INCRA, IPAAM, SDS, IDAM	Idem	-	
- Pouca capacidade operacional dos órgãos.	Incremento de recursos físicos, humanos financeiros nos órgãos compatíveis com as metas.	Governos Federal, Estadual e Municipal	INCRA, IPAAM, SDS, IDAM, FVS	Concursos realizados e em fase de contratação.	
- Poucos dados sobre a Amazônia.	- Concentrar dados disponíveis - Intensificar os levantamentos e disponibilizar os dados.	GT (para provocar)	Todos os órgãos públicos ligados à produção de dados	Proposta do SIPAM em andamento.	
- Assentamentos sobrepostos a unidades de conservação.	Provocar discussão ICMBio e CEUC.	INCRA	ICMBio, IBAMA, SDS, IPAAM, IDAM, CEUC	INCRA já provocou ICMBio e CEUC.	
- Falta de gestão das áreas do INCRA.	Implantação de um modelo de gestão ambiental e de conservação dos recursos naturais dos PA, PAE, PDS, PAF.	INCRA	INCRA, FVS, IPAAM e IBAMA	Formação de agentes ambientais voluntários e acordos de pesca. Planos de utilização do INCRA.	
- Capacitação de mais técnicos do INCRA.	Ampliar capacitação técnica do INCRA.	INCRA	INCRA e parceiros	Existe plano do INCRA.	

Matriz do Amazonas - SR/15				
Problemas	Propostas	Responsáveis	Envolvidos	Ações em andamento
- Passivo ambiental em reserva legal e APP.	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar projetos para recuperação e recomposição de APP e RL. - Articulação entre os órgãos para estabelecer critérios para averbação de RL coletiva e individual. 	INCRA	SDS, IPAAM, IBAMA, Universidade, cartórios.	Projetos em fase de implementação.
- Metas e estrutura do INCRA.	<ul style="list-style-type: none"> - Readequar as metas a capacidade operacional do INCRA - Fortalecer processo de melhoria da estrutura. 	INCRA/MDA	Convênios e contratos	Execução de convênios.
- Validade da licença (1 ano).	<ul style="list-style-type: none"> - Alterar lei estadual. 	SDS	IPAAM, SDS, INCRA	Discussão já em andamento no IPAAM/SDS.
- Insuficiência de assistência técnica qualificada (quantidade e qualidade).	<ul style="list-style-type: none"> - Qualificar e ampliar a assistência técnica existente. 	IDAM e INCRA	IDAM e Cooperativas de Assistência Técnica	INCRA possui convênios com parceiros.
- Modelo econômico vigente nos PA e economia de mercado.	<ul style="list-style-type: none"> - Criar mecanismos de economia solidária para assentamento. 	SEPROR e SDS	INCRA, IDAM, IPAAM, Universidade, EMBRAPA, CEDRS, INPA	Esforços pontuais.
- Descumprimento do contrato de assentamento (INCRA x parceleiro).	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar e rever os contratos periodicamente. 	INCRA	INCRA, CPT, FETAGRI, STR	Alguns diagnósticos de situação dos lotes foram realizadas.
- Base Cartográfica e georreferenciamento dos lotes, APP e RL.	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar planos de georreferenciamento dos imóveis e assentamentos. 	INCRA	ITEAM, IPAAM	Em fase de contratação de empresa.
- Políticas públicas dissociadas.	<ul style="list-style-type: none"> - Levantar para o CEDRS a discussão sobre interação das políticas públicas para o licenciamento e desenvolvimento sustentável dos assentamentos - Incluir FVS e a SES no CEDRS. 	CEDRS/FVS	SEPROR, IPAAM, IBAMA, SDS	Articulações em andamento.

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Matriz do Acre – SR/14				
Problema	Proposta	Responsável	Envolvidos	Ações em Andamento
Base de dados do INCRA desatualizada.	Atualizar base de dados em sistema compatível com órgãos do SISNAMA.	INCRA/Sede e SR	INCRA/Sede, SR e Oemas	A conversão dos arquivos analógicos em digitais está em execução pelo INCRA.
Ausência de compartilhamento das bases de dados do INCRA e do OEMA.	Unificação das bases de dados.	INCRA, OEMA e IBAMA	INCRA, OEMA e IBAMA	Os <i>shoppes</i> do ZEE já foram disponibilizados pelo estado ao INCRA.
Demora na apresentação do Laudo de Potencial Malarígeno pelo INCRA no processo de licenciamento.	Revisão da Portaria SVS 47/2006 e SVS 45/2007.	Secretaria de Vigilância Sanitária	Secretaria de Vigilância Sanitária	Em processo de revisão.
	Maior envolvimento da SVS no GT de licenciamento.	INCRA	SVS, SES, OEMA e INCRA	
	Envolvimento do INCRA e MMA no processo de revisão das portarias.	SVS	INCRA, SVS e MMA	Existência de um comitê de acompanhamento.
Deficiência e/ou inexistência do serviço de ATES.	Envolver os órgãos de agricultura das três esferas no processo de criação, licenciamento e implantação dos PA.	INCRA e MDA	INCRA, MDA, MMA, MAPA, Governo Federal, Governo Estadual, Governo Federal e Movimentos sociais (INCRA, MDA, MMA, MAPA...)	
	Fortalecimento da estrutura dos Serviços de ATES.	Gov. Federal/ Gov. Estadual/ Gov. Municipal	INCRA/ Gov. Estado/ Gov. Municipal / Movimentos sociais	Convênios já formados.
	Capacitação e qualificação dos serviços de ATES prestados.	Gov. Federal/ Gov. Estadual/ Gov. Municipal	INCRA/ Gov. Estado/ Gov. Municipal / Movimentos sociais / Conveniados	
Ausência de foco das outras enfermidades pela SES no processo de licenc. dos PA.	Revisão e avaliação dos convênios já existentes.	INCRA / SR-14 / Conveniados	INCRA/SR-14/Conveniados	Em análise.
	Destacar outras enfermidades no Atestado de Condição Sanitária.	SVS e SES	INCRA, SVS, OEMA e SES	
	Desenvolvimento de estudos prévios específicos para cada modalidade.	INCRA	INCRA e movimentos sociais	
Desenvolvimento das atividades nos Assentamentos não compatíveis com as modalidades.	Realocação do assentamento de acordo com o perfil.	INCRA	INCRA, assentados e movimentos sociais	
	Readequação dos PA já existentes.	INCRA	INCRA, movimentos sociais e assentados	
	Readequar linhas de crédito do PRONAF A.	INCRA e MDA	MDA, BACEN, CMN, INCRA, agente financeiro e movimentos sociais	

Matriz do Acre - SR/14				
Problema	Proposta	Responsável	Envolvidos	Ações em Andamento
Ausência de um instrumento para o repasse de recursos do INCRA para o OEMA.	Celebração de convênios e TCT.	IBAMA, INCRA e OEMA	IBAMA, INCRA e OEMA	Revisão do Termo de Cooperação existente.
Vigência da LP insuficiente (1 ano).	- Ampliar vigência da LP para 3 anos. - OEMA adotar o prazo da Conama 387.	OEMA e INCRA OEMA	OEMA e INCRA OEMA e INCRA	
Desconhecimento de práticas diferenciadas para a liberação dos créditos pelo Agente Financiador.	- Divulgação das modalidades diferenciadas para o Agente Financeiro. - Estabelecimento de linhas de crédito específicos para cada modalidade.	MDA, INCRA MDA, INCRA	MDA, INCRA, agente financiador, movimentos sociais Conselho Monetário Nacional, BACEN, MDA, INCRA, movimentos sociais e agentes financiadores	
Ausência de estrutura do IBAMA para licenciar os PA interestaduais.	Descentralização do processo de licenciamento.	MMA e IBAMA	MMA, INCRA e IBAMA	
Existência de Passivo ambiental em PA já implantados e submetidos a licenciamento.	- Quantificação dos passivos.	OEMA, INCRA e IBAMA	OEMA, INCRA, movimentos sociais e IBAMA	Mapeamento para sensoramento remoto.
	- Identificação de responsáveis pelos Passivos.	OEMA, INCRA e IBAMA	OEMA, INCRA, movimentos sociais, IBAMA e assentados	Mapeamento para sensoramento remoto.
	- Elaboração de Plano para solucionar Passivos.	OEMA, INCRA, órgãos de ATES, MDA, MMA e IBAMA	OEMA, INCRA, IBAMA e órgãos de ATES	Plano de valorização do ativo ambiental (Governo Estadual).
	- Incrementar os recursos já existentes.	MDA, Gov. Estadual, Gov. Municipal e INCRA	MDA, Gov. Estadual, Gov. Municipal, INCRA e movimentos sociais	Plano de valorização do ativo ambiental (Gov. Estadual).
Sobrecusto de PA pelos filhos dos assentados por falta de outras áreas.	- Criação de novos assentamentos para atender essa clientela.	INCRA	INCRA e movimentos sociais	
	- Verticalização da produção do assentamento.	INCRA, MDA e entidades de ATES	INCRA, MDA, entidades de ATES e movimentos sociais	

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Matriz de Rondônia - SR/17					
Problema	Proposta	Responsáveis	Envolvidos	Ações em Andamento	
Insuficiência de pessoal e equipamentos.	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar Concursos Públicos (INCRA, SEDAM e SESAU), em longo prazo; - Realizar contratação emergencial para a área de meio ambiente; - Fortalecimento das áreas técnicas envolvidas (INCRA, SEDAM e SESAU). 	<ul style="list-style-type: none"> - GE/RO e Governo Federal - INCRA/ SR-17, SEDAM e SESAU 	-INCRA/Sede, Governo do Estado	<ul style="list-style-type: none"> - PCS - SEDAM e CP - SEDAM; - INCRA, SEDAM e SESAU - Aquisição de veículos 	
Existência de elevado passivo ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar reunião INCRA/SEDAM para priorizar a recuperação de APP em Projetos de Assentamento; - Definir áreas para compensação ambiental (Reserva Legal). 	<ul style="list-style-type: none"> - Carlino, Wânia e Janduhy; - INCRA e IBAMA 	-SR-17/ INCRA, SEDAM e Governo Federal	<ul style="list-style-type: none"> - SEDAM: Programa de Recuperação de Matas Ciliares; - Ação de Manejo Ambiental INCRA 	
Dificuldade em apresentar todas as peças técnicas.	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar reunião INCRA, SEDAM e SESAU para criar Procedimento Padrão. 	<ul style="list-style-type: none"> - Wânia (INCRA), Janduhy (SEDAM) e Fátima (SESAU) 	SR-17/ INCRA, SEDAM e SESAU	<ul style="list-style-type: none"> - Ajustamento do roteiro do PDA 	
Insuficiência de recursos fora dos Territórios da Cidadania.				<ul style="list-style-type: none"> - Criação de 2 novos Territórios da Cidadania 	
Baixo grau de consciência ambiental dos Assentados.	<ul style="list-style-type: none"> - Criar ação de educação ambiental no INCRA (PPA); - Inserir as Ações de Educação Ambiental no CIE/AGRO; - Formalizar parceria entre INCRA/SEDAM/IBAMA e MMA. 	<ul style="list-style-type: none"> - INCRA Sede - INCRA, SEDAM e IBAMA - INCRA Sede+ 	SR e MPO		
Dificuldade em atender às recomendações do Laudo de Potencial Malarigeno.	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar reunião INCRA, SEDAM e SESAU para criar procedimento padrão. 	<ul style="list-style-type: none"> - Wânia (INCRA), Janduhy (SEDAM) e Fátima (SESAU) 	SR-17/ INCRA, SEDAM e SESAU		
Não homologação dos PDA elaborados.	<ul style="list-style-type: none"> - Criar GTI para analisar os PDA e emitir parecer. 	SR-17/ INCRA	SR-17/ INCRA, SEDAM e SESAU		
Taxas de licenciamento elevadas.	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento de TCT para execução das ações de licenciamento e redução das taxas. 	SR-17/ INCRA e SEDAM			

Matriz de Roraima - SR/25					
Problema	Proposta	Responsável	Envolvidos	Ações em Andamento	
Insuficiência de recursos financeiros / humanos e de infraestrutura.	Capacitação continuada dos servidores Criação de força tarefa para licenciar o 1º assentamento e definição de cronograma para os demais; Concursos regionalizados; Maior importância das metas ambientais do INCRA.	INCRA/ SR INCRA/ SR MDA/INCRA/SR	INCRA/SR MDA - INCRA/SEDE OEMA-MMA UERR IBAMA - SVS	- Oficialização por meio de portaria que institui grupo técnico apto a emitir LPM e ATCS, na SES/RR. - GT criado para apoiar as ações do L.A (fev/2008) - GT interno OEMA/INCRA - JTR oficializado	
Insuficiência de documentação mínima para análise e andamento dos processos na OEMA/RR	GT executar o <i>check-list</i> dos processos	INCRA e GT	INCRA/OEMA SVS		
Pouca integração entre os órgãos ambientais nas ações / informações do licenciamento ambiental.	Elaboração de um banco de dados geográficos únicos.	INCRA/ IBAMA/ SVS/FEMACT/ INTERAIMA	INCRA /OEMA/IBAMA/ SVS/UFRR	Troca de informações INCRA/OEMA.	
Insuficiência de assistência técnica nos PA	Buscar parcerias com universidades Estaduais Elaborar planos para fortalecer ATEs/ATER, via parcerias	INCRA/MDA movimentos Sociais Governo do Estado	EMBRAPA, UFRR e UERR	Superintendência já recebeu sugestões e orientações para otimizar os recursos da ATEs.	
Pouca participação dos assentados no processo de licenciamento ambiental	Incluir representação dos assentados no GT. Realizar reuniões periódicas nos PA sobre o LA e outros temas Definir regras/ critérios que incluam a educação ambiental nos PA	INCRA/ FEMACT	Assentados, prefeituras, movimentos sociais, CIEAS - Comissão Interinstitucional de Educação ambiental, ICMBio		
Passivos ambientais (regularização) – PA antigos	Passivos - notificar o INCRA para tomar providências. Recuperar R.L e APP nos PA onde for viável. Na impossibilidade destinar outras áreas na mesma bacia para compensação.	INCRA/OEMA	INCRA/ FEMATEC/IBAMA/ movimentos sociais.		
Vencimento do TAC	Publicação pelo Estado de IN com conteúdo do Termo de Referência	OEMA	INCRA/ OEMA/MPE.		

Matrizes da 6.ª Oficina de Licenciamento Ambiental - Belém/PA, 23 e 24 de outubro de 2008

		Grupos de Trabalho			
		Pará - SR 01, Marabá - SR 27 e Santarém - SR 30		Amapá - SR 21	
	Participantes	Entidades	Participantes	Entidades	
Relator	Fabiola de Freitas Vianna	INCRA - Sede	Luciana de Oliveira Rosa Machado	MMA	
Moderador	Paulo Guilherme Cabral	MMA	João Daldegan	INCRA Sede	
	Arae Lombardi	MST	Antonio Cesar Carneiro de Souza	Sema/MA	
	Arnaldo da Silva Fayal	SES-PA	Claudia C.E. Dominice	Sema/MA	
	Aurimar Francisco Viana da Silva	INCRA/PA	Edivan Andrade	Ibama/AP	
	Carlos Anarah	INCRA/STA	Fernando Oliveira	INCRA/AP	
	Carlos Augusto Viana da Silva	INCRA/PA	Ivana Lucia Franco Cei	Promotor/AP	
	Waldemar Londres Filho	ICMBio	Levi Pinho Alves	INCRA/MA	
	Daniel Jordy	INCRA/PA	Luciana Machado	MMA	
	Emerson Monteiro	SESPA	Margarida Ribeiro	INCRA/AP	
	Fani Mamede	Contag	Maria José da Silva Nazaré	MPE/AP	
	Flavio Lucio Braga Cerezo	ICMBio	Mário Sergio dos Santos Ribeiro	Sema-AP	
	Francisco Janiel Borges	MST	Wilson Menescal de Souza	Ibama/AP	
	Inés Caribé Nunes Marques	MMA	Teresinha Aguiar	INCRA/AP	
	Isabel Poncadiilha	SES-PA	Sebastião Edinaldo Rodrigues	IBAMA/AP	
	José Alves Rodrigues Filho	INCRA/MBA	Ruimar Monteiro Pena	Sema/AP	
	José Augusto Barroso de Nazaré	Sema-PA	Rildo Rodrigues Amanajas	Sema/AP	
	José Lázaro Ladislau	SVS/MS	Rafaela Moraes	SES/AP	
	José Maria da Silva Saldanha	TCU			

Grupos de Trabalho			
Pará - SR 01, Marabá - SR 27 e Santarém - SR 30		Amapá - SR 21	
Participantes	Entidades	Participantes	Entidades
Manoel Sarmento	Fetagri/PA		
Marcelo Francozo	Sema/PA		
Marcelo Scolari Gosch	INCRA/STA		
Márcia Ramos de Quadros	Sema-PA		
Maria José Arruda	Contag		
Mauricio Silva	INCRA/STA		
Oscar Martin Mesones Lapouble	SVS		
Paola Vieira	SES-PA		
Pedro Neto	INCRA/PA		
Reinaldo Ferreira Braun	SES/PA		
Ronaldo Coelho	INCRA/PA		
Rubens Meireles	INCRA/PA		
Sandra Tapajós	FNS/SES-PA		
Teodomiro José de Almeida	Contag		
Thays Cristina Costa Mesquita	Sema-PA		
Waldir de Souza Miranda	SES-PA		
Willian Malheiros Morais	Fetagri/PA		
Willian Ricardo Fernandes	ICMBio		

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Matriz do Pará (incluindo Marabá e Santarém) – SR/01, SR/27 e SR/30					
Problemas	Propostas	Responsável	Envolvidas	Ações em andamento	
Número insuficiente de prestadores de serviços com qualidade.	<ul style="list-style-type: none"> - Contratação de prestadores de serviço por licitação; - Capacitação das prestadoras de serviço. 	INCRA	<ul style="list-style-type: none"> - MDA - Ministério do Planejamento - Movimentos sociais 	<ul style="list-style-type: none"> - SICONV – nova lei de convênios e contratos. 	
Insuficiência de recursos materiais e humanos nas instituições.	<ul style="list-style-type: none"> - Concursos públicos e estruturação das instituições. 	MDA - INCRA SESPA SEMA	<ul style="list-style-type: none"> - Ministério Planejamento - Gov. do Estado 	<ul style="list-style-type: none"> - SEMA - está se estruturando com mais técnicos e equipamentos. 	
Deficiência dos técnicos do INCRA, SEMA e SESPAs em geoprocessoamento.	<ul style="list-style-type: none"> - Qualificação do pessoal existente; - Concurso com habilidades específicas; - Terceirização dos serviços. 	INCRA SEMA SESPA	<ul style="list-style-type: none"> - Universidades - M. Planejamento - ITERPA - CEFET 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação em IDRISI - Capacitação da SESPAs. 	
Base cartográfica do INCRA insuficiente.	<ul style="list-style-type: none"> - Integração das bases cartográficas; - Georreferenciamento dos assentamentos. 	INCRA	<ul style="list-style-type: none"> - Gov. do Estado - Sec. Integração do Governo 	<ul style="list-style-type: none"> - Há um Grupo de Trabalho/Centro de Integração do Governo alinhando os sistemas de cartografia; - SESPAs já utiliza georreferenciamento em alguns assentamentos. Entretanto, o sistema não é compatível com a necessidade do licenciamento. 	
Integração insuficiente das instituições que participam do processo de licenciamento em Reforma Agrária.	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão e implementação de termos de cooperação entre instituições; - Efetivação do GT existente com reuniões quinzenais. 	SEMA	<ul style="list-style-type: none"> - INCRA - SESPAs 	<ul style="list-style-type: none"> - TAC compromisso estabelecido. 	
Centralização do órgão ambiental estadual na capital.	<ul style="list-style-type: none"> - Descentralização da análise dos processos para os pólos onde o INCRA está sediado. 	SEMA	<ul style="list-style-type: none"> - INCRA 	<ul style="list-style-type: none"> - Compromisso do INCRA em apoiar as ações da SEMA. 	
Desorganização e indefinição dos fluxos e procedimentos.	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação de fluxograma e Sistema de Licenciamento Ambiental; - Elaboração e implementação de termos de referência. 	SEMA	<ul style="list-style-type: none"> - INCRA - SESPAs 	<ul style="list-style-type: none"> - SEMA tem proposta (<i>check-list</i>). 	
Dificuldade para delimitar a Reserva Legal – ocupação aleatória.	<ul style="list-style-type: none"> - Adequação a partir da legislação vigente; - Ocupação da área de maneira planejada. 	1.º SEMA 2.º INCRA	<ul style="list-style-type: none"> - movimento Social 		
Indefinição de prioridade entre INCRA e SESPAs para emissão do L-APM-ATCS.	<ul style="list-style-type: none"> - Definição conjunta das prioridades. 	INCRA SESPA	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria Municipal de Saúde - Movimentos sociais 	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião prévia em Marabá. 	

Matriz do Pará (incluindo Marabá e Santarém) – SR/01, SR/27 e SR/30					
Problemas	Propostas	Responsável	Envolvidas	Ações em andamento	
Deficiência nas organizações de base.	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar um programa de capacitação e mobilização. - Fortalecimento da A TES. 	INCRA movimentos sociais	<ul style="list-style-type: none"> - SEMA - SESPA - Prefeituras - IBAMA/ ICMBio - Universidades 	-Agentes ambientais voluntários (ICMBio).	
Modelo de reforma agrária deficiente.	<ul style="list-style-type: none"> - Rever o modelo de reforma agrária. 	MDA-INCRA movimentos sociais	<ul style="list-style-type: none"> - Sociedade em geral 	- Debates no Fórum Nacional de Reforma Agrária.	
Não cumprimento pela SEMA do Art. 13 da Resolução Conama 387/06.	<ul style="list-style-type: none"> - Criar equipe específica para o licenciamento de assentamentos. 	SEMA	INCRA movimentos sociais	- Está em formação uma equipe para realizar uma força tarefa.	
Sobreposição de UC e Assentamento impedindo o processo de Licenciamento.	<ul style="list-style-type: none"> - Buscar entendimento entre INCRA e ICMBio. 	INCRA	<ul style="list-style-type: none"> -ICMBio - ITERPA - FUNAI - SEMA - IBAMA 	- legislação vigente, reuniões interinstitucionais.	

Encaminhamentos:

- Realizar reunião técnica para resolver os gargalos do fluxo do licenciamento.

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Matriz do Amapá – SR/21				
Problemas	Propostas	Responsável	Envolvidos	Ações em Andamento
Pouca articulação/ integração dos órgãos envolvidos	- Criação de um fórum permanente para discussão de políticas de desenvolvimento do PA - Inclusão da Saúde no TAC (SESA)	INCRA	IBAMA, SEMA, IMAP, MPF/ MPE, RURAP, SESA, Pastoral da Terra, Batalhão Ambiental, Prefeituras e movimento social	- TAC - Termo de referência
Licenças válidas por apenas 1 a 2 anos (LP, LIO)	- Emissão de LIO com validade de 2 anos, inclusive para aquelas já emitidas	SEMA/IMAP	INCRA	Contemplada no termo de referência
Pouca participação dos assentados no processo de licenciamento ambiental	- Promover seminário para inclusão dos assentados no processo de licenciamento ambiental	INCRA movimento sociais SEMA/IMAP	CONTAG, FETAGRI, Pastoral da Terra, INCRA, SEMA/ IMAP, SESA, associação dos assentados	-----
- Inexistência de legislação estadual específica para assentamentos - Ausência de prazos para manifestação	- Edição de Instrução Normativa específica para LA dos assentamentos; - Reformulação do Código Ambiental Estadual	SEMA/IMAP	INCRA, IBAMA, MPF/MPE, movimento social	Coordenadoria de Política e Normas
Burocracia excessiva no processo de licenciamento	Edição de instrução Normativa específica sobre procedimentos simplificados de LA	SEMA/IMAP	-----	-----
Indefinição de Reserva Legal, APP em assentamentos já implantados	Integração da SEMA à Comissão existente	INCRA	SEMA/IMAP, IEPA, IBAMA	Elaboração de PDA e PRA
Carência de recursos humanos (INCRA e IMAP), financeiros e espaço físico (IMAP)	- Realização de concurso público (INCRA e IMAP) - Aquisição de equipamentos (IMAP)	INCRA/ MDA SEMA/GEA	MPOG Governo do Estado do Amapá	-Locação de novo espaço (IMAP) - Plano de cargos e salários (SEMA/ IMAP)
Lentidão no processo de publicação das licenças pelo INCRA	Identificação do responsável e capacitação (intercâmbio entre INCRA/SR-01 e SR-21)	INCRA	-----	-----
Taxa do licenciamento	Negociação para isenção da taxa	INCRA	SEMA/IMAP	Mínuta de convênio em estudo para isenção
Conflito de competências	Pauta específica para o Fórum	MPF/MPE	INCRA, SEMA, IMAP, SESA, Prefeituras, movimento social	-----
Não definição de competências no Plano de Ação de Controle da Malária	Criação de um GT para definir as competências (participação de estados da Amazônia Legal)	- SVS/MS: federal - CVS/SESA: estadual - INCRA/SRs	INCRA/Se de, IMAP/SEMA, SESA, Prefeituras Municipais	- Elaboração de Nota Técnica INCRA - Ministério da Saúde
Curto prazo para entrega do laudo de potencial malarígeno (60 dias)				
Inexistência de ATES nos Projetos de Assentamento	Ação coordenada entre governo e INCRA / SRs	INCRA	RURAP, SDR, Prefeituras	-----

Recomendações:

- 1) Poder decisório nas instituições federais nos estados;
- 2) Integração Pará, Amapá e Maranhão para solução de problemas comuns.

Matrizes da 7ª Oficina de Licenciamento Ambiental - Campo Grande/MS, 13 e 14 de novembro de 2008

Grupos de Trabalho						
Mato Grosso do Sul - SR 16		Mato Grosso - SR 13		Tocantins - SR 26		
Participantes	Entidades	Participantes	Entidades	Participantes	Entidades	Entidades
Relator	Silvio Menezes	INCRA Sede	INCRA-Sede	Fabiola Freitas Viana	INCRA - Sede	INCRA - Sede
Moderador	Inês Caribé Nunes Marques	MMA	MMA	Paulo Guilherme Cabral	MMA	MMA
	Adriana dos Santos Damião	IMASUL	Sema/MT	Alvaro Manzano	MPF-PR/TO	MPF-PR/TO
	Ana Cristina C. Santos	Fetagri/MS	PGE-MT	Ana Flávia Rodrigues Brandão	Naturatins	Naturatins
	Antonio Ricardo Stangarlin	INCRA/MS	MPE/MT	Ana Lucia Fioretto Rebouças	Naturatins	Naturatins
	Carlos Augusto R. de Figueiredo	INCRA/MS	MST	Clenan Renaut de Melo Pereira	MP-TO	MP-TO
	Celso Menezes de Souza	INCRA/MS	MPF-MT	Luana Martins Coelho	INCRA/TO	INCRA/TO
	Cristiano Correia dos Reis	INCRA/MS	Fetag/MT	Luiz Amado Pereira Junior	INCRA/TO	INCRA/TO
	Daniel Baeta de Assis	IMASUL	SVS/MT	Manoel Barbosa de Moraes	Contag/TO	Contag/TO
	Edson Roberto Peres	INCRA/MS	INCRA/MT	Marco Aurélio de Oliveira Martins	Sesau/TO	Sesau/TO
	Floaldo Alves de Alencar	INCRA/MS	SVS	Rodrigo Rodrigues da Silva	Ruraltins	Ruraltins
	Geraldo T. Alnidor	Fetagri/MS	MPF/MT	Ruberval Gomes da Silva	INCRA/TO	INCRA/TO
	Janio Marques da Silva	Ibama/MS	IBAMA/MT	Saulo Guilherme da Silva	INCRA/TO	INCRA/TO
	Lioni de Souza Figueiró	IMASUL	Ibama/MT	Thiago Magalhães de Lázari	Naturatins	Naturatins
	Marcio Campos Monteiro	Sema/MS	INCRA/MT	Wilson Rodrigues	Fetagri	Fetagri
	Maria de Fátima Vieira	MST/MS	MS/SVS			
	Marigô Regina	MPE/MS	Contag			
	Mário Junior Bertuol	TCU				
	Rachel Rabello Soriani	INCRA/MS				
	Reginaldo Yamacho	Ibama/MS				
	Rodrigo de Almeida Giannini	INCRA/MS				
	Silvio S. Santana	INCRA/MS				
	Tadeu de M. Delgado	MST/MS				
	Valdir Nobre de Oliveira	Contag Reg.				
	Maria José da Costa Arruda	Contag				
	Alessandra Morais	MST				
	José Juscelino	MST				
	Lindomar de Lima	MST				

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Matriz do Mato Grosso do Sul – SR/16				
Problema	Proposta	Responsável	Envolvidos	Ações em Andamento
<ul style="list-style-type: none"> - Desarticulação entre entidades (INCRA/ IBAMA/ IMASUL/ MPP/ MPE/ Movimentos sociais / etc.). - Legislação incoerente com fluxo de implantação dos PA; - Normas interpretadas de formas distintas. - Estrutura insuficiente (recursos humanos e materiais); - Morosidade para análise e expedição de licenças. - Deficiência na estrutura física e pessoal na capacitação em geomática. - Dificuldade de licenciar PA em áreas de Unidades de Conservação e entorno. - Estudos ambientais em desconformidade com o TR. - Regularizar reservas legais e APP (PA antigos) para o licenciamento. 	<p>Criar um Grupo de Trabalho com a participação das entidades envolvidas no licenciamento.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definir uma equipe técnica do IMASUL específica para o licenciamento dos PA. - Firmar convênio entre o IBAMA e IMASUL e INCRA. - Contratações por concursos públicos. - Locação ou aquisição de prédio espacialmente adequado. - Propor curso prático em geoprocessamento: GIS/CAD. - Realizar cursos de especialização em SIG. - Cobrar agilidade na elaboração dos planos de manejo das UC. - Criar GT no âmbito do MMA para articular a solução. - Priorizar a implantação de PA em áreas sem restrições ambientais. - Unificar o entendimento do teor dos estudos ambientais apresentados para o licenciamento. - Alocar recursos financeiros para atender condicionantes. - Definir procedimentos para a compensação de reserva legal e outros instrumentos visando à regularização ambiental dos PA. 	<p>INCRA</p> <ul style="list-style-type: none"> - IMASUL - IMASUL - INCRA, IMASUL - INCRA, IMASUL - MMA e INCRA - MMA - INCRA - IMASUL - INCRA 	<p>IBAMA, IMASUL, MPPs, movimentos sociais, etc</p> <ul style="list-style-type: none"> - IMASUL - IMASUL, IBAMA, INCRA - INCRA, IMASUL - INCRA, IMASUL - MMA e INCRA - MMA - INCRA - IMASUL e INCRA - INCRA, IMASUL, MPPs. 	<p>Curso de georreferenciamento de imóveis rurais (para 10 servidores do INCRA); aquisição do <i>software</i> IDRISI e treinamento de dois servidores por SK.</p> <p>Está em fase de criação o GT que tratará dos assentamentos localizados no entorno do PARNA da Serra da Bodoquena.</p>

Outros problemas: morosidade do INCRA na implantação da infraestrutura física, produtiva e creditícia, nos PA; processo de implantação dos PA sem participação dos assentados; **Ausência** do ministério Público Federal e Estadual, Ibama e Inst. Chico Mendes no grupo de trabalho.

Matriz de Mato Grosso – SR/13				
Problema	Proposta	Responsável	Envolvidos	Ações em Andamento
Ausência de diagnóstico ambiental dos PA	Celebrar convênio entre INCRA e SEMA para realização do diagnóstico ambiental.	INCRA Sede / SEMA		Análise da proposta do convênio.
Ausência de TAC para os PA do INCRA/MT	Criar de GT institucional para elaboração do TAC.	INCRA	SEMA, MPE, MPF, IBAMA, ICMBio, movimentos sociais	Minuta de TAC em discussão.
Descumprimento da legislação ambiental	Implantar programa de capacitação em legislação ambiental.	IBAMA	SEMA, MPE, MPF, INCRA, ICMBio, Movimentos sociais	
Insuficiência e inadequação da assistência técnica	Fiscalização das ATES junto aos assentamentos.	INCRA	movimentos sociais, EMPAER	
Não priorização pela SEMA na análise dos licenciamentos dos PA do INCRA	Verificar procedimentos estabelecidos na SEMA.	MPE / PGE	SEMA, INTERMAT, INCRA	Inquérito civil do MPE.
Indefinição de competências do INCRA e do SVS/Ministério Saúde em relação às atividades previstas na Port. 2021/2003 MDA/MS	Revisar portaria.	SVS	INCRA, MDA, MMA	SVS minutando proposta.
Inadequação dos arquivos digitais (formato <i>Shapes</i>)	Treinar equipe técnica do INCRA.	SEMA	INCRA	Programa de treinamento dos Responsáveis Técnicos pela SEMA.
Insuficiência de recursos humanos, técnicos e logísticos do INCRA e SEMA	Previsão orçamentária para concurso público e investimento.	SEMA / INCRA		Previsão orçamentária anual.
Operacionalização da Portaria conjunta 01/INCRA, INTERMAT, SEMA.	Revisar a portaria.	SEMA	INTERMAT, SEMA, MPE, INCRA	

- Outros problemas levantados:

Indefinição do fluxo do processo LPM/ATCS na SES
Insuficiência de pessoal para emissão do ATCS/LPM

A não exigência do levantamento do potencial malarígeno/ATCS pelos órgãos ambientais nos Estados – Resolução Conama nº 387/2006
Passivo financeiro do INCRA (multas) a ser adequadado quando do cumprimento do TAC

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Matriz do Tocantins - SR/26				
Problema	Proposta	Responsável	Envolvidos	Ações em Andamento
Monitoramento pelo Ministério Público Federal das ações assumidas no TAC.	- Realizar reuniões periódicas conforme o TAC.	- MPF	- INCRA (SR) - NATURATINS - movimentos sociais - MPF	- Termo de Ajustamento de Conduta.
Educação ambiental insuficiente nos assentamentos.	- Fortalecer e integrar programas de Educação Ambiental existentes.	- INCRA/SR	- RURALTINS - NATURATINS - IBAMA - Coop. de trabalho - SEDUC/TO	- Convênio de ATES.
Exaurimento da vigência da Instrução Normativa que regulamenta o desmatamento em assentamentos.	- Reedição da Instrução Normativa dentro da vigência do TAC.	- Naturatins	- INCRA SR - movimentos sociais - MPF	- Em análise pelo setor jurídico do NATURATINS.
Lista de imóveis em licenciamento desatualizada na Secretaria de Saúde para solicitação do laudo de avaliação do potencial malarígeno.	- Disponibilizar para a SESAU informações atualizadas periodicamente. - Criar coluna no SIPRA com o nome do imóvel que deu origem ao assentamento.	- INCRA/SR	- Sesau - Naturatins	
Pequena participação dos assentados nas diversas etapas do Licenciamento Ambiental.	- Criar e implantar comissão de acompanhamento conforme o TAC.	- INCRA/SR	- prestadoras de ATES - movimentos sociais - NATURATINS - MPF	- TAC
Utilização do imóvel antes do Licenciamento Ambiental.	- Planejar a transferência das famílias e o uso do imóvel enquanto não sai o licenciamento.	- INCRA/SR	- NATURATINS - movimentos sociais	- Normas internas do INCRA.
Dificuldade de acesso aos assentamentos para avaliação do potencial malarígeno.	- Disponibilizar informações para o acesso aos imóveis.	- INCRA/SR	- Naturatins - Sesau	- Demanda em andamento.
Tecnologia inapropriada para exploração de pequenas propriedades.	- Adequar o sistema de produção as características do assentamento.	- INCRA/SR	- RURALTINS - NATURATINS - movimentos sociais	- Convênio para ATES.
Inexistência de normatização específica para licenciamento de assentamentos de Reforma Agrária.	- Elaborar e editar norma estadual específica para licenciamento de assentamentos.	- Naturatins	- COEMA - INCRA - Movimentos sociais	
Disponibilização insuficiente de recursos financeiros para o INCRA e NATURATINS executarem ações ambientais.	- Propor ampliação orçamentária para ações ambientais.	-INCRA -NATURATINS	Todos os órgãos envolvidos com a Reforma Agrária	

Matriz do Tocantins – SR/26				
Problema	Proposta	Responsável	Envolvidos	Ações em Andamento
Grande burocracia para celebração de convênios para PRAD.	- Capacitar as instituições para implementar o SICONV.	- MDA	- Órgãos envolvidos com a reforma agrária	- SICONV
Excesso de Projetos de Assentamento em Área de Proteção Ambiental- APA do Cantão.	- Submeter a análise dos Conselhos Gestores da APA antes da criação do assentamento.	- INCRA - SEAGRO	- Conselho Gestor da APA - Cons. Est. do Desenv. Rural Sustentável	- Plano de Manejo em revisão.
Autorização de Queima Controlada – AQC e Autorização de Exploração Florestal – AEF sem licença prévia e LFPR.	- Estabelecer procedimentos específicos para os assentamentos existentes.	- Naturatins	- INCRA SR - movimentos sociais	- Instrução normativa em análise no setor jurídico do NATURATINS.
Estudos ambientais do INCRA em desacordo com o Termo de Referência fornecido pelo NATURATINS.	- Aprimorar o processo de elaboração dos Estudos Ambientais - RVA.	- INCRA/SR	- NATURATINS	- Criação do Termo de Referência .
Baixa disseminação da cultura do fator ambiental na estrutura funcional do INCRA.	- Implementar uma agenda ambiental na SR-26-TO.	- INCRA/SR	- NATURATINS - Ministério do Meio Ambiente-MMA - INCRA/Sede	
Adequação do Passivo ambiental à legislação vigente.	- Estabelecer procedimentos específicos para os assentamentos existentes. - alocar recursos financeiros para atender condicionantes. - definir procedimentos para a compensação de Reserva Legal e outros instrumentos visando à regularização ambiental dos PA.	- INCRA/SR	- NATURATINS - movimentos sociais	
Capacidade limitada de produção de arquivos digitais – LFPR.	- Contratação de serviço de terceiros e capacitação de servidores.	- INCRA/SR	- Prestadores de serviço	- Capacitação dos Servidores.
Baixa sensibilização dos governos para a questão ambiental.	- Despertar a atenção das lideranças para a questão ambiental.	- Organizadores e participantes da oficina	- Demais órgãos envolvidos com a reforma agrária	- Oficina TAL - TAC

Encaminhamentos:

- Será revisada a Portaria Interministerial 2021/2003 a qual define as ações integradas entre o MS e MDA dentro do Programa Nacional do Controle da Malária;

Matriz da 8ª Oficina de Licenciamento Ambiental - Brasília/DF, 20 e 21 de novembro de 2008

Grupos de Trabalho			
Relator	Goiás - SR 04 e Distrito Federal - SR 28		Rio Grande do Norte - 14
	Participantes	Entidade	Participantes
	Dalton Antunes	INCRA - Sede	Thelma Santos de Melo
Moderador	Luiz Rodrigues de Oliveira	MMA	João Daldegan
	Arailson da Rocha Moreira	Semarh/GO	Ana Lucia Fernandes Campos
	Carlos Mauricio Lociks de Araujo	TCU	Exedito Andrade de Lima
	Cleia Anice M. Porto	Contag	Luiz Augusto Santiago Neto
	Ismar Barbosa Cruz	TCU	Mario Moacir de Almeida
	Izabel Cristina Borges	INCRA/GO	Rosa Maria Oliveira de Araujo
	Janice Moraes Oliveira	INCRA/GO	
	Liliane Crescente	INCRA/GO	
	Luciana M. Teixeira	Ibama/GO	
	Luismar Ribeiro O Pinto	Fetaeg	
	Luiz Henrique Gomes	MST	
	Maria Gabriela Ferreira da Mata	MST	
	Maura Menezes Gomes Damião	Ibama/GO	
	Neuzelides Maria Rebelo Fonseca	Semarh/GO	
	Paulo Vinícius M. Silveira	TCU	
	Regina Célia Gomes de Moura	Ibama/GO	
	Renata Lima Dias	INCRA/GO	
	Rogério Arantes	INCRA/GO	
	Ruimar Bernardo Silva	Ibama/GO	
	Airton Mauro L. Santos	INCRA/DF	
	Guilherme de Almeida	Ibama/DF	
	João Batista F. dos Santos	INCRA/DF	
	Joaquim Ferreira da Silva Filho	INCRA/DF	
	Juliana Luisa Scheibler	INCRA/DF	
	Levi Cerqueira	Fetad/DF	
	Maria Margarida D. Mendes	Ibama/DF	
	Maria Silvia Rossi	Ibama/DF	
	Mario B. Souto	Fetad/DF	
	Wagner C. Souza	Fetad/DF	
	Maria José da Costa Arruda	Contag	
	Teodomiro José de Almeida	Contag	

Matriz de Goiás e Distrito Federal – SR/04 e SR/28				
Problema	Proposta	Responsável	Envolvidos	Ações em Andamento
Inexistência de Reserva Legal e/ou menor do que o exigido na legislação.	Adquirir ou designar áreas extra-propriedade para R.L. para resolver o passivo ambiental dos assentamentos já criados onde não foi possível outra solução.	INCRA	OEMA/ INCRA/IBAMA	Obtenção da Fazenda Arca/ Faz. M. Grande.
	Destinar parcelas retomadas para RL preferencialmente formando corredores.			
Diversidade de procedimentos.	Realizar reunião envolvendo OEMA, IBAMA e INCRA com a finalidade de adequar procedimentos respeitando as especificidades legais.	INCRA	MDA, MMA, INCRA, OEMA, IBAMA	-
Má qualidade e/ou demora na entrega dos estudos e peças técnicas necessários ao licenciamento.	Especificar melhor os produtos a serem contratados no termo de referência.	INCRA	INCRA E CONTRATADOS/ CONVENIADOS	Comissão de PDA.
	Tornar a monitoria dos contratos/convênios mais efetiva e eficiente.			
Demora na análise e assinatura do TAC.	Realizar reunião política entre IBAMA, SEMARH, MPF, MPE, INCRA (SR 04 e SR 27).	SR (04)	INCRA/ IBAMA/ SEMARH, MPF, MPE	Realização de Reunião técnica no dia 11/12 envolvendo IBAMA, INCRA, SEMARH, MPF, MPE e INCRA.
Repetição de procedimento para licenciamento de desmate e do assentamento.	Constituir GT para estudar a viabilidade técnica de unificar os procedimentos.	INCRA	IBAMA, INCRA, SEMARH	
Baixa capacidade operacional dos órgãos envolvidos.	Fazer gestão visando à contratação de servidores por meio de concurso público.	INCRA, IBAMA, SEMARH, MOVIMENTOS SOCIAIS INCRA	MPOG, SEFAZ	
	Remanejar servidores para área de licenciamento.			
	Capacitar/Sensibilizar os servidores visando maior envolvimento nas questões ambientais e licenciamento dos PA.			
Baixa prioridade da questão ambiental na reforma agrária.	Reforçar o orçamento do INCRA nas ações de desenvolvimento dos PA e na recuperação ambiental.	INCRA / SEDE	MPOG	
Baixa prioridade da reforma agrária nos órgãos ambientais.	Fazer gestão visando à contratação de servidores por meio de concurso público.	SEMARH, IBAMA	SEMARH IBAMA	
	Capacitar servidores visando ao maior envolvimento nas questões de licenciamento dos PA.			
	Criar GT no OEMA para propor formas de priorizar a questão da reforma agrária.			
Deficiência na comunicação entre os órgãos no DF.	Criar GT entre SR-28 – IBAMA/DF, movimentos sociais para encaminhar soluções que melhorem a comunicação entre os órgãos.			

RELATÓRIO DAS OFICINAS SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Matriz do Rio Grande do Norte - SR/19				
Problemas	Propostas	Envolvidos	Responsável	Ações em Andamento
Ausência de Normativos internos que atenda as peculiaridades locais.	- Assimilação de Ordenamento no âmbito do Estado do Marco Regulatório.	INCRA, IDEMA, IBAMA e IGARN	Superintendente do INCRA e Diretor Geral do IDEMA	TAC, 2 TCT, Lei Estadual, Instrução Técnica.
Falta de Recursos Financeiros.	- TCU deverá fazer gestão para garantir a alocação de recursos para cumprimento das metas estabelecidas.	INCRA, MDA, MMA e TCU	Presidente do INCRA	-
Falta de Recursos Humanos (quantitativamente).	- Remanejamento de técnicos - Contratação de servidores temporários (emergencial), - Criação de vagas para cargos efetivos no INCRA e IDEMA.	INCRA, IDEMA e MPOG	Superintendente do INCRA e Diretor Geral do IDEMA	TCT INCRA e Governo TCT INCRA e IBAMA/RN.
Demarcação e Averbação da RL.	- Definição e acompanhamento da demarcação das áreas pelo INCRA, IDEMA e IBAMA - Disponibilização da base cartográfica do INCRA.	INCRA, IDEMA e IBAMA	Superintendente do INCRA e Diretor Geral do IDEMA	Convênio com FUNPEC/RN.
Falta de Identificação da APP.	- Identificar as áreas de APP nas plantas dos assentamentos.	INCRA, IDEMA, IGARN	Chefe da Cartografia	Levantamento de algumas áreas de APP.
Fragilidade Ambiental dos PA (Degradação).	- Adequação do PDA, PRA.	INCRA e movimentos sociais	Superintendente do INCRA	Alguns PDA e PRA elaborados.
Falta de Educação Ambiental.	- Elaboração material informativo sobre questões ambientais, Palestras específicas para cada PA.	INCRA, A TES, IBAMA e IDEMA	Serviço de Meio Ambiente	Realização de visitas com este objetivo e elaboração de cartilha.
Depreciação da imagem dos assentados.	- Criação de uma Agenda Positiva na imprensa local e estadual - Pronunciamento do Ministro em defesa da Reforma Agrária.	Assessoria de Comunicação do INCRA MDA	Presidente do INCRA, Ministro do MDA e Superintendente do INCRA	Divulgação interna.
Falha no cumprimento de metas por problemas administrativos (Orçamento).	- Criação de um Fundo com recursos do desconto do passivo ambiental para suprir emergencialmente a carência. - Arranjo institucional para garantir o cumprimento.	INCRA	Presidente do INCRA	-

ANEXO III – Relação das Superintendências Regionais do INCRA

Relação das Superintendências – Regionais - SR	
SR 01	Belém - PA
SR 02	Fortaleza - CE
SR 03	Recife - PE
SR 04	Goiânia - GO
SR 05	Salvador - BA
SR 06	Belo Horizonte - MG
SR 07	Rio de Janeiro - RJ
SR 08	São Paulo - SP
SR 09	Curitiba - PR
SR 10	Florianópolis - SC
SR 11	Porto Alegre - RS
SR 12	São Luís - MA
SR 13	Cuiabá - MT
SR 14	Rio Branco - AC
SR 15	Manaus - AM
SR 16	Campo Grande - MS
SR 17	Porto Velho - RO
SR 18	João Pessoa - PB
SR 19	Natal - RN
SR 20	Vitória - ES
SR 21	Macapá - AP
SR 22	Maceió - AL
SR 23	Aracaju - SE
SR 24	Teresina - PI
SR 25	Boa Vista - RR
SR 26	Palmas - TO
SR 27	Marabá - PA
SR 28	Brasília - DF
SR 29	Petrolina - MSF
SR 30	Santarém - PA



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

Ministério do
Meio Ambiente



